



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

NILTON DELGADO RODRIGUES

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE: ANÁLISE HISTÓRICA E DE COMPETÊNCIAS

Orientador

PROFESSOR DOUTOR MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Abril, 2016





Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

NILTON DELGADO RODRIGUES

Aspirante a Oficial de Polícia

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

XXVIII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE: ANÁLISE HISTÓRICA E DE COMPETÊNCIAS

Orientador

PROFESSOR DOUTOR MANUEL MONTEIRO GUEDES VALENTE

Abril, 2016



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, do Mestrado Integrado em Ciências Policiais (Curso de Formação de Oficiais de Polícia), do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sob orientação científica do Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente.

In memoriam de
Ivete Rodrigues

AGRADECIMENTOS

A Deus todo-poderoso por me conceder o dom da vida.

Aos meus pais e aos meus irmãos, pela fé e esperança depositada em mim e pelos ensinamentos necessários para trilhar os caminhos do bem.

À minha filha Yamin Nicole pelo novo sentimento de responsabilidade que fez despertar em mim.

Ao meu orientador Professor Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente pelo apoio e disponibilidade.

Ao Mestre Eduardo Pereira Correia, por todo o apoio, profissionalismo e rigor científico na coorientação que estive a seu cargo.

Aos meus irmãos Cabo-verdianos no ISCPSI, pelo carinho, alento, companheirismo e amizade.

À PSP e em especial ao ISCPSI pela oportunidade concedida e acolhimento durante estes 5 anos.

A todos os funcionários e docentes do ISCPSI que partilharam comigo os seus conhecimentos e que contribuíram para a minha formação.

Aos colegas e companheiros do 28.º CFOP pelo suporte e camaradagem, em especial ao Rúben Carvalho.

Aos meus colegas de profissão da Polícia Nacional de Cabo Verde.

A todos os polícias que nos inspiraram e atores externos que acederam simpaticamente ao nosso apelo para colaborarem no presente estudo. Sem eles a concretização desta tarefa tinha sido impossível.

Aos meus familiares e amigos pelo apoio incondicional.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o meu engrandecimento, académico, profissional e pessoal.

Muito obrigado!

RESUMO

POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE: ANÁLISE HISTÓRICA E DE COMPETÊNCIAS

NILTON DELGADO RODRIGUES

O estudo das competências da polícia em Cabo Verde implica uma longa viagem na história do país onde, ao longo dos tempos, a sua população viu-se envolvida em vários cenários de natureza política, económica e social. Assim, a polícia viu-se também obrigada a acompanhar os fenómenos decorrentes de mudanças sociopolíticas, desde o colonialismo ao Estado soberano, desempenhando funções cada vez mais díspares, ganhando novas competências e atribuições, à medida que o tipo de Estado se ia modificando. As reformas legislativas decorrentes destas mudanças paradigmáticas do Estado fizeram com que ocorresse também mudanças no edifício da segurança pública em Cabo Verde, criando e extinguindo corpos de polícia, até que se configurasse no sistema atual designado de Polícia Nacional.

Numa panóplia de competências atribuídas ao longo de 145 anos, importa-nos debruçar sobre a conjuntura legislativa, a fim de analisar a forma como foi a sua distribuição entre os vários tipos de polícia que marcharam sobre o território, e perceber o que ganhou Cabo Verde com a criação da Polícia Nacional.

Palavras-chave: História, Cabo Verde, Polícia, Segurança, Competências.

Dissertação escrita ao abrigo do novo acordo ortográfico.

ABSTRACT

CAPE VERDE'S NATIONAL POLICE: HISTORIC AND COMPETENCES ANALISYS

NILTON DELGADO RODRIGUES

To address the competences of Cape Verde's Police implies a long journey through the history of the country where, throughout times, its population saw itself involved in various scenarios of politic, economic and social uncertainty. Therefore, the police saw itself obliged to follow the events which followed the socio-political changes, since the colonialism to the Sovereign State, performing evermore different functions and gaining new competences and attributions as the State type modified. With this, the legislation reforms, result of these paradigmatic State changes forced changes in the public safety building in Cape Verde, creating and extinguishing police bodies until the institution of the actual police system entitled Nation Police.

In an array of competences attributed throughout 145 years, it is of importance to look upon the legislative conjuncture, so we can analyse how was its distribution between the various police bodies that marched on Cape Verde's territory and to understand what Cape Verde won with the creation of the National Police.

Keywords: History, Cape Verde, Police, Security, Competences.

This dissertation was written under the latest Portuguese orthographic agreement.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APC	Autoridade de Polícia Criminal
BAC	Brigadas Anticrime
BO	Boletim Oficial
CI	Corpo de Intervenção
CPC	Corpo de Polícia Civil
CPP	Código de Processo Penal
CRCV	Constituição da República de Cabo Verde
DLG	Direitos, Liberdades e Garantias
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FSOP	Forças de Segurança e Ordem Pública
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GAM	Grupo de Atiradores em Moto
GAT	Grupo de Ação Tático-Policial
LOPE	Lei sobre Organização Política do Estado
LOPN	Lei Orgânica da Polícia Nacional
LSI	Lei de Segurança Interna
MPD	Movimento para Democracia
ONU	Organização das Nações Unidas
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PESI	Plano Estratégico de Segurança Interna
PNCV	Polícia Nacional de Cabo Verde
PN	Polícia Nacional
POP	Polícia de Ordem Pública
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSPCV	Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I: Estrutura Orgânica da Polícia Nacional de Cabo Verde	78
Anexo II: Serviços Prestados pela Polícia Nacional	81
Apêndice I: Quadro de Atribuições e Competências (Lei Orgânica)	84
Apêndice II: Quadro de Atribuições e Competências (CPP).....	88
Apêndice III: Quadro de Atribuições Competências (LIC)	91
Apêndice IV: Quadros de Atribuições e Competências (LSI)	94
Apêndice V: Diagrama de Competências.....	97
Apêndice VI: Evolução dos Corpos de Polícia em Cabo Verde	99
Apêndice VII: Entrevistas	101

ÍNDICE

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Lista de Siglas e Abreviaturas	IV
Lista de Anexos e Apêndices.....	V
 INTRODUÇÃO.....	 1
 CAPÍTULO I: POLÍCIA E SEGURANÇA NO ARQUIPÉLAGO DA ALTERNÂNCIA..	 6
I.1. Cabo Verde: O Sistema Policial entre o Civil e o Militar	6
I.2. Do Conceito de Segurança.....	14
I.3. A Constituição e a Segurança	18
I.4. Cabo Verde: Estado de Direito	22
 CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS	 26
II.1. Polícia Nacional de Cabo Verde: 10 Anos de Mudança	26
II.1.1. Novo Paradigma de Intervenção.....	28
II.1.2. Dos Modelos de Policiamento	32
II.2. Funções Subjacentes aos Parâmetros de Intervenção Moderna	37
II.2.1. Funções de Polícia Administrativa	39
II.2.2. Incumbências de Polícia Criminal	41
II.3. Principais Atribuições, Princípios de Atuação e Competências Exclusivas	43
 CAPÍTULO III. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	 48
III. 1. Análise de Funções e Perfis de Competência da Polícia Nacional	48
III.1.1. Do Regime Jurídico das suas Atribuições e Competências	50
III.1.1.1. No Âmbito da Lei Orgânica	51
III.1.1.2. À Luz do Direito Processual Penal	52

III.1.1.3. Ao Abrigo da Lei de Investigação Criminal.....	54
III.1.1.4. Em Concordância com a Lei de Segurança Interna.....	55
III.2. Do Referencial de Competências da Polícia Nacional.....	57
III.3. Desafios para a Polícia Nacional de Cabo Verde.....	60
CONCLUSÕES	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
Dicionários e Enciclopédias	69
Obras Gerais e Específicas.....	69
Dissertações.....	74
Legislação	74
Fontes Eletrónicas	76
ANEXOS	77
Anexo I.....	78
Anexo II	81
APÊNDICES	83
Apêndice I	84
Apêndice II.....	88
Apêndice III	91
Apêndice IV	94
Apêndice V.....	97
Apêndice VI.....	99
Apêndice VII.....	101

INTRODUÇÃO

No âmbito da dissertação final do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais, do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, o objeto do nosso estudo centra-se no sistema policial em Cabo Verde onde, não obstante a complexidade do tema, após maturada reflexão e análise se evidenciou a necessidade da sua escolha, versando mais concretamente sobre uma análise histórica e de competências da Polícia Nacional de Cabo Verde (PNCV). Desta forma, procuraremos dar resposta a algumas questões inovadoras e pertinentes nesta área temática, debruçando sobre a sua narrativa e as suas competências, tendo “Polícia Nacional de Cabo Verde: Análise Histórica e de Competências” assumido o título da presente dissertação.

O arquipélago de Cabo Verde está situado na encruzilhada dos três continentes e assume um estatuto de ponto estratégico no corredor do atlântico, tendo sido palco de uma constante mudança no panorama sociopolítico. Descoberto em 1460, ostentou a condição de colónia e viu-se transformar em Estado autoritário, arrecadando mais tarde o estatuto de Estado de Direito Democrático. Uma panóplia de instituições fizeram parte na sua história e no seu desenvolvimento e, neste mote, importa-nos debruçar sobre a polícia que, como outras instituições, fez o seu percurso, transformando-se à medida que a sociedade ia também evoluindo.

Para melhor compreender o sistema policial em Cabo Verde afigura-se necessário um enquadramento cronológico. Uma vez que o primeiro corpo de polícia foi criado em 1872, o objeto da nossa investigação centra-se no espaço temporal 1872 - 2016. Nesta senda, podemos considerar quatro períodos pela qual se verificaram modificações na estrutura policial em Cabo Verde: período monárquico (1872 – 1910), onde a segurança estava a cargo do Corpo de Polícia Civil da Praia; período que decorre da implantação da República até ao eclodir da guerra colonial (1910 – 1964), onde a polícia conheceu várias medidas de reorganização, motivadas pelas revoltas populares; da proclamação da independência ao ano em que terminou a legislatura do III Governo Constitucional da II República (1975 – 2005), onde as exigências de um país independente e democrático fizeram com que ocorresse importantes transformações no enquadramento legal, na organização e funcionamento das forças e serviços de segurança; e, após 2005, onde as reformas legislativas no setor da segurança interna levaram a que houvesse uma unificação das Forças e Serviços de Segurança (FSS), dando origem ao sistema atual designado de Polícia Nacional de Cabo Verde.

Durante a realização desta investigação considerámos necessário proceder a uma análise histórica do processo evolutivo do sistema policial em Cabo Verde no sentido de uma correta avaliação e interpretação, garantindo uma verificação atenta das funções levadas a cabo pelas diversas tipologias de polícia, bem como os seus mais importantes objetivos e competências. Como referido anteriormente, o sistema policial em Cabo Verde foi alvo de mudanças abruptas fruto de uma série de acontecimentos inopinadas que fizeram com que se despoletasse no seu processo evolutivo novas competências.

Ao longo deste estudo, procuraremos proceder a uma avaliação do quadro normativo, verificando ainda o espírito da lei ao definir as competências atribuídas às diversas tipologias de polícia, destacando o modelo atual que se consubstancia numa Polícia Nacional (PN), criada através do Decreto Legislativo n.º 6/2005, de 14 de novembro.

No presente estudo, e neste cenário de reorganização das Forças e Serviços de Segurança, procuramos refletir sobre as reformas verificadas de modo a averiguar se estas terão contribuído para o aumento de competências, aumentando a eficácia das mesmas (questão central), bem como se configura a Polícia Nacional no modelo ideal de polícia para Cabo Verde (questão derivada 1) e se este modelo de polícia é dotado de competências especiais em detrimento das tipologias anteriores (questão derivada 2).

Dada a amplitude do objeto de estudo e a natureza interdisciplinar desta pesquisa, com um cariz acentuadamente exploratório, definimos como objetivos específicos em primeiro lugar verificar se as reformas das Forças e Serviços de Segurança contribuíram para o aumento da eficácia da polícia em Cabo Verde. Depois identificar alguns dos fatores cruciais na implementação da Polícia Nacional e que requerem uma adaptação estratégica de aplicação ajustada à realidade de Forças com naturezas distintas. Apresentar contributos teóricos e substantivos, com sustentação científica, sobre os impactos das últimas reformas ocorridas nas Forças e Serviços de Segurança. Por fim, expandir e atualizar o conhecimento sobre a polícia em Cabo Verde, recorrendo sempre que possível aos contributos dos estudos da sua congénere Polícia de Segurança Pública de Portugal.

A análise das leis materiais e orgânicas das diversas forças policiais que se vincularam no país estará presente com o objetivo de verificar a evolução das suas competências. Nesta continuidade, iremos elaborar quadros comparativos e quadros síntese entre as diferentes polícias que marcharam pelo território. Por último, iremos verificar se o modelo atual está dotado de competências que lhe permita garantir a segurança interna do país tendo em conta as exigências do mundo contemporâneo. “Os ataques terroristas contra os Estados Unidos e o Ocidente em geral (...) debelaram vidas, inquietaram consciências e desestabilizaram

economias e ordenamentos políticos e jurídicos. Deferiram um golpe aos nossos quadros conceptuais e à nossa capacidade de compreender o Mundo em que vivemos”. (GUEDES e ELIAS, 2012: 32). Estamos perante novos fenómenos globais onde entendemos que a PNCV deve aparecer dotada de competências que lhe permita fazer face a situações derivadas que põem em causa a segurança interna.

O método é comumente definido como o caminho para atingir determinado fim. Conforme ESPÍRITO SANTO (2010) o método procura, numa primeira fase, transpor uma perceção global de planeamento apropriado e validado, face a objetivos de uma investigação, e, numa segunda fase, pretende a planificação e a realização de uma ou mais técnicas e procedimentos. Configura-se na forma como o investigador vai proceder ao seu estudo, tendo em vista o apuramento dos resultados.

Para a realização deste estudo socorremo-nos da análise documental e bibliográfica, de entrevistas, de artigos de jornais, bem como da pesquisa de conteúdo de diplomas legais, planos e relatórios, e de técnicas de tratamento de dados relacionados com a temática e os objetivos estabelecidos.

A análise documental e bibliográfica sobre a matéria assume-se como “a passagem de testemunho, dos que investigaram antes no mesmo terreno, para as nossas mãos” (CARMO e FERREIRA, 1998: 59). O investigador tem a prerrogativa de dar continuidade a um trabalho realizado, seguindo ou não a mesma linha de investigação. Assim, este testemunho servirá como fio condutor para o apuramento de novos resultados. Segundo CARMO e FERREIRA (1998: 59) num processo de investigação, o investigador tem necessidade de recorrer ao testemunho de um trabalho anterior. Estudar o que já se encontra produzido na mesma área é, deste modo, um ato de gestão de informação indispensável a quem queira introduzir valor acrescentado à produção científica existente sem correr o risco de estudar o que já está tomando como original, o que já outros descobriram.

Perante a temática descrita anteriormente, é nosso intuito desenvolver um estudo de carácter descritivo, inserido num modelo de investigação qualitativo, com destaque para a análise bibliográfica e documental. Este “descreve fenómenos, identifica variáveis e inventaria factos” (SARMENTO, 2013: 8) e promove uma recolha e análise de informação de uma forma controlada e sistemática.

No que diz respeito à realização deste trabalho, a primeira fase caracterizou-se pela recolha e pesquisa de referências bibliográficas, cujo objetivo foi a revisão da literatura existente, ou seja, do estado de arte sobre a temática que pretendemos desenvolver. Esta fase

é descrita como a *rutura* e a mesma consiste no “primeiro acto constitutivo do procedimento científico” (QUIVY e CAMPENHOUDT, 1998: 26).

Num estudo de carácter essencialmente narrativo torna-se imprescindível o recurso ao método qualitativo, composto por entrevistas, sejam elas na sua forma semidirigidas ou semiestruturadas. Assim sendo, numa segunda fase, e prosseguindo numa investigação qualitativa, procurámos recolher dados com recurso ao método inquisitivo através da aplicação de entrevistas direccionadas aos oficiais da PNCV que exercem ou exerceram funções de direção e chefia.

A técnica da entrevista permite ao entrevistado falar livremente e dar a conhecer a sua opinião sobre os factos. “O recurso a entrevista semiestruturada prende-se com o facto de que esta apresenta como pontos fortes permitir uma otimização do tempo, o tratamento sistemático dos dados, concedendo a possibilidades de seleccionar temáticas para aprofundamento” (CARMO e FERREIRA, 1998: 58), o que nos garante um grau de flexibilidade na exploração das questões que a este estudo interessam analisar.

Segundo SARMENTO (2013), a entrevista permite obter um conjunto de informações através de discursos individuais que se tornam cruciais para a recolha de dados descritivos, permitindo observar e/ou consolidar determinadas conclusões. Já na esteira de MARGARIDA POCINHO (2012), as entrevistas delineadas tem como objetivo, em função da auscultação da opinião das personalidades em posição relevante na matéria em estudo, retirar informação e elementos de reflexão muito ricos e variados.

De forma a desenvolvermos uma análise sistemática, o nosso trabalho contempla em si três capítulos. O primeiro capítulo surge como um extrato introdutório e de enquadramento temático. Num estudo levado a cabo tendo em consideração o título da presente dissertação surge a necessidade de compreender e analisar o conceito de polícia, pelo que a expressão “polícia” surge nas primeiras páginas da nossa investigação associada a uma tentativa de definição possível e cabal do termo, uma vez que à luz da doutrina definir polícia é tentar compreender a quadratura do círculo. Em ato contínuo, debruçámos sobre o sistema policial em Cabo Verde, procedendo a uma síntese das diferentes tipologias de polícia que marcharam pelo território ao longo dos últimos 145 anos, incidindo sobre as reformas legislativas que fizeram criar, modificar e extinguir Forças e Serviços de Segurança em Cabo Verde, a natureza da atuação das mesmas, bem como a relação com o cidadão atendendo ao tipo de Estado num determinado espaço temporal. Ainda no primeiro capítulo, atendendo à estreita relação existente entre os hipotéticos conceitos de “polícia” e o inatingível estado de segurança, afigurou-se necessário abordar o conceito de segurança. Tendo em consideração

o panorama multidisciplinar da aplicação do termo segurança, nesta investigação entendemos que, para os objetivos pretendidos, o mais correto seria abordá-lo na sua perspetiva jurídico-constitucional onde aparece como um direito fundamental e internacionalmente reconhecido. Nesta senda, emergiu a necessidade de estudar a evolução da segurança, como direito fundamental, na Constituição da República de Cabo Verde.

No segundo capítulo, encontramos matéria suscetível de dar resposta à primeira questão derivada onde a Polícia Nacional de Cabo Verde surge como tema central. Desta forma, abordámos o novo paradigma de intervenção da polícia em Cabo Verde, debruçando-nos sobre a natureza da sua intervenção, os modelos de policiamento, as suas funções atuais, os princípios de atuação, as principais atribuições e competências exclusivas. Isto porque a mudança de referencial que se propagou pelo mundo fez surtir efeitos na filosofia de policiamento em Cabo Verde, alterando assim as suas atribuições, criando, modificando e extinguindo funções.

No terceiro capítulo emergiu a necessidade de compreender a evolução das competências da polícia em Cabo Verde. Neste mote, foi necessária a elaboração e análise de matrizes de competências que, em consonância com as respostas às entrevistas, nos permitissem responder à questão central da nossa investigação, bem como consolidar as respostas subjacentes às questões derivadas. Ainda neste capítulo optámos por abordar a questão dos desafios e das perspetivas futuras para a Polícia Nacional.

A nossa revisão bibliográfica estender-se-á para além das evidentes limitações bibliográficas de Cabo Verde. Iremos socorrer-nos principalmente de bibliografia estrangeira, tendo em consideração que são muito escassas as obras cabo-verdianas que abordam a temática a que nos propusemos estudar.

CAPÍTULO I: POLÍCIA E SEGURANÇA NO ARQUIPÉLAGO DA ALTERNÂNCIA

I.1. CABO VERDE: O SISTEMA POLICIAL ENTRE O CIVIL E O MILITAR

O arquipélago de Cabo Verde, composto por dez ilhas e vários ilhéus, situado na zona tropical do Atlântico Norte, descoberta ocasionalmente em 1460¹, viria a ser mais uma província ultramarina de Portugal. Apesar de ser um território árido e fustigado pela seca devido à sua posição geográfica marcada pela extremidade ocidental do Sahel e caracterizada por condições climáticas de aridez e semiaridez, houve a necessidade de proceder o seu povoamento. Isto porque, terminada a expansão, “foi sempre preocupação de todos os governos e regimes que mandaram em Portugal manter o ultramar, defender o ultramar, desenvolver o ultramar” (CUNHA, 1977: 15). A tese do abandono, mesmo nas épocas mais conturbadas e difíceis de Portugal, nunca foi aceite por nenhum governo como solução a adotar para resolver problemas nacionais, havendo sempre a preocupação de procurar as fórmulas políticas e administrativas adequadas às circunstâncias para cada caso, conforme as características das terras e das gentes, o que se traduziu numa grande variedade de sistemas, sem outra preocupação que não fosse a de escolher para cada colónia a fórmula que melhor se lhe adaptasse.

Com uma panóplia de adversidades aliadas às suas características geográficas, Cabo Verde demonstrou ser desde logo um caso isolado, onde o seu povoamento se identificou como uma das primeiras preocupações a solucionar. Ao contrário das outras ilhas adjacentes à metrópole (Açores e Madeira), Cabo Verde não possuía condições que garantissem um nível de vida sustentável. O povoamento seria de certa forma um problema para os governantes. Por conseguinte, dois anos após o seu descobrimento (1462), fixaram-se os primeiros pilares rumo à república, quando, para a sua colonização, segundo SILVA CUNHA (1977), usou-se o sistema de donataria².

¹ LUÍS DE ALBUQUERQUE (1991: 37) afirma que é difícil precisar quem foram os descobridores, entretanto parece ser lícito concluir que concorrem os nomes de três navegadores para autoria dos descobrimentos: Cadamosto, Diogo Gomes e António da Noli.

² Segundo SILVA CUNHA (1977), baseava-se num sistema em que a terra era concedida a particulares que ficavam com o encargo de a povoar, valorizar e defender, recebendo em contrapartida poderes de direito público que abrangiam as faculdades de cobrar impostos, administrar justiça e levantar forças militares.

À medida que as terras se iam povoando, iam surgindo núcleos de população civilizada, onde no seio da sociedade se exercia um controlo social endógeno e horizontal. Tal controlo social é apontado por CUSSON (2007: 195) como “o conjunto de meios implementados pelos membros de uma sociedade com o objectivo específico de conter ou reduzir o número e a gravidade dos delitos”.

Os indivíduos controlavam-se uns aos outros de forma a criar um dispositivo panótico na sociedade, que conseqüentemente se tornara cada vez mais complexa. O aumento da população veio fragilizar este mecanismo de controlo social uma vez que as próprias limitações inerentes a natureza do ser humano dificultam as percepções à medida que as conexões sociais se multiplicam.

Os esforços de todos, para manter a delinquência dentro de “parâmetros suportáveis”, revelaram-se ineficientes, pelo que houve necessidade de adotar novos mecanismos de controlo social. Assim, os membros da sociedade, em prol da segurança, viram-se obrigados a depositar no Estado parte dos seus direitos. É assim que THOMAS HOBBS, através da sua obra *Leviatã*, materializa esta ideia pronunciando que como se cada homem tivesse dito ao seu semelhante: “cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações” (HOBBS, 2010: 146). Cada indivíduo depositou essa confiança no Estado e este viu-se obrigado a criar mecanismos próprios para fazer face às exigências dos seus membros³. Assim, surge a polícia como instrumento do Estado dotada de *ius imperi*, a fim de conduzir ordeiramente o processo de desenvolvimento do país.

Cingindo-nos à epígrafe deste capítulo, iremos então abordar a temática dos sistemas policiais em Cabo Verde tentando perceber a evolução do edifício da segurança pública ao longo destes 145 anos. Porém, ao nos debruçarmos sobre este assunto, entendemos que é de extrema conveniência proceder a uma análise conceptual do termo polícia, emergindo assim a necessidade de compreender e avaliar o conceito de polícia.

Ao longo dos tempos, muitos foram os autores que deambularam pelos “*neighborhood*”, em consonância com o direito, à procura de uma definição concreta para este termo. O que é a polícia? O que está na essência do seu surgimento? Etimologicamente a palavra polícia deriva do Grego *políteia*. Vocábulo derivada de *polis* que traduz a ideia de Cidade Estado e subjacente ao termo controlo social num ambiente multifacetado.

³ Segundo ZIPPELIUS (1997) os indivíduos formam uma comunidade jurídica, na medida em que estão submetidos a mesma ordem jurídica, isto é, na medida em que a sua conduta recíproca é regulada através de uma e a mesma ordem jurídica.

Para NORBERTO BOBBIO (1998), polícia não é mais do que uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva que, por sua vez, se encontra dotada de competências que lhe permite efetuar diligências no sentido de pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações. Assim, o campo de atuação da polícia vai desde a “segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais”(BOBBIO, 1998: 944). Outros preferem ser mais simples nas suas definições, explanando-o na forma como é vista pela sociedade. É desta forma que ROBERT REINER materializa a sua perceção ao redigir que “the police are identified primarily as a body of people patrolling public places (...) with a broad mandate of crime control, order maintenance and some negotiable social service functions” (REINER, 2010: 3).

Nesta corrente filosófica, ainda encontramos aqueles que apresentem uma visão dualista do conceito de polícia, apontando algumas características que nos permite analisá-lo em duas perspetivas. Se de um lado pode ser visto como “um conjunto de órgãos e agentes pertencentes a um serviço administrativo, desempenhando como principais missões atividades policiais” (RAPOSO, 2006: 24), assumindo assim um sentido orgânico, numa outra perspetiva MARCELO CAETANO (2004: 1150) enfatiza que a polícia é vista como um modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em “intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzem, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”.

Nesta senda, BRITO (2010: 41) salienta que polícia pode ainda ser entendida como uma forma de atuação de autoridade conferida por lei que pressupõe o exercício de um poder, fora da atividade judicial, sobre atividades alheias, respeitando o princípio da necessidade, incidindo sobre pessoas que atuam de forma individual, ou através de grupo organizado.

Para compreender o sistema policial em Cabo Verde (SPCV), torna-se necessário estabelecer uma relação entre os conceitos supramencionados e os diversos tipos de estados pela qual o país foi sujeito. Serão os conceitos suscetíveis de serem aplicados independentemente do espaço/tempo em análise? Historicamente, a instituição “Polícia” é uma das mais antigas do país, com 145 anos de existência, tendo enfrentado situações complexas quer no panorama político, quer no contexto socioeconómico. Atendendo as circunstâncias deliberadas pelo espaço/tempo, podemos considerar quatro períodos pela qual se verificaram modificações na estrutura policial em Cabo Verde. Num primeiro período (1872 a 1910), em que vigorou o regime monárquico, a segurança estava a cargo do Corpo

de Polícia Civil da Praia. Posteriormente (1910 a 1964), período que decorre da implantação da República até o eclodir da guerra colonial, a polícia conheceu várias medidas de reorganização, motivadas por revoltas populares (BARBOSA, 2012). Num terceiro período (1975 a 2005), que decorre da proclamação da independência ao ano em que terminou a legislatura do III Governo Constitucional da II República, deu-se a construção de corpos de polícia por forma a responder às exigências de um país independente, fazendo com que houvesse importantes transformações no seu enquadramento legal, bem como na sua organização e funcionamento. Já num quarto período as reformas legislativas no setor da segurança interna levaram a que existisse uma unificação das Forças e Serviços de Segurança (FSS), dando origem ao sistema atual designado de Polícia Nacional de Cabo Verde.

A polícia de Cabo Verde é uma instituição veterana, criada em 1872, motivo pela qual o nosso universo de estudo centra-se no período subsequente àquela.

Tendo a metrópole abandonado de vez o regime monárquico apenas em 1910, parece-nos ser lícito afirmar que as províncias estiveram sob o mesmo regime. Portanto, o Corpo de Polícia de Cabo Verde viveu largos anos sob a dependência do regime monárquico, assumindo assim inicialmente a nomenclatura de Corpo de Polícia Civil (CPC).

O sistema de segurança pública em Cabo Verde foi revolucionado pela portaria n.º 81, de 12 de abril de 1864, ao aprovar o primeiro regulamento de patrulha devido “à necessidade urgente de provêr à segurança pública e de obstar à continuação de alguns roubos, que ultimamente aqui tem tido lugar a despeito dos poucos recursos de que dispõe o governo⁴”. Para dar cumprimento à Portaria em causa, e em virtude do diminutíssimo número de soldados, o Governador-Geral Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque decidiu, através da Portaria n.º 194 de 26 de julho de 1870⁵, nomear uma comissão encarregada “de estudar e propor um regulamento para o referido corpo de polícia, tendo em vista o quanto convém que aquelle serviço se faça com a maior economia para o município”. Oficialmente, a 24 de dezembro de 1872 através da Portaria n.º 433⁶, deu-se a criação de “um corpo de polícia civil no concelho da praia de S. Thiago”, que de acordo com a Portaria que o mandara criar, tinha por funções “velar pela ordem e segurança públicas”.

O representante máximo da província era o Governador-Geral que delegava funções no Administrador do Concelho, sendo este o chefe geral do Corpo de Polícia Civil. Na altura, existiam apenas duas categorias. O chefe de esquadra, que tinha por funções transmitir aos

⁴ In Boletim Oficial n.º 14, de 12 de abril de 1864.

⁵ In Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde, de 1870.

⁶ In Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde, de 1872.

guardas as ordens e instruções, participar as faltas de serviço, elaborar relatórios de acontecimentos e efetuar rondas frequentes aos locais de serviço, e os guardas a quem competia efetuar rondas pelas artérias da cidade e zelar pela segurança das pessoas e dos seus bens. No exercício das suas funções tanto os chefes de esquadra como os guardas, estavam proibidos de usar a força e o abuso de autoridade. Esta condição foi imposta no seguimento da *ressaca* dos efeitos da corrente iluminista que se fez sentir da Europa ao resto do mundo, onde o legislador viu-se necessário a salvaguardar os direitos dos cidadãos na feitura da tal Portaria. Outra competência que remonta até os dias de hoje é o uso e porte de armas de fogo, “quando as circunstâncias o exigirem”. O último capítulo do regulamento tratava-se das penas que iam desde a repreensão simples à demissão.

Como podemos verificar, em termos regulamentares, estávamos perante um corpo de polícia aparentemente organizado e com condições para desenvolver o seu potencial. Porém, as coisas mudaram quando, em 1880, num relatório endereçado ao Rei D. Luís I, publicado no Boletim Oficial n.º 48, de 27 de novembro, pode-se constatar que o Visconde de S. Januário, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, propôs a extinção do CPC e a criação de duas companhias de polícia (militar e civil), com destacamentos na Cidade da Praia e no Mindelo.

Segundo ALBERTO BARBOSA (2012), o objetivo da proposta era colmatar as fragilidades que se depararam após a transferência do Batalhão de Caçadores para Bolama. Em substituição, viriam para Cabo Verde as forças do Regimento de Infantaria do Ultramar, mas nunca se chegou a mandar força nenhuma para Cabo Verde. Mesmo alegando que “ainda que a índole pacífica dos habitantes do archipélago não exige pomposos aparatos militares”, o Visconde de S. Januário conseguiu convencer o Rei e determinou que o serviço de polícia militar e civil da província de Cabo Verde seria desempenhada por duas companhias de polícia de Cabo Verde.

Posteriormente, foi criado o Corpo de Polícia Civil da Província de Cabo Verde. Segundo a Portaria n.º 19, de 21 de fevereiro de 1897, que aprovou o seu regulamento, as suas competências foram alargadas para todo o território do arquipélago: “dentro da província e em qualquer ponto dentro d’ella”.

A primeira reorganização da polícia na era pós monárquica deu-se em 1918 quando através da Portaria n.º 484, de 27 de dezembro, foi publicada a reorganização dos serviços militares e de policiamento na província de Cabo Verde, criando deste modo o Corpo de Polícia e Guarnição que congregava na sua génese funções de carácter militar, policial, aduaneiro e sanitário, cobrindo o território do arquipélago.

Conforme BARBOSA (2012), geraram-se queixas e reclamações nomeadamente que o processo de recrutamento das praças para o serviço militar não se harmonizava com as normas aplicáveis à polícia e que a polícia devia estar sob a imediata dependência de autoridade administrativa. Três anos mais tarde, a Portaria Provincial n.º 258, de 4 de outubro de 1921, reconhecia que “os serviços de policiamento urbano a cargo do Corpo de Polícia e Guarnição não são desempenhados como é necessário que sejam”, desanexando o serviço de policiamento urbano do referido Corpo de Polícia e Guarnição, e criara novamente em cada uma das cidades (Praia e Mindelo), um Corpo de Polícia Civil, que passava a funcionar sob as ordens e instruções dos respetivos administradores do concelho.

No período pós monárquico, nomeadamente em meados da década de 1920, a polícia em Cabo Verde viveu momentos conturbados. A seca e a fome assolavam o país e as exigências à polícia aumentavam à medida que a satisfação das necessidades básicas da população se tornava cada vez mais difícil. Temiam-se as revoltas populares⁷ num clima de tensão e ao mesmo tempo de poupança extrema.

Com a supressão dos postos de comandante e escrivão a fim de poupar nas despesas, pela primeira vez surgia o posto de chefe, e este ocupava o topo da pirâmide hierárquica. Porém em 1926, através do Decreto Legislativo n.º 31, de 1 de setembro, o posto de chefe viria a ser extinto. Este decreto teve grande importância no que respeita ao recrutamento para ingressar nas fileiras da polícia, estabelecendo três requisitos fundamentais: exigência de instrução primária para nomeação para guardas de 1.ª classe e postos superiores, prova de idoneidade para o exercício da função e saber falar regularmente o inglês. Isto porque, boa fonte de recursos do país eram as companhias inglesas que se instalaram em São Vicente, em virtude do porto de águas profundas. Paralelamente, em 1927, foi criado o primeiro Corpo de Guarda Florestal através do decreto legislativo n.º 52, de 26 de julho.

Enquanto isto, na sequência da reestruturação dos Corpos de Polícia Cívica de Lisboa e do Porto, em 1927, surge na metrópole a atual designação de Polícia de Segurança Pública, aglutinando os dois Corpos de Polícia numa única instituição, subordinada ao Comando Distrital de Lisboa (COSME, 2006: 132), na alçada da Direção Geral de Segurança Pública, entretanto restabelecida.

A especialização e formação dos elementos da PSP era fulcral, facto pelo que, segundo JOÃO COSME (2006: 132), em 1928 foram instituídas duas escolas oficiais para Guardas

⁷ Sobre esta matéria, PEREIRA, EDUARDO (2006). *Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a cultura de resistência: A Revolta dos Engenhos (1822) e Achada Falcão (1841)*, Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo, Universidade de São Paulo.

Cabos e Chefes. Nesse mesmo ano, conforme FLÁVIO ALVES e ANTÓNIO VALENTE é enviado o primeiro contingente da PSP para Cabo Verde⁸.

Após esta data, os modelos de polícia aplicadas nas ilhas, foram de todo semelhante à metrópole, verificando uma melhor organização na estrutura de comandos. O Corpo de Polícia Civil passou a ser designado de Corpo de Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde⁹, regulamentado pela Portaria n.º4993, de 12 de maio de 1956. Segundo ALBERTO BARBOSA (2012), esta portaria trouxe novidades no que concerne à estrutura de comandos, uma vez que subdividiu o concelho em esquadras, postos e destacamentos, surgindo ainda pela primeira vez os serviços de viação, trânsito e investigação criminal.

O regulamento disciplinar aplicada a esta força fazia-se sentir em todo o território ultramarino visto que, em 1964, entrou em vigor o Decreto n.º 45.524 de 3 de janeiro, que aprovou o Regulamento Disciplinar dos Corpos de Polícia de Segurança Pública do Ultramar (COSME, 2006: 199). O corpo de PSP de Cabo Verde viria a marchar pelo território até 1984, configurando a última força a atuar no território, na condição de província ultramarina ainda que, durante quase dez anos atuou sob o regime autoritário, tendo sido substituído pelas Forças de Segurança e Ordem Pública (FSOP)¹⁰ através do Decreto-Lei n.º43, de 5 de maio. Esta seria então a primeira Força de Segurança a atuar num Cabo Verde enquanto país independente.

Apesar de consubstanciar numa nova força de segurança, a sua organização continuava-se a reger pelo Decreto n.º 15/75, de 13 de setembro, que, para efeitos de segurança e ordem pública, dividia o território em três agrupamentos com sedes nas ilhas de Santiago (Praia), São Vicente (Mindelo) e Sal (Espargos). Sob a dependência de uma Direção Nacional de Segurança e Ordem Pública, foram criadas os Departamentos de Polícia Económica e Fiscal, Regulamentação, Arquivo Geral, Segurança Nacional, Investigação Criminal, Polícia de Fronteiras e Polícia de Ordem Pública. Entretanto, a Portaria 12/76, de 24 de abril, criara a Escola de Polícia Daniel Monteiro funcionando “onde e quando as circunstâncias aconselharem”, sob dependência direta do Diretor Nacional. Este modelo organizativo de polícia manteve-se até 1992. Entretanto, no período que medeia entre 1975

⁸ Segundo o Decreto n.º 19.872, de 11 de junho de 1931, os elementos destacados para Cabo Verde tinham como missão exercer vigilância sobre os deportados políticos a quem foi fixado residência no arquipélago.

⁹ Criada oficialmente em 1962 pelo Diploma Legislativo Ministerial, de 5 de setembro (Estatuto da Polícia de Segurança Pública de Cabo Verde).

¹⁰ A 15 de novembro de 1974, o pessoal da PSPCV, reunido em Assembleia Geral, aprova uma moção de afastamento dos quadros da polícia colonial portuguesa e o comando é assumido, pela primeira vez na sua história, por um oficial Cabo-verdiano – Timóteo Tavares, Comandante da FARP (BARBOSA, 2012: 48).

e 1981, contava com a colaboração das milícias populares¹¹ no que concerne à garantia da segurança pública.

Com a implementação da democracia no país em 1991, a polícia não ficou isenta do processo das rápidas e profundas transformações, com assunção por parte das populações e forças políticas emergentes de valores que caracterizam um Estado de Direito Democrático. Na orgânica da polícia passou a constar a Unidade Especial de Polícia, comportando o Corpo de Intervenção e o Corpo de Proteção de Entidades. Em 1998, entram em vigor uma série de diplomas regulamentares da vida interna da instituição, com o intuito de modernizar e dignificar o mesmo, em que se destacam os Estatutos, a Orgânica, o Quadro de pessoal da POP, o Regulamento Orgânico do Serviço da POP, os Códigos de Ética e de Honra, o Regulamento das Esquadras e Postos, entre outros.

Como forma de garantir a racionalização dos meios humanos e materiais, o Decreto-Legislativo n.º6/2005, de 14 de novembro, publicado no quadro da reforma legislativa e institucional do setor de segurança interna, adotou um novo modelo de organização policial, ao criar a Polícia Nacional nela integrando “as principais forças policiais cujas finalidades orgânicas concorrem directamente para garantir a segurança interna”, como são os casos da Polícia de Ordem Pública, a Guarda Fiscal, a Polícia Marítima e a Polícia Florestal.

As Forças e Serviços de Segurança denominados de Corpo de Polícia Civil, Polícia de Segurança Pública, Polícia de Ordem Pública e Polícia Nacional consubstanciaram o mesmo organismo destinado a garantir a segurança e a ordem pública em Cabo Verde. Ao longo de 145 anos, as mudanças sociopolíticas verificadas na metrópole, passando pela colónia até ao Estado soberano, fizeram com que se alterassem as suas características, tanto no panorama organizacional como no seu universo funcional, assumindo desta forma, natureza intermitente entre o civil e o militar. Contudo, enquanto no campo da geografia continuar a existir terra firme em Cabo Verde e enquanto o objeto da antropologia continuar a deixar as suas pegadas no “pó da ilha nua”, haverá sempre a necessidade de existir um corpo de polícia destinada a garantir a ordem e a tranquilidade dos presentes fazendo com que os capítulos da historiografia da polícia continuem sem final previsível.

¹¹ Segundo ALBERTO BARBOSA (2012), as milícias populares eram constituídas por homens e mulheres, treinados, uniformizados, em regime de voluntariado, funcionando sob o comando das forças armadas e apoiadas por coordenadores de bairro. Recebiam armamento em função das missões que tinham por cumprir. Do seu seio saíam elementos que recebiam uma formação policial também básica e assumiam o patrulhamento dos seus bairros residenciais.

I.2. DO CONCEITO DE SEGURANÇA

O Homem, desde os primórdios da humanidade, teve implícito no seu subconsciente a noção de segurança. O *australopitecos*, mediante avaliação de risco, construía o seu abrigo, assim como, para construir arranha-céus em tempos modernos é necessário um estudo prévio a fim de prevenir dissabores. Tal avaliação de risco, verificada na maioria das circunstâncias derivada da ação humana, seja qual for o espaço/tempo, foi sempre levada a cabo em prol da segurança. Para FERREIRA DE OLIVEIRA (2006: 53) a segurança “foi desde sempre uma necessidade humana”, onde, houve uma constante procura do máximo bem-estar e comodidade. Porém, fatores externos resultantes das transformações físico-químicas verificadas no *cosmos* acompanhadas pelas mudanças sociopolíticas testemunhadas pela humanidade fizeram com que ao longo dos tempos as configurações do conceito de segurança se alterassem, ganhando dimensões políticas e militares, geográficas, psicológicas, culturais, económicas e históricas, de modo que, o seu uso tornou-se tão diversificado dificultando assim a atribuição de um significado inequívoco. Quando se canaliza o espírito de segurança para certos domínios, (segurança alimentar, segurança rodoviária, entre outros), presume-se que existe matéria de facto associada aos riscos e perigos subjacente a tal associação.

O termo segurança aparece associado a uma panóplia de situações, assumindo “várias perspectivas conceptuais (...) que confirmam pela sua própria diversidade o carácter subjectivo” (DUQUE, 2015: 55). Esta configuração conceptual encontra-se de tal forma carregada de subjetividade que cada indivíduo, em função do risco e do grau de ameaça, possui a sua própria percepção de segurança. Nas palavras de CRISTINA SARMENTO “a segurança relaciona-se com situações em que as sociedades observam uma ameaça em termos identitários” (SARMENTO, 2009: 63). Contudo, de um modo geral, caracteriza-se por “um estado de tranquilidade resultante da ausência de perigo” (CLEMENTE, 2009: 93).

Conforme LUCIA ZEDNER (2009: 14) o estado de tranquilidade, resultante na ausência de ameaças, configura-se no estado objetivo de segurança. Isto é, o resultado das ações desenvolvidas com vista a redução ou erradicação das ameaças. Nesta sequência, LUCIA ZEDNER (2009: 17-21) foi mais exaustiva no seu estudo, ao realçar que a segurança, além de ser vista como um estado objetivo, pode ainda ser equacionada, sob três formas. Como estado subjetivo, como uma busca e como um símbolo. O estado subjetivo, nas palavras

desta autora, pressupõe uma ausência de sentimento de insegurança¹². Como uma busca aparece como algo “inatingível e temporário” e, como símbolo, baseia-se mais na retórica dos políticos para lidar com as ameaças à segurança e nas companhias publicitárias da indústria da segurança privada.

O paradigma segurança, como aludido em parágrafos supra, é também interdisciplinar. Mas, considerando o leque de terminologias que podem ser aglutinadas à palavra primitiva segurança, entendemos que, com a finalidade de alcançar os objetivos pretendidos com a presente investigação, incidiremos sobre esta temática apenas no âmbito jurídico-constitucional em que a segurança aparece como direito, e consequentemente como “tarefa fundamental do Estado de direito democrático” (VALENTE, 2013). É este o propósito do surgimento da expressão “Segurança Interna”. O fundamento da atuação da Polícia concretiza-se na prossecução da segurança interna, e é com este mote que se encontra determinada a sua identidade, a sua razão de ser e de estar. Afigura-se necessário abordar o conceito de Segurança Interna definida no art.º 2.º al. a), da lei de Segurança Interna de Cabo Verde¹³, como “actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir a criminalidade”.

Argumenta RAQUEL DUQUE que a segurança constitui uma preocupação governativa vital, mas a sua definição continua por concretizar (DUQUE, 2015: 55). Contudo, vários autores caíram na tentação de definir o “inatingível e temporário” paradigma, sendo que, para a presente investigação, emerge a necessidade de compreender o termo segurança prioritariamente no âmbito da categoria política¹⁴.

No entender de AMARAL (1994: 29) a segurança é uma necessidade coletiva que deve ser responsabilidade dos organismos da Administração Pública, exercida pela polícia. Constitui um dever do Estado para com os seus membros, sendo uma atividade indissociável do Estado de direito. Já para CRISTINA SARMENTO (2009: 59) o conceito de Segurança surge ligado a um acontecimento que afeta os objetivos políticos do Estado, colocando em causa a sobrevivência da unidade política, frisando ainda que, nas palavras de OLE WAEVER, a segurança passa a ser entendida como um “conjunto particular de discursos e práticas

¹² O sentimento de insegurança, conforme evidencia LUÍS GUERRA (2007:35), é a composição indissociável de medos e preocupações de natureza social, patrimonial, cívica, emocional, de integridade e dignidade pessoal. São essas as preocupações que, mais profundamente, se inscrevem nos indivíduos e que adicionados ao discurso do medo e à percepção dos riscos globais se transformam no sentimento de insegurança.

¹³ Cfr. Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro.

¹⁴ Segundo a chamada Escola de Copenhaga, no final da década de 90, passaram a identificar-se cinco categorias de segurança: militar, económica, política, social e ambiental (RODRIGUES, 2013).

históricas baseadas em entendimentos institucionalmente partilhados” (cit. in SARMENTO, 2009: 63).

Partindo do princípio de que a razão de existência da polícia se fundamenta na necessidade de garantir o bem-estar e a tranquilidade públicas e tendo em consideração o tema a discorrer na presente dissertação, seria intolerável falar de polícia sem nos debruçarmos sobre o conceito paradigmático de segurança, e como tal fenómeno se manifesta na sociedade. Segurança e polícia são dois assuntos indissociáveis de modo que, os Corpos de Polícia destinados a garantir o bem-estar e sanar as ameaças, assumem a nomenclatura de Forças e Serviços de Segurança (FSS).

A questão que sobressai é se a segurança enquanto bem comum aparece como variável em detrimento das funções da polícia, ou se existe alguma correlação entre ambos. Cingindo-nos à realidade cabo-verdiana, uma vez que a Polícia Nacional de Cabo Verde aparece como tema central nesta investigação, constata-se que em determinadas zonas periféricas do território, não existem esquadras nas proximidades o que faz com que haja uma fraca ligação, entre a polícia e a comunidade. Contudo, no seio da comunidade rural, as ocorrências criminais são mais diminutas. Em sentido oposto, constantemente ouve-se nos meios comunicação social, nos debates políticos, nos fóruns e na quotidianidade o termo sentimento de insegurança que se perpetua na capital do país, apesar do grande contingente do efetivo da PNCV laborar na cidade da Praia¹⁵.

Não obstante este panorama, se nos pendermos sobre o conceito de segurança no seu estado subjetivo como mencionado nos estudos de LUCIA ZEDNER (2009), em determinadas comunidades a presença da polícia garante confiança e gera tranquilidade no seio da população. Noutras situações a sua presença representa uma anomalia, significa que algo não está conforme, carece de intervenção policial para restabelecer a ordem e a tranquilidade, inculcando no seio da população um sentimento de insegurança.

Estamos perante um tema que ao longo dos séculos tem sido, objeto de grandes debates filosóficos e políticos. Porém, após a queda do Muro de Berlim, quando se concluiu que o fim da Guerra Fria não era sinónimo de paz mundial (RODRIGUES, 2013), e mais tarde com os atentados do 11 de setembro que despoletaram uma campanha mundial na luta contra o terrorismo, o desenvolvimento de teorias sobre a segurança galgou terreno no campo da investigação científica e académica.

¹⁵ Num estudo levado a cabo pela Comissão de Coordenação de Combate à Droga do Ministério da Justiça de Cabo Verde e pelo Escritório Contra Drogas e Crimes das Nações Unidas, em 2007, concluíram que os inquiridos das áreas rurais sentiam-se muito mais seguros do que os inquiridos das cidades.

Apesar de haver atualmente uma noção comum de segurança (embora se torne impossível de chegar a uma definição comum)¹⁶, de ser amplamente reconhecido que se trata de um princípio ético fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana, e condição imprescindível para que o homem se realize plenamente em sociedade, revelou-se necessário inscrever em Pactos, Tratados e Convenções Internacionais, este e outros direitos considerados fundamentais. “A segurança como bem comum, é divulgada e assegurada através de um conjunto de convenções sociais aceites pela sociedade” (CORREIA, 2015: 8). Contudo, apesar de se tratar de uma tarefa fundamental, nem todos os Estados, enquanto forma de organização política, a reconhecem ou a conseguem garantir. Vejam-se recentes acontecimentos na Síria, na Nigéria, em El Salvador, entre outros, donde podemos tirar fortes ilações.

Conforme MANUEL VALENTE (2012: 104), são poucos os que pensam na segurança como um direito garantístico do exercício dos demais Direitos, Liberdades e Garantias (DLG). Num Estado de Direito, uma vez que “há segurança quando se garante a integridade dos princípios do nosso Estado de direito e democrático” (VALENTE, 2013: 26), o termo segurança não deve ser visto como mais um direito do cidadão, mas sim como uma soberania do Estado que possibilita o pleno exercício dos demais DLG.

Torna-se evidente a necessidade de proceder a uma análise sistemática da trilogia polícia, política e segurança para perceber o tipo de Estado em que se vive num determinado momento, qual a relação entre este e o cidadão e como se compactua com os demais, no âmbito do direito internacional.

Quando se fala em segurança, não existe meio-termo. Ou há segurança ou não há. Contudo, considerando os vetores tempo e espaço, não existe segurança absoluta, de modo que a dificuldade de prever o risco faz com que assuma um carácter temporário. De acordo com ALEXANDRE RODRIGUES (2013), apesar das adversidades aliadas ao seu conceito, a segurança é uma condição sem a qual não haverá desenvolvimento sustentado, uma economia livre e direitos garantidos. É a condição de paz, liberdade, independência, soberania, integridade territorial. O seu campo de aplicação não é só o Estado. É também a sociedade. É, simultaneamente, um objetivo a alcançar e um valor a preservar. É um dever que o Estado tem de garantir e uma condição a que todos os cidadãos têm direito.

¹⁶ Na visão poliédrica de MANUEL VALENTE (2013: 133), a segurança assume uma perspectiva plurifuncional e plurinormativo que se afirma como uma necessidade e um valor individual coletivo mutável e adequável a um estado conceptual do ser humano e de Estado de um tempo e de um espaço gravitacional, e como um sentimento real e cognitivo a ser produzido e alcançado como instrumento, meio e atividade desenvolvida por entes dotados de *ius imperii* para a prossecução do fim público e privado primordial da sociedade sem fronteiras.

I.3. A CONSTITUIÇÃO E A SEGURANÇA

A revolução dos cravos desencadeada na metrópole fez-se surtir em todo o território ultramarino, fazendo com que a corrente de libertação colonial se propagasse em múltiplas direções. Por conseguinte, a década de 1970 foi preponderante para as colónias portuguesas em África, que após séculos de resistência popular conseguiram fugir ao regime e assim traçar os próprios caminhos: “Assim, nós, Povo da Ilhas, quebramos as cadeias da subjugação colonial e escolhemos livremente o nosso destino Africano”. Estas foram as palavras proferidas pela Assembleia Nacional de Cabo Verde a 5 de julho de 1975, que em nome do povo proclamou solenemente a República de Cabo Verde como nação independente e soberana.

O estatuto de república vinculou Cabo Verde e com este emergiu a necessidade de implantação de normas, diplomas e diretivas com vista a dignificar a pátria. Com alguma urgência, o país necessitava de uma reorganização a todos os níveis atendendo a conjuntura que se verificava na altura. Desta forma, no mesmo dia em que se tornou independente, a Assembleia Nacional aprovou a Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE) alegando que se tornava necessário instituir órgãos de poder do Estado e uma orgânica jurídico-política, indispensáveis à governação e administração do país, até que fosse adotada a Constituição da República.

Não se tratando de uma constituição, tudo quanto continha em matéria de segurança consubstanciava que “o Conselho de Ministros interpreta e executa, de maneira criadora, as linhas de ação governativa estabelecidas pela Assembleia Nacional Popular com vista à realização do programa (...), de defesa e de segurança definido pelo PAIGC”¹⁷. Por conseguinte, a decisão com força de Lei n.º 1/75 de 5 de julho¹⁸ determinava no seu art.º 1º, n.º 1 a criação de um Ministério de Defesa e Segurança Nacional.

A primeira Constituição da República de Cabo Verde¹⁹ surgiria cinco anos após a independência e nela a segurança como bem jurídico não fez epígrafe em nenhum dos seus 102 artigos, como aparecem os demais direitos, liberdades e garantias, estabelecidos no seu Título II.

¹⁷ Cfr. art.º 15.º, n.º 1 da LOPE, publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1 de 5 de julho de 1975.

¹⁸ Publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1 de 5 de julho de 1975.

¹⁹ Constituição Política da República de Cabo Verde, aprovada na IX Sessão Legislativa da I Legislatura, em 5 de setembro de 1980 e publicada através da Lei n.º 3/80, de 13 de outubro.

Partindo do princípio de que estávamos perante um Estado autoritário, e pressupondo que há uma relação de complementaridade e interdependência funcional entre o direito à liberdade e o direito à segurança, entende-se que a exclusão do direito à segurança deve-se ao facto do não reconhecimento também da liberdade como direito fundamental num Estado autoritário. Resumia-se a um ambiente de coação, e a própria Constituição deixa transparecer a ideia realçando no seu art.º 4.º que, na República de Cabo Verde o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde era a força política dirigente da sociedade e do Estado. Dito isto, ficou claro nesta constituição que existiu uma certa timidez por parte do legislador em conceder a liberdade e segurança como direitos fundamentais.

Na primeira República, a Constituição era completamente omissa em matéria de segurança, contudo contemplava no seu corpo que “no exercício das suas funções, compete ao governo organizar e dirigir a execução das atividades (...) de defesa e segurança, inscritas no seu programa”²⁰. A segurança não era reconhecida como direito fundamental, mas era concebida como função do Estado. Entretanto, a propósito do estado de sítio, o espírito de segurança encontrava-se plasmado, mas de forma oculta, quando determinou que o mesmo podia ser declarado pelo Presidente da República²¹.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH)²² estabelece no seu art.º 3.º que todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Assim, tendo em consideração o pressuposto estabelecido no seu art.º 28.º, determinando que toda a pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na própria declaração, na feitura da constituição, na versão originária datada de 1992, em matéria de segurança o legislador seguiu o espírito do Direito Internacional e definiu como epígrafe do seu art.º 28.º, o direito à liberdade e à segurança pessoal.

Por se tratar de uma Constituição de pendor liberal e democrático, houve necessidade de prever e regular a segurança, até porque a segurança é uma condição de Estado de Direito, ainda que, segundo JOSÉ FERNANDES (2014: 12) neste modelo de Estado, a segurança não se configura num fim em si mesmo e de natureza absoluta, encontrando-se limitada pela observância e respeito dos direitos, liberdades e garantias e pelos demais princípios do Estado de direito democrático.

²⁰ Cfr. art.º 81.º, n.º 1, al. c).

²¹ Cfr. art.º 32.º ; art.º 74º, al. o).

²² Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

Promover o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos é um dos princípios consagrados na Constituição de 1992. Estando definido como tarefa fundamental do Estado no seu art.º 7.º, entende-se que, neste panorama, a segurança é imprescindível para alcançar tais objetivos. Por conseguinte o Estado viu-se então obrigado a criar estruturas para garantir a segurança e o bem-estar na sociedade democrática emergida na encruzilhada Atlântica.

Na Constituição de 1980 surgem as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, como instituição primordial de defesa da nação, a quem estava incumbido defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais específicos na garantia da segurança interna e da ordem pública. Como referido anteriormente neste capítulo, a manutenção da ordem pública e garantia de segurança interna, na altura estava a cargo da PSP de Cabo Verde, que viria a ser substituída em 1984 pelas Forças de Segurança e Ordem Pública.

Foi preciso aguardar até 1992 para que, com o culminar da segunda República, a Constituição trouxesse “Polícia” como epígrafe no seu art.º 266.º, estabelecendo no seu n.º 1 que “a polícia tem por função defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e os direitos dos cidadãos”. Porém, “polícia” não manteve a sua integridade no que diz respeito aos artigos, passando do 266.º para o 240.º e posteriormente para o 244.º com as revisões de 1999 e 2010. No âmbito da segurança, podemos destacar a possibilidade da aplicação das medidas de polícia, constitucionalmente previstas, que muitas vezes assumem a nomenclatura de medidas de segurança.

Congregou no seu corpo um Título dedicado à Defesa Nacional, definindo-a como integração e ação coordenada de todas as energias e forças morais e materiais da nação, face a qualquer forma de ameaça ou agressão, tendo por finalidade garantir de forma permanente a liberdade e a segurança da sua população. Desta forma, surgem as forças armadas no seu art.º 269.º como instituição incumbida de garantir a segurança externa do país.

Como se verifica, a Constituição de 1992, sofreu algumas revisões levadas a cabo pelas Leis da Revisão Constitucional 1/IV/95²³, 1/V/99 e 1/VII/2010. Terá a segurança assumido características estanques ao longo das revisões? Cingindo-nos às epígrafes dos artigos, o direito à liberdade e à segurança pessoal não mantiveram a sua integridade, deixando de fazer figura no art.º 28.º e passando a constatar como epígrafe no art.º 29.º com as revisões subsequentes. Por conseguinte, o próprio corpo do artigo sofreu alterações.

²³ Aditou o artigo 316-A à Lei Constitucional n.º 1/IV/92, de 25 de novembro.

Em relação à lei mãe, foi adicionado o n.º 3. A matéria elencada no n.º 1 do art.º 28.º da constituição virgem da segunda República viria a dar lugar aos números 1 e 2 com a revisão de 1999. Assim, o reconhecimento de que todos têm direito à liberdade e à segurança pessoal passou a ser matéria isolada no n.º 1 do art.º 29.º. Em matéria de segurança, as alterações mais relevantes verificadas, foram o aditamento da alínea *h*) na revisão constitucional de 1999, determinando a admissibilidade da detenção de suspeitos para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo mínimo estritamente necessário, fixados na lei, e na revisão de 2010, com a admissibilidade da extradição de Cabo-verdianos nos casos dos crimes de terrorismo e criminalidade internacional organizada, quando concomitantemente com as circunstâncias previstas nas alíneas *a*) e *c*), do n.º 3 do art.º 38.º.

A Constituição de 1992, na sua versão original, já previa a possibilidade de extradição de cidadão cabo-verdiano, estabelecendo no n.º 5, do seu art.º 35.º, que “a extradição só poderá ser concedida quando esteja expressamente prevista na lei ou em Convenção Internacional”. Porém, foi preciso esperar alguns anos, até que em 1998, com o reconhecimento internacional de que crimes de uma determinada gravidade constituem uma ameaça à paz, à segurança e ao bem-estar da humanidade, foi assinado em Roma o tratado constitutivo do Tribunal Penal Internacional²⁴. Com este tratado, muitos foram os países obrigados a alterar os seus ordenamentos jurídicos, e doze anos depois a Constituição da República de Cabo Verde, sofreu alterações no âmbito do direito internacional²⁵, congregando no seu corpo a admissibilidade de extradição nos crimes de terrorismo e criminalidade organizada. A revisão de 2010 veio expressamente tipificar os crimes em que tal situação é admissível.

As revisões verificadas foram levadas a cabo em prol da segurança consubstanciando, assim, matéria-prima para a elaboração da Lei de Segurança Interna e da Lei de Organização e Investigação Criminal, instrumentos fulcrais para a prossecução dos pressupostos estabelecidos no artigo 244.º da CRCV.

Desta forma, a Constituição de 1992²⁶ lançou as bases fundamentais para a edificação da segurança pública em Cabo Verde, seja pelo garante do direito à segurança, seja pelo reconhecimento da importância da polícia num Estado de Direito.

²⁴ Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, aprovado em Roma, pela Conferência Diplomática reunida de 15 de junho a 17 de julho de 1998.

²⁵ Cabo Verde ratificou o tratado a 13 de outubro de 2011.

²⁶ Seguiu o modelo português e teve como interveniente na sua feitura Wladimir Augusto Correia Brito, atualmente professor catedrático da Escola de Direito da Universidade do Minho, condecorado em 2016 por Jorge Carlos Fonseca, presidente da República de Cabo Verde.

I.4. CABO VERDE: ESTADO DE DIREITO

À semelhança de alguns paradigmas abordados ao longo deste capítulo, as reflexões relativas ao conceito de Estado têm sido objeto de grandes debates. Porém, se considerarmos que um Estado se caracteriza pela existência de um território, um povo e um poder político, podemos afirmar que, com a proclamação da independência, Cabo Verde assumiu desde logo o estatuto de Estado. Conforme ADAM MULLER (cit. in ZIPPELIUS, 1997: 36) o Estado é a união profunda de toda a vida interna e externa de uma nação para formar um todo grande, enérgico, infinitamente dinâmico e vivo. Nas palavras de GOMES CANOTILHO (1999), “o Estado de direito não será possível em comunidades de direito sem um Estado”, o que faz com que a existência de um Estado politicamente e geograficamente definido, seja condição *sine qua non* para existência de um Estado de direito.

A Constituição de 1980 deixa transparecer a ideia de implementação de um modelo de Estado de direito em Cabo Verde, consagrando ao longo do seu texto princípios típicos deste tipo de Estado. Contudo, o seu carácter autoritário, definindo o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) como força política dirigente da sociedade e do Estado²⁷, ocultando direitos fundamentais como a liberdade e a segurança, tiram-no o estatuto de Estado de direito na sua íntegra. Nas palavras de SCHELLING (cit. In ZIPPELIUS, 1997: 36), o Estado é um organismo objetivo da liberdade e, assim sendo, na ausência deste princípio não pode ser considerado um Estado de direito.

O PAIGC, que por razões associadas a desvinculação política entre a Guiné e Cabo Verde²⁸ mais tarde viria mudar a sua nomenclatura para Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), manteve o monopólio do poder político em Cabo Verde até 1991, funcionando como governo arbitrário. Entretanto, surge um novo partido político (Movimento Para Democracia), que, segundo MICHEL COHEN (1991: 145), reivindicou afincadamente a vinculação de certos direitos no país (eleições livres, liberdade sindical, o direito à greve, a separação entre os poderes, entre outros). Por conseguinte, a 13 de janeiro de 1991, relativamente ao processo de transição política, o eleitor votou pelo fim do regime de partido único, instituindo assim um regime multipartidário em Cabo Verde. Com 62,5% dos votos, o Movimento Para Democracia (MPD) garantiu 56 das 79 cadeiras

²⁷ Cfr. art.º 4.º da Lei n.º 3/80, de 13 de outubro.

²⁸ Conforme JOÃO NASCIMENTO (2004), o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 na Guiné-Bissau foi, também, uma crise que teve repercussões diretas no contexto político Cabo-verdiano, representando assim, o fim do projeto de Estado binacional.

no parlamento, enquanto o Partido Africano Independente de Cabo Verde, com 31,6% dos votos, elegeu apenas 23 deputados²⁹. Com a maioria qualificada de dois terços, o MPD tinha, assim, poderes para mudar a constituição, facto que viria a acontecer em 1992, culminando desta forma com o aparecimento da segunda República.

Elaborou-se uma nova Constituição que continha ao longo do seu texto princípios e garantias para o exercício de uma democracia pluralista, consagrando o Estado de Direito Democrático³⁰, garantindo uma série de liberdades e garantias antes desconhecidos pelos Cabo-verdianos. “As maiores mudanças ocorreram no plano económico e na introdução de direitos e garantias constitucionais que, até então, não faziam parte da vida dos Cabo-verdianos” (ÉVORA, 2001: 81).

A lei constitucional de 1992 passou a garantir o direito à liberdade, ao *habeas corpus*, à liberdade de expressão e informação, à liberdade de associação, de reunião e de manifestação, da imprensa, da associação sindical e do direito à greve. Os titulares de órgãos públicos passaram a ter responsabilidade civil e criminal sobre os seus atos, no âmbito do processo penal passaram a ser consideradas nulas todas as provas obtidas através da tortura, entre outros. Portanto, esta Constituição veio alargar as garantias dos cidadãos, criando assim um espaço de liberdade, segurança e justiça.

Além das mudanças constitucionais, ROSELMA ÉVORA (2001: 86) salienta que o primeiro governo eleito democraticamente aboliu os instrumentos de repressão e de controlo social e político do regime anterior, extinguiu a polícia política, as milícias populares e os tribunais populares (tribunais de zona), que eram instrumentos de repressão autoritária, e ainda, *despartidarizou* a polícia de ordem pública, afastando e reformando a sua direção.

Perante tais argumentos, resta saber, se à luz do direito internacional e da doutrina, Cabo Verde passou a ser efetivamente um Estado de Direito. Um dos princípios fundamentais de um Estado de Direito assenta-se na existência de uma Constituição³¹, quer no seu sentido material como em sentido formal, definindo normas fundamentais de convivência em sociedade. Para REINHOLD ZIPPELIUS (1997), segundo a conceção atual da constituição, integra estas normas as determinações fundamentais sobre a posição dos

²⁹ In Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 3 de 25 de janeiro de 1991.

³⁰ Segundo SCHMITTER e KARL (1991), um regime democrático moderno é aquele que garante aos cidadãos os seus direitos na constituição e no qual existe competição entre os atores para governar. O sistema político oferece múltiplos canais e processos de expressão de interesses permitindo que estes interesses (individuais ou coletivos) possam ser representados, realçando ainda que, uma característica fundamental de um regime democrático moderno seria a responsabilidade dos políticos perante os seus atos, para com os cidadãos.

³¹ Para REINHOLD ZIPPELIUS (1997: 385) o modelo do Estado de direito liberal entronca, nos seus aspetos mais importantes, no sistema constitucional.

cidadãos no Estado, com especial relevância das que se referem aos seus direitos políticos e direitos fundamentais, sobretudo os direitos liberdades e garantias. Entendemos que, para que um Estado seja considerado de Direito absoluto, os princípios orientadores de um Estado de Direito³² devem figurar ao longo do seu texto (Constituição formal). Isto sem descurar da importância da Constituição em sentido material.

O Estado liberal de direito, nas palavras de MAURÍCIO MOTA (2011: 5), caracteriza-se pela difusão da ideia de direitos fundamentais, da separação de poderes, bem como do império das leis, próprias dos movimentos constitucionalistas que impulsionaram o mundo ocidental a partir da *Magna Charta Libertatum*, de 1215. Assim, num Estado liberal de direito, há uma separação evidente entre o público, ligado às coisas do Estado (direito à comunidade estatal: cidadania, segurança jurídica, representação política, entre outros) e o privado (direito à vida, à liberdade, à propriedade, entre os demais). Com a definição precisa do espaço privado e do espaço público, o indivíduo, guiado pelo ideal da liberdade, busca no espaço público a possibilidade de materializar as conquistas implementadas no âmbito do Estado que por vezes prescinde da sua intervenção nas relações de domínio privado.

Na busca de interesses próprios, o indivíduo procura encontrar a sua felicidade, por isso o Estado tem por propósito garantir as liberdades individuais necessárias para atingir tais objetivos. Assim, verifica-se que o Estado de Direito é caracterizado por ser um Estado *mínimo*, cuja intervenção relativamente aos Direitos Liberdades e Garantias (DLG), pauta-se pela manutenção da ordem social e a segurança pública conforme leciona CANOTILHO (2012: 97), afirmando ainda que o Estado de direito é um Estado liberal no seu verdadeiro sentido, limitando-se à defesa da ordem e segurança pública, remetendo-se os domínios económicos e sociais para os mecanismos da liberdade individual e da liberdade de concorrência. Neste contexto, os direitos fundamentais liberais decorriam não tanto de uma declaração revolucionária de direitos, mas do respeito de uma esfera de liberdade individual.

Segundo FRANZ NEUMANN, (cit. in BOBBIO, 1998: 401) um Estado de Direito sistematiza-se numa estrutura formal do sistema jurídico assente na garantia das liberdades fundamentais com aplicação da lei geral-abstrata por parte de juízes independentes; numa estrutura material do sistema jurídico baseada na liberdade de concorrência no mercado

³² REINHOL ZIPPELIUS (1997) e GOMES CANOTILHO (1999) discriminaram alguns princípios que servem como instrumentos para prevenir um exercício incontrolado do poder do Estado, sendo que o primeiro destaca os princípios de igualdade, legalidade, liberdade de escolha da religião, discricionariedade, proporcionalidade e proibição do excesso, independência dos tribunais e dever de fundamentação e o segundo realça a necessidade de uma observância pelo princípio da justa medida, do garante perante o princípio da legalidade da administração e da via judiciária, afirmando ainda que um Estado de direito é aquele que dá segurança às pessoas e responde pelos seus atos.

reconhecida no comércio aos sujeitos da propriedade; numa estrutura social do sistema jurídico direcionada à questão social e os sistemas reformistas de integração da classe trabalhadora e numa estrutura política do sistema jurídico que se fundamenta na distribuição e separação do poder.

Posto isto, a República de Cabo Verde é um país soberano, unitário e democrático, regendo-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos, a paz e a justiça. Para além do seu ordenamento jurídico, o Estado de Cabo Verde vincula-se, ainda, às convenções e tratados internacionais sobre os direitos humanos e soberania dos povos³³, alicerçando-se nos princípios da liberdade ideológica, da democracia política, social, cultural, religiosa e económica, da igualdade, da justiça e da solidariedade.

O funcionamento do Estado rege-se por um sistema democrático, que estabelece como princípios fundamentais a unidade do Estado, a separação de poderes e a interdependência dos órgãos de soberania, a neutralidade religiosa, a independência dos tribunais, a existência e a autonomia do poder local, entre outros. Deste modo, o poder político é exercido pelo povo através do sufrágio, do referendo e por outras formas constitucionalmente estabelecidas.

O Presidente da República é o representante supremo do Estado e é eleito pelo povo³⁴. A Assembleia Nacional é constituída com base no voto popular³⁵ e é ela que designa o Chefe do Governo a ser nomeado pelo Presidente da República³⁶.

Em observância à atual Constituição da República de Cabo Verde, concomitantemente com os princípios elencados pela doutrina, podemos afirmar que Cabo Verde é um *Estado de Direito Democrático*.

³³ Segundo CANOTILHO (1999), Estado de direito é o Estado que respeita e cumpre os direitos do homem consagrados nos grandes pactos.

³⁴ Cfr. art.º 109.º da CRCV.

³⁵ Cfr. art.º 115.º, n.º 1 da CRCV.

³⁶ Cfr. art.º 135.º, n.º 1, al. i), da CRCV

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

II.1. POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE: 10 ANOS DE MUDANÇA

A alteração do quadro de ameaças e riscos que se colocam à segurança nas sociedades contemporâneas suscitaram a necessidade de os Estados procederem a uma revisão do conceito de segurança e consequentemente adotarem uma nova governança da segurança que implica reformas nos sistemas de segurança e nas próprias instituições policiais. Daí que cada Estado tende a adotar o modelo de polícia que melhor se adequa às circunstâncias e os objetivos pretendidos.

Segundo PEDRO CLEMENTE (2006: 91), no plano da semiótica policial, não há uma relação constante entre a coisa e a palavra. Cada país e cada época têm os seus modelos policiais. Assim, ao analisar-se a história das polícias verifica-se que “não existem modelos ideais de polícia, nem existe apenas um único modelo de polícia” (CLEMENTE, 2006: 91).

Desta forma, segundo SILVA (2013: 11) podem-se identificar os seguintes tipos de modelos de organização dos sistemas policiais: modelos monistas, dualistas ou pluralistas, estatizados ou municipais, centralizados ou descentralizados. Assim, no sistema monista, a polícia depende de um único órgão, como é o caso da Noruega; no caso de um sistema pluralista, todas as polícias existentes num país dependem de vários órgãos, como é o caso do Canadá. Um sistema é considerado centralizado “a partir do momento em que tudo o que concerne aos problemas gestionários e operacionais do corpo policial é colocado sob responsabilidade final de uma instância situada no nível político central” (MONET, 2006, cit. in OLIVEIRA, 2006).

Acresce ainda referir que para os autores BILL TUPMAN e ALISON TUPMAN (1999: 13) existem, sobretudo na Europa, três tipos de modelos policiais, o napoleónico, o nacional e o descentralizado. O napoleónico, como é o caso de Portugal, Espanha, Itália e França, caracteriza-se como modelo centralizado e dualista. No modelo nacional, as polícias têm uma competência alargada a todo o território nacional, onde existe um diretor nacional que depende do Ministro da Administração Interna ou do Ministro da Justiça e é mais comum em países como a Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia. Por fim, no modelo descentralizado como acontece nos EUA e em Inglaterra, onde as forças policiais estão dispostas por todo o território nacional, com competência territorial apenas nas áreas

geográficas onde exercem a sua atividade e usufruem de alguma autonomia ao nível do recrutamento e na tomada de decisões operacionais.

No sentido de corresponder as expectativas dos cidadãos e como forma de garantir a racionalização dos meios humanos e materiais, muitos são os países que têm adotado o modelo de polícia nacional como preferencial na prossecução da segurança interna. Deste modo, Cabo Verde não é exceção, tendo o Decreto-Legislativo n.º 6/2005, de 14 de novembro, publicado no quadro da reforma legislativa e institucional do setor de segurança interna, adotado um novo modelo de organização Policial em Cabo Verde, ao criar a Polícia Nacional, integrando “as principais forças policiais cujas finalidades orgânicas concorrem directamente para garantir a segurança interna”. Neste mote, a Polícia de Ordem Pública, a Polícia Marítima, a Guarda Fiscal e a Polícia Florestal ficaram sob a dependência de uma Direção Nacional única, criando uma nova estrutura e extinguindo de vez o sistema multifacetado do edifício da segurança pública em Cabo Verde.

Segundo o Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro, a Polícia Nacional é uma força pública uniformizada de natureza civil, profissional e apartidária, de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa, financeira e operacional³⁷ que, conforme o art.º 2.º, n.º 1, al.ª. a) à h) do mesmo diploma tem por missão geral defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna, a tranquilidade pública e o exercício dos direitos liberdades e garantias dos cidadãos; manter e restabelecer a segurança dos cidadãos e da propriedade pública ou privada, prevenindo ou reprimindo os atos ilícitos contra eles cometidos; coadjuvar as autoridades judiciais na investigação, como órgão de polícia criminal; velar pelo cumprimento das leis e disposições em geral, designadamente as referentes à viação terrestre e aos transportes rodoviários; prevenir e reprimir as infrações fiscais e aduaneiras; controlar as fronteiras aéreas e marítimas; defender e preservar a floresta nacional e assegurar o cumprimento das leis e regulamentos marítimos³⁸.

No presente capítulo, e com a finalidade de compreender qual a tipologia de polícia Cabo Verde tem, é feita uma incursão as novas questões institucionais que surgiram com a criação da PNCV, incidindo sobre a sua natureza, missão, organização, e ainda, na forma como se compactua com a sociedade no cumprimento dos pressupostos estabelecidos na CRCV³⁹.

³⁷ Cfr. art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 39/2007 de 12 de novembro.

³⁸ Cfr. art.º 10.º, 81.º, 82.º e 812.º do Código Marítimo de Cabo Verde.

³⁹ Cfr. art.º 244.º n.º 1 da CRCV.

II.1.1. NOVO PARADIGMA DE INTERVENÇÃO

Dando seguimento a uma política de reafirmação da nova tipologia de polícia, torna-se necessário aprofundar a sua identidade bem como a natureza da sua intervenção. Desta feita, pretendemos abordar nesta área temática os seguintes paradigmas, quando confrontados com a natureza das funções da Polícia Nacional: Forças e Serviços de Segurança (FSS), polícia, nos seus vários sentidos e Órgãos de Polícia Criminal (OPC).

No que concerne à natureza, segundo MANUEL VALENTE (2012: 51) para que uma polícia revista o manto de força de segurança deve obedecer aos princípios de *territorialidade*, *reserva de lei* e o da *unidade de organização* para todo o território. Se debruçarmos sobre os princípios de territorialidade e unidade de organização para todo o território, verificamos que a PNCV concorre fortemente para ser considerado *Força de Segurança*, visto que conforme MANUEL VALENTE (2012: 51), “a competência territorial da atuação da polícia é um elemento que reforça ou dá consistência à conceção de uma dada polícia como força de segurança”. De acordo com este princípio, a própria Lei Orgânica atribui a PNCV este estatuto, ao estabelecer nos seus artigos 1.º e 8.º, que a mesma é uma polícia de âmbito nacional.

Quanto ao princípio de *unidade de organização para todo o território nacional*, uma vez que apenas a Assembleia Nacional e o Governo podem criar, definir as tarefas e a direção orgânica da Polícia Nacional de Cabo Verde⁴⁰, podemos afirmar que a sua organização territorial é uniforme. Atendendo a estes princípios, o sistema policial em Cabo Verde passou a contemplar apenas uma única força de segurança de natureza civilística, resultado da junção das várias forças e serviços de segurança existentes anteriormente⁴¹.

A Constituição da República de Cabo Verde determina, no n.º 3 do seu art.º 244.º, que a lei fixa o regime das Forças de Segurança e a sua organização, estabelecendo ainda no seu art.º 176.º, n.º 1, al. l) que, compete, exclusivamente a Assembleia Nacional, salvo autorização legislativa concedida ao Governo fazer leis sobre o regime geral das Forças de Segurança.

⁴⁰ Cfr. art.º 177.º, n.º 1 al. l) da CRCV.

⁴¹ A lei de segurança interna foi publicada pela primeira vez em 2007, no Boletim Oficial da República de Cabo Verde n.º 34, Série I, de 10 de setembro. Contudo esta lei não estabelece quais são as Forças e os Serviços de Segurança em Cabo Verde. Considerando os estudos de Manuel VALENTE, entendemos que das tipologias de polícia anterior, apenas a Polícia de Ordem Pública e a Polícia Marítima poderiam ser consideradas Forças de Segurança, sendo que a Guarda Fiscal e a Guarda Florestal assumiam o estatuto de Serviços de Segurança.

A nova tipologia de polícia trouxe novas questões, diferentes desafios, adquirindo ainda novas competências, resultado das fortes modificações verificadas na sua estrutura orgânica e funcional. Desta feita, surge a necessidade de estudar a PNCV com o intuito de dar respostas as novas interrogações resultantes das mudanças estruturais, sejam elas em sentido funcional, orgânico e formal.

Para melhor compreendermos o termo “polícia” em sentido funcional, recorremos aos estudos de MARCELLO CAETANO (2004: 1150) onde este definiu a polícia como o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das *atividades individuais* [e coletivos] suscetíveis de fazer perigar *interesses gerais* [e individuais], tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizam os danos sociais que as leis procuram prevenir⁴². Já na esteira de SÉRVULO CORREIA (1994: 393), em sentido funcional, a polícia pode ser definida como a atividade da administração pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de atos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de atos de autoridade seja consentida pela ordem jurídica. Iremos oportunamente abarcar a questão das funções da PNCV e, veremos então que estando a polícia enquadrada no Título VII da CRCV referente a Administração Pública, exerce atividades de administração pública preenchendo assim os pressupostos enunciados nas definições supracitadas.

No modo de pensar de MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO (2009: 313), polícia em sentido orgânico prende-se com a pertença de um determinado grupo de autoridades administrativas. Consubstancia-se numa instituição composto por órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos que, segundo CATARINA SARMENTO E CASTRO (1999: 293) desempenham essencialmente tarefas materiais de polícia.

Como salientou MIGUEL NOGUEIRA DE BRITO (2009: 313), a atividade de controlo de perigos pode ser desempenhada pelas autoridades da administração geral, reservando-se para as autoridades de polícia⁴³ o controlo de perigo em casos de urgência, nos casos em que é devida colaboração na perseguição criminal e contraordenacional e nos casos de proteção de pessoas e bens. Apesar disto, convém enfatizar que a Polícia Nacional não é a única entidade

⁴² Numa conceção de polícia moderna, MANUEL VALENTE (2012: 49) defende que a lesão dos interesses jurídicos não se esgota no campo das atividades individuais, podendo ser desencadeadas pelas pessoas coletivas e que as condutas de pessoas singulares e/ou coletivas podem afetar interesses gerais ou coletivos, bem como, interesses singulares e individuais.

⁴³ Segundo JOÃO RAPOSO (2006: 35) as autoridades são, em geral, os órgãos das pessoas coletivas públicas com competência para emanar regulamentos em matéria de polícia e ou para determinar a aplicação de medidas de polícia.

que assume o estatuto de polícia em Cabo Verde visto que, conforme MIGUEL DE BRITO (2009: 314) a polícia em sentido orgânico abrange todas as autoridades e serviços que desempenham atividades de polícia em sentido funcional. Nesta continuidade, JOÃO RAPOSO (2006: 24) salientou que, por polícia em sentido orgânico ou institucional entende-se o conjunto de serviços⁴⁴ da administração pública com funções exclusiva ou predominantemente de natureza policial. Nesta senda, os recursos humanos da PNCV encontram-se preenchidos pelas autoridades de polícia⁴⁵, que conforme JOÃO RAPOSO tendo a natureza jurídica de órgãos administrativos e dispondo de competência decisória externa, são as chefias dos diversos corpos de polícia, e pelos agentes de execução que abrange o restante pessoal com funções policiais, a quem cabe coadjuvar as autoridades policiais: “Tal como as autoridades de polícia, os agentes de execução são agentes de autoridade⁴⁶” (RAPOSO, 2006: 35).

Evidenciando ainda a natureza da polícia em sentido formal, MARCELO REBELO DE SOUSA e ANDRÉ SALGADO DE MATOS (2004) defenderam que esta vertente exprime usualmente os modos de atuação da administração pública em sentido orgânico, quando exerce a administração pública em sentido material e encontra-se munido de *ius imperii* que lhe dá supremacia sobre o cidadão. Neste sentido, VALENTE DIAS (2012: 76) reforça esta ideia ao explicar que polícia em sentido formal seriam os poderes desenvolvidos pela polícia, em sentido funcional e orgânico, não apenas no exercício de polícia administrativa geral, mas também quando exerce a polícia administrativa especial e a polícia judiciária.

Considerando os pontos de vista doutrinários, podemos afirmar que a Polícia Nacional de Cabo Verde encontra-se subjacente a estas três formas de caracterização da atividade da polícia, onde constitucionalmente pode ser definida como uma instituição composta por órgãos e agentes pertencentes a serviços administrativos⁴⁷, munidos de poderes funcionais que lhe dá supremacia sobre o cidadão, desempenhando tarefas materiais de polícia de âmbito administrativa e judiciária⁴⁸, visando proteger interesses jurídicos individuais e coletivos.

O teor da atuação das autoridades de polícia e dos agentes de execução pertencentes as fileiras da PNCV fundamenta-se na função de prevenção da criminalidade. Daí que todos

⁴⁴ O mesmo autor defende que os serviços de polícia dependem sempre de uma autoridade de polícia e podem conter nas suas estruturas hierárquicas várias outras autoridades de polícia de grau sucessivamente menor.

⁴⁵ Cfr. art.º 13.º, n.º 1 do Decreto-lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

⁴⁶ Cfr. art.º 13.º n.º 2 do Decreto-lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

⁴⁷ Cfr. art.º 240.º da CRCV.

⁴⁸ Cfr. art.º 244.º da CRCV.

os elementos da PNCV revestem (ou deveriam revestir) natureza de órgão auxiliar da administração da justiça como Órgãos de Polícia Criminal. Este estatuto é atribuído desde logo pela Lei de Investigação Criminal (LIC), que determinam no seu art.º 5.º, n.º1, al. b) que a Polícia Nacional é um Órgão de Polícia Criminal de competência genérica, determinando ainda na al. a) do seu art.º 2.º que são OPC “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados pela lei processual ou pela própria Lei de Investigação Criminal”⁴⁹. Conforme o art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 39/2007 de 12 de novembro, conjugado com o art.º 6.º, n.º 1, al. a) da Lei n.º 30/VII/2008 de 21 de julho (LIC), uma das competências atribuída à PNCV se configura em coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação.

Por se tratar de um estudo albergado pelo caráter histórico e de competências do sistema policial em Cabo Verde, é de extrema importância realçar a questão dos OPC, quando confrontadas com as reformas legislativas levadas a cabo no país. O Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro⁵⁰, determina no seu art.º 70.º, n.º 1, que apenas são OPC de competência genérica, a Polícia Judiciária e a Polícia de Ordem Pública. Assim, no período anterior a criação da PNCV, a Polícia Marítima e a Guarda Fiscal não assumiam tal estatuto. Para o nosso espanto, acontece que, com a alteração sujeita em 2015⁵¹, a redação do art.º 70.º do CPP permaneceu intacto pelo que à luz do diploma, apenas a Polícia de Ordem Pública se configura em OPC de competência genérica. Entendemos que há uma divergência entre o CPP e a LIC no que concerne a atribuição de competência à Polícia Nacional. Neste mote, os elementos da Polícia Marítima e da Guarda Fiscal também são OPC de competência genérica à luz da LIC, assumindo apenas condição de OPC de competência específica no âmbito do processo penal. Contudo, a Lei Orgânica da Polícia Nacional (LOPN) estabelece no seu art.º 15.º n.º 1, que considerem-se OPC, todos os elementos da Polícia Nacional com funções policiais.

Não obstante, importa salientar a integração da Polícia Nacional no Sistema Integrado de Segurança Nacional. Dependente do Primeiro-ministro, este sistema surgiu para melhor fazer face a nova demanda, decorrentes da ameaça à segurança com origem no terrorismo,

⁴⁹ O decreto-lei n.º 39/2007, de 12 de novembro (Lei Orgânica a Polícia Nacional – LOPN), determina no seu art.º 15.º, n.º 1, que consideram-se OPC todos os elementos da PN com funções policiais.

⁵⁰ Por determinação da Portaria n.º 19271, de 24 de janeiro de 1931, até 2005 vigorava em Cabo Verde o Decreto 16489 de 15 de fevereiro de 1929, publicado no Diário do Governo - 1.ª SÉRIE, N.º [37], de 15.02.1929.

⁵¹ Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro, publicado no B O n.º 69, I Série (Altera o Código de Processo Penal).

tráfico de armas e pessoas e criminalidade altamente organizada, englobando todas as instituições do Estado que se dedicam às matérias de segurança⁵².

A natureza da atuação da polícia em qualquer parte do mundo encontra-se dependente de uma multiplicidade de fatores. Porém, na expectativa de uma demonstração de qualidade, os países tendem a adotar sistemas que vão ao encontro às exigências da sociedade. Neste mote, o sistema policial em Cabo Verde não ficou isento das profundas reformas legislativas levadas a cabo no país, no séc. XXI. A procura de qualidade e bem-estar social mudou a polícia e mudaram-se os polícias. Com a criação da Polícia Nacional e a pensar no desenvolvimento do país, o mais tenro elemento da polícia deve ser habilitado com 12.º ano de escolaridade.

Doravante, entendemos que as ilações acerca da PNCV são ainda limitadas uma vez que, numa instituição com cento e quarenta e cinco anos, este representa apenas uma parcela de dez anos. Contudo, as atribuições concedidas pelo ordenamento jurídico, os projetos apresentados, os resultados operacionais alcançados deixam transparecer indubitavelmente que estamos perante uma polícia capacitada capaz de dar resposta às novas exigências de uma sociedade democrática.

Nesta senda, a atividade da PNCV encontra-se circunscrita a uma panóplia de situações, onde podemos destacar a função preventiva, direcionada a prevenção da criminalidade, manutenção da ordem pública e execução de programas especiais munidos de competências especiais e exclusivas.

II.1.2. DOS MODELOS DE POLICIAMENTO

A expressão “modelos de policiamento” que se tem tornado referência nos grandes palcos e discussão da (in)segurança, é tão antiga como as primeiras civilizações: “Desde as concepções tribais para a garantia da segurança do grupo, [passando] pelos dispositivos táticos do Império Romano” (GUINOTE, 2009. a) até os dias de hoje, houve necessidade de implementar táticas e delinear estratégias com a finalidade de proteger o valioso e/ou reprimir o infrator. Nesta continuidade, a PNCV ao longo destes últimos 145 anos viu-se

⁵² Cfr. art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 51/2013, de 20 de dezembro (Aprova o Sistema Nacional de Segurança de Cabo Verde).

obrigado a adotar dispositivos territoriais que lhe permitisse fazer face a demanda da criminalidade e alterações de ordem pública.

Segundo FERREIRA DE OLIVEIRA (2006: 79), as políticas de segurança e as instituições cujas atribuições é manter e assegurar a segurança estão confrontadas, hoje em dia, com novos paradigmas, designadamente o paradigma de prevenção, da mediação, da proximidade e das parcerias. Dado que a crise do paradigma repressivo é latente, as políticas de prevenção constituem uma alternativa à repressão.

Numa assunção política, a Polícia Nacional pode ser vista como uma política de segurança, onde a sua adoção veio desencadear alterações significativas na filosofia de policiamento em Cabo Verde. Aliás, como pronunciou o nosso entrevistado ALBERTO BARBOSA, “não há política de segurança sem Forças de Segurança. Daí que a criação da Polícia Nacional seja, em si mesma, uma medida de política”.

Como aconteceu noutros países, “o referencial repressivo deu lugar ao referencial preventivo” (CORREIA e DUQUE, 2011: 44) e com esta mudança, a polícia viu-se obrigada a alterar a sua forma de atuação. Ao invés de aguardar pelo ato ilícito a PNCV passou a atuar de forma a evitar a ocorrência desse tipo de ilícito. Contudo, a polícia nunca conseguiu e dificilmente conseguirá prever o cometimento de todos os atos ilícitos a fim de evitá-los. É nisto, que surge o modelo de policiamento orientado para os problemas. Desde sempre, este modelo de policiamento tem assumido protagonismo no seio da sociedade Cabo-verdiana. Configura-se num modelo reativo onde dispositivos territoriais são acionados pela central rádio a fim de inteirar uma situação que carece de intervenção policial. Considerando os atuais modelos de policiamento, é de destacar as equipas denominadas de “piquete”, que geralmente se posicionam em locais estratégicos tendo por missão, deslocar aos locais de ocorrência, resolvê-las (se não carecer de níveis de intervenção superior), e participar o facto.

Conforme CHALOM (Cit. in OLIVEIRA, 2006: 127), a polícia orientada para a resolução dos problemas distingue-se pelo direcionamento da patrulha para a resolução dos conflitos, necessitando de uma desconcentração do poder e de uma maior responsabilização dos agentes de base. MURPHY (1998: 238) reforça esta ideia ao realçar que o policiamento orientado para o problema exige do administrador policial moderno a adoção de um estilo de gestão caracterizado pela flexibilidade, pela liderança, uma atitude comunicativa e um profundo empenho profissional. Segundo FERREIRA DE OLIVEIRA (2004: 401), o policiamento orientado para a resolução de problemas está inserida dentro de uma ampla filosofia de policiamento de proximidade, visando em primeiro lugar, apurar e analisar as causas dos problemas que tenham uma incidência sobre a criminalidade e, em segundo lugar,

desenvolver ações eficazes para resolver de forma permanente esses problemas, tendo como ultimato evitar a repetição indefinida das mesmas intervenções policiais de natureza pontual, relativamente a um problema que persiste.

O modelo tradicional assente no policiamento reativo tem provado a sua inaptidão (OLIVEIRA, 2006) e, nesta senda, tem-se pautado pelo desenvolvimento de alternativas. A pensar no futuro, em 2015, a PNCV passou a ter a sua disposição uma ferramenta de gestão que se configura num Sistema Estratégico de Informações⁵³. Com uma visão sistémica mais precisa, relativamente ao processamento de dados, poderá ser o policiamento dirigido pelas informações uma futura alternativa para a Polícia Nacional?

Em Cabo Verde, verifica-se que após a criação da Polícia Nacional houve uma maior interação entre a polícia e a comunidade⁵⁴, consubstanciando desta forma numa transição do modelo tradicional para um modelo comunitário⁵⁵/ proximidade. Na visão ortodoxa deste modelo de policiamento, o impacto social da Polícia Nacional foi claramente benigno, ao promover a proximidade entre a polícia e a comunidade, quebrando a barreira comunicacional que existia entre o cidadão e o “homem de azul-escuro”.

De todos os problemas que afetam uma comunidade cabe às polícias enfrentar a face mais visível de um universo indesejado; sobretudo a pequena criminalidade, aquela que convive diariamente com as pessoas e que as preocupa de facto. Como escreveu NUNO POIARES (2013), todos os especialistas concordam que o aumento dos valores da criminalidade se deve, em primeiro lugar, à explosão da pequena delinquência, que algumas pessoas classificam publicamente de incivildades. Para GEORGES FENECH (2001: 17), é esta mesma desordem de proximidade que cria o sentimento de insegurança, evidenciando ainda que, menos traumatizados pelo grande banditismo, mais excecional e longínquo, os habitantes de um bairro são mais sensíveis ao pequeno traficante instalado no rés-do-chão do prédio, às pinturas na mercearia pintada de novo (entre outros). Com a agravação dos problemas resultantes das incivildades a polícia teve necessariamente que alterar as suas práticas, apoiando a sua intervenção no referencial preventivo, explorando com maior intensidade as raízes dos problemas. Assim, muitos países assimilaram um modelo de

⁵³ Para PEDRO CLEMENTE (2010: 160) o policiamento guiado pelas informações, internacionalmente designado de *intelligence-led policing*, emerge como modelo de ação policial em que o produto informacional dirige o esforço de patrulhamento, para dissuadir a prática de incivildades.

⁵⁴ Através dos Programas de Segurança Solidária.

⁵⁵ Alguns autores remontam o seu aparecimento à Polícia Metropolitana de Londres, fundada em 1829. Era uma polícia que alicerçava a sua intervenção numa base consensual, sem poderes especiais, designada por *Policing by consent*. Um dos princípios enunciados por ROBERT PEEL e que ilustra a atuação da polícia londrina era que “a polícia é o público e o público é a polícia” (OLIVEIRA, 2006: 120).

policimento alicerçado numa filosofia de ação proativa designada de policiamento de proximidade.

Trata-se de um sistema assente na colaboração entre a comunidade e a polícia com o objetivo de identificar e resolver os problemas da comunidade. Em prol da segurança e na expectativa de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, a polícia deixa de ser o único ator neste processo, passando a contar com a colaboração de “todos” os membros da comunidade.

NUNO POIARES (2013) defende que o policiamento comunitário consiste em dois componentes complementares: uma parceria comunitária e um processo de resolução de problemas. Para desenvolver uma parceria comunitária a polícia deve criar um conjunto de relações positivas com a comunidade, envolvê-la na sua luta para prevenir e controlar a criminalidade e juntar os seus recursos aos da comunidade para fazer face às preocupações mais urgentes dos cidadãos. A resolução de problemas é o processo através do qual algumas das preocupações específicas da comunidade são identificadas e resolvidas através de medidas estudadas e concertadas.

O policiamento de proximidade parece ser a resposta mais adequada aos novos problemas emergentes. Representa um novo paradigma de intervenção apoiado e defendido pelas novas classes dirigentes e até governamentais. Assim, no seguimento da corrente preventiva verificada na contemporaneidade, a PNCV integrou na sua estrutura, secções que possibilitaram uma maior aproximação entre a polícia e o cidadão. Atendendo as vulnerabilidades, a polícia teve a necessidade de adaptar os seus dispositivos de forma a corresponder as expectativas dos públicos-alvo.

O modelo de policiamento de proximidade em Cabo Verde encontra-se apoiado num módulo designado de *Programas de Segurança Solidária*, que se fundamenta num conjunto de iniciativas reformadoras de carácter preventivo, a procura de qualidade e consequentemente resultados satisfatórios. De acordo com o programa do Ministério da Administração Interna, materializado nos programas do Governo (2006 – 2016), a PNCV tem vindo a desenvolver um conjunto de ações de carácter solidário e preventivo junto da comunidade, donde podemos destacar: a escola segura; o comércio seguro; o verão seguro; o turismo seguro; os programas de apoios a idosos, a jovens em situação de precariedade, a vítimas do crime e vítimas de violência baseada no género; entre outros.

O papel da polícia é essencial na redução das probabilidades para a prática dos delitos, fundamentalmente, através, da sua presença no terreno, como está demonstrado por alguns estudos empíricos (WILSON e KELLING, 1982; SKOGAN, 1998). Desta forma, “pode contribuir para o estabelecimento de prioridades no campo das intervenções preventivas e através de

reuniões com a comunidade pode, ainda, reforçar os laços de confiança com a população” (OLIVEIRA, 2006: 82).

Com a institucionalização do modelo de policiamento de proximidade, a Polícia Nacional deve pautar-se pela parceria uma vez que, segundo FERREIRA DE OLIVEIRA (2006: 88), as parcerias oficiais ou institucionais consistem na junção de esforços entre várias entidades oficiais, no sentido de resolverem problemas que inserem no âmbito da sua missão. De acordo com o mesmo autor, as parcerias institucionais são importantes no âmbito da prevenção situacional, mas também podem ter sucesso no âmbito da prevenção criminal.

Uma nova abordagem estratégico-policial emergiu em Cabo Verde, mas somente a longo prazo podemos afirmar que com o modelo de policiamento de proximidade foram atingidos os objetivos pretendidos. Contudo, a proximidade entre polícia e o cidadão é indubitavelmente observável. Traduz-se numa melhoria das condições de vida das pessoas e, consequentemente, numa tarefa infundável em busca do aumento do sentimento de segurança, através de uma ação preventiva, de um trabalho de consciencialização dos pais, dos moradores de um bairro, das crianças, dos comerciantes, dos idosos.

Uma visão policial prospetiva e estratégica, que ataca as raízes dos problemas em vez de enfrentar as suas consequências mais visíveis, veio revolucionar a filosofia do policiamento em Cabo Verde. Contudo, GEORGES FENECH (2001: 178) apresenta-nos uma visão pessimista deste modelo de policiamento, afirmando que “a única reforma, apresentada como uma revolução cultural, que viu efetivamente a luz do dia foi a da polícia de proximidade, mas não tardará a deixar um gosto amargo de decepção e ceticismo”. Segundo o autor, nada mudou e por mais que tenha sido declarado a guerra à delinquência, no terreno é o “salve-se quem puder”.

Muitas foram as iniciativas criadas que visam sobretudo a prevenção através da proximidade. Contudo, houve a necessidade de criar mecanismos de imposição da manutenção de ordem pública com uma maior capacidade reativa. Devido ao aumento do sentimento de insegurança, tal como em outros países, também Cabo Verde sentiu a necessidade de criar células no seio da sua polícia, direcionadas para fazer face a incidentes de natureza mais complexas que possam vir a ser classificados de Incidentes Tático Policiais (ITP).

Para fazer face a situações inopinadas que fujam a rotina e a essência de manutenção de ordem pública, foram criadas as Brigadas Anticrime (BAC)⁵⁶, Brigadas de Investigação

⁵⁶ Cfr. Portaria n.º 38/2010, de 18 de outubro.

Criminal (BIC) e Grupo de Ação Tática (GAT) e Grupo de Atiradores em Moto (GAM) que visam sobretudo a prevenção criminal e a reposição de ordem pública. Foi a resposta da Polícia Nacional ao aumento da violência grupal perpetuada pelos grupos designados *thugs*⁵⁷ e à necessidade de os responsáveis operacionais terem um instrumento de ação de recurso para ocorrências que, sendo de foro da ordem pública, fujam do domínio de competências do Corpo de Intervenção. Apesar de constituírem serviços que não se enquadram na filosofia do policiamento de proximidade, aumentaram, sem dúvida alguma, a visibilidade policial.

Posto isto, podemos afirmar que a filosofia de policiamento em Cabo Verde assenta num modelo integral, baseada tanto no referencial preventivo como repressivo, donde as várias valências que compõem a Polícia Nacional são direcionadas de acordo com os objetivos pretendidos e com a natureza dos incidentes. Os níveis de atuação e aplicação dos meios coercivos obedecem uma escalada de força consoante a natureza dos incidentes, onde aparecem distribuídos em ordem ascendente, os patrulheiros, as equipas de piquete, o corpo de intervenção, BAC/BIC e GAT, como intervenientes na pirâmide hierárquica de atuação.

II.2. FUNÇÕES SUBJACENTES AOS PARÂMETROS DE INTERVENÇÃO MODERNA

Para a prossecução dos fins estabelecidos na CRCV, a Polícia Nacional está envolvida em diversas áreas de atuação e intervenção que vão desde a prevenção e investigação criminal, ordem pública, polícia administrativa, competências exclusivas, competências especiais, programas de policiamento especiais e missões internacionais, abandonando assim o cariz tradicional de polícia que se configura num mero executor de controlo social. Conforme MANUEL FERNÁNDEZ (1990: 177), a missão da polícia consiste primordialmente em proteger a sociedade de qualquer alteração de ordem. Porém, muito recentemente, à velha conceção meramente repressiva foi incorporado a ideia de polícia preventiva, assumindo o referencial proativo o protagonismo nas funções da polícia. Assim, cingindo a realidade Cabo-verdiana, constata-se que na elaboração da LOPN houve uma certa preocupação por parte do legislador em atribuir as funções de carácter essencialmente preventivo às várias valências que compõem a instituição.

⁵⁷ Estrangeirismo utilizado pela população para classificar indivíduos ou grupos de indivíduos suspeitos de praticar atos delinquentes.

A atividade da polícia tornou-se tão complexa que falar das suas funções e atribuições requer uma análise ponderada das mais diversas variáveis que possam influenciar as nossas respostas. A diversidade de leis e regulamentos que a polícia é chamada para fazer respeitar, a complexidade do tecido urbano, as alterações sucessivas e a mobilidade que caracterizam as populações são fatores que fazem com que seja “problemático definir a polícia contemporânea, principalmente em termos de sua suposta função” (KLOCKARS, 1985). Como BITTNER (1970) enfatizou, rotineiramente a polícia é chamada para desempenhar uma confusa miscelânea de tarefas, desde controlar o trânsito até controlar o terrorismo. Enfim, são desafios cada vez mais complexos num mundo cada vez mais rotulado pelo medo e pela incerteza.

Conforme MANUEL VALENTE (2012: 46), o objeto, a finalidade e a função da polícia mereceu ser normativizada no Código dos Delitos e das Penas, promulgado a 3 de brumário do ano IV, em França, que determinava que a polícia é instituída para manter a ordem pública, a liberdade, a propriedade, a segurança individual. O seu carácter principal é a vigilância. A sociedade considerada em massa é o seu objeto. Na senda deste paradigma, é costume distinguir dois ramos na atividade de polícia, reservando a um deles a designação de polícia administrativa propriamente dita e dando ao outro o nome de polícia judiciária.

Para SÉRVULO CORREIA (1994: 405), embora ambas sejam presididas por uma ideia de intervenção para prevenir ou eliminar perigos sociais, em regra à polícia judiciária / criminal cabe a investigação dos delitos, a reunião das provas e a entrega dos suspeitos aos tribunais encarregados de os punir e à polícia administrativa outorga-se a manutenção habitual da ordem pública em toda a parte e em todos os setores da administração geral. Ainda segundo o mesmo Autor (CORREIA, 1994: 2), a polícia administrativa quando no decorrer das suas funções desempenha tarefas que visam predominantemente garantir a segurança pública de carácter geral (ordem, segurança e tranquilidade pública) é designada de polícia administrativa geral. Quando as funções da polícia baseiam-se no exercício de competências especializadas em razão da matéria (polícia ambiental, de estrangeiros, de viação, entre outras) é atribuído a especificidade de polícia administrativa especial.

Na moldura do Estado de direito democrático que se verifica em Cabo Verde, toda a polícia é administrativa. Neste sentido, relacionando as modalidades e os corpos de polícia existentes no país e seguindo a linha de pensamento de JOÃO RAPOSO (2006: 30), dir-se-á que, cada corpo desenvolve, exclusiva ou predominantemente, certa modalidade de polícia em sentido funcional, judiciária, administrativa geral ou administrativa especial. Neste âmbito, e ainda de acordo com a perspetiva de JOÃO RAPOSO (2006: 31), a PNCV por se

tratar de uma polícia integral como frisado anteriormente, dispõe de competências correspondentes a diversas modalidades de polícia, desempenhando para além de funções de polícia administrativa geral, funções de polícia administrativa especial e de polícia criminal. Nesta mesma linha de pensamento, MANUEL VALENTE (2012: 28) afirma que a polícia pode revestir simultaneamente natureza de força de segurança, de polícia de ordem e tranquilidade pública, de polícia administrativa e de polícia judiciária / criminal.

Em suma, a Polícia Nacional de Cabo Verde no exercício das suas funções, depara-se com um conjunto de solicitações muito díspares, enfrentando desafios cada vez mais complexas em diversas áreas funcionais, desde missões típicas de polícia preventiva, de ordem pública, de polícia administrativa, polícia criminal ou judiciária, bem como em domínios de sua competência exclusiva e de competências especiais, de acordo com as exigências da polícia do mundo democrático.

II.2.1. FUNÇÕES DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

O culminar do processo de reforma do sistema policial em Cabo Verde deu-se em novembro de 2007, com a publicação da LOPN. Com a implementação desta Lei Orgânica, decorreu a criação, extinção, modificação ou transferência de unidades, de serviços e de órgãos integrantes das anteriores organizações, o que constituiu uma tarefa de enorme impacto estrutural e funcional, considerando a realidade da infraestrutura tecnológica em que assenta a dinâmica e a dependência dos serviços desta força.

A aprovação desta lei fez desencadear uma série de alterações na estrutura do edifício da segurança pública em Cabo Verde, definindo a organização, as atribuições e as competências dos órgãos e serviços que compõem a instituição. Um novo modelo de organização policial adotado no seguimento das novas reformas legislativa e institucional no setor da segurança interna veio reformular a estrutura organizacional da polícia revogando assim os ordenamentos jurídicos anteriores. Nisto, uma das principais características do novo modelo de polícia configura-se na existência de uma Direção Nacional, transcrito como órgão de direção central da Polícia Nacional a quem compete dirigir, coordenar e fiscalizar a atividade de todos os seus órgãos e serviços⁵⁸.

⁵⁸ Cfr. art.º 21, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

Cingindo ao tema em questão entendemos que, para falar das funções da PNCV, emerge a necessidade de compreender a sua nova estrutura orgânica, pelo que iremos proceder a uma análise do Decreto-lei n.º 39/2007, de 12 de novembro, a fim de perceber as jogabilidades do legislador na atribuição de funções que anteriormente vinham regulados em diplomas autónomas, correspondentes as diversas forças e serviços de segurança.

No cômputo organizacional, a PNCV compreende a Direção Nacional e os Comandos Regionais⁵⁹, sendo que a Direção Nacional compreende os seguintes órgãos e serviços: o Diretor Nacional, os Diretores Nacionais Adjuntos, os Órgãos Consultivos, o Comando Nacional de Ordem Pública, o Comando Nacional da Guarda Fiscal, o Comando Nacional da Polícia Marítima, a Direção de Estrangeiros e Fronteiras, a Direção das Operações e Comunicações, a Direção de Planeamento, Orçamento e Gestão, a Direção de Formação e o Comando das Unidades Especiais⁶⁰. Por sua vez, os Comandos Regionais estruturam-se em Comando Regional, Comando da Secção Fiscal, Esquadras Policiais, Destacamentos Fiscais, Postos Policiais, Postos Fiscais, Unidade de Trânsito e Serviço de Emissão de Documento e Fronteira⁶¹.

Nesta panóplia de órgãos e serviços, a quantidade de funções de polícia administrativa desencadeadas torna-se de tal forma exorbitante que seria necessário um estudo pormenorizado a fim de apurá-los e descrevê-los. Contudo, torna-se necessário debruçar sob o diploma que aprova a sua Lei Orgânica com o intuito de realçar as principais funções da PNCV.

No âmbito da polícia administrativa, a Polícia Nacional de Cabo Verde desempenha, com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, todas as funções inerentes a manutenção da ordem, segurança e tranquilidade pública; proteção das pessoas e dos seus bens; fiscalização e regulação do trânsito rodoviário; fiscalização das atividades sujeitas a licenciamento administrativo; execução de atos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada; prestação de ajuda às populações e socorro aos sinistrados, designadamente em caso de emergência; apoio em especial os grupos de risco, bem como qualquer outra colaboração que legitimamente lhe for solicitada; cooperação com outras entidades que prossigam idênticos fins; vigilância e fiscalização do território aduaneiro, colaborando com a Administração Fiscal na prevenção de fraudes e

⁵⁹ *Cfr.* Art.º 19, n.º 1, al. a) e b) do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

⁶⁰ *Cfr.* art.º 21.º, n.º 2.

⁶¹ *Cfr.* art.º 61.º, n.º 1.

evasão fiscais; controlo das fronteiras aéreas e marítimas, atuando como polícia marítima e aérea; defesa e conservação do meio ambiente, dos recursos naturais e da floresta nacional e contribuir para a formação e informação em matéria de segurança aos cidadãos⁶².

Em virtude de a PNCV se alicerçar em quatro pilares, a distribuição destas competências deve obedecer a especificidade de cada um, assumindo muitas delas funções de polícia administrativa especial. A título de exemplo podemos realçar a fiscalização do trânsito rodoviário que pela natureza do serviço encontra-se adstrito ao Comando Nacional de Ordem Pública e a prevenção e repressão das infrações aduaneiras que pela especificidade do serviço, justifica-se a sua integração no Comando da Guarda Fiscal. Porém, são muitas as funções que podem ser genéricas a todos os ramos, órgãos e serviços da PNCV. Pese embora a polivalência dos agentes, dotadas de competência genérica a todas as áreas de intervenção da PNCV, talvez ainda falta nesta conjuntura de funções alguma coordenação, visão de conjunto e uma avaliação rigorosa dos resultados.

II.2.2. INCUMBÊNCIAS DE POLÍCIA CRIMINAL

Para melhor perceber as funções de polícia criminal levadas a cabo pela PNCV, emerge a necessidade de estudar, entre as demais, quatro diplomas fundamentais, que indubitavelmente obedecem à CRCV. O Código de Processo Penal, que aparece como documento central e regulador dos procedimentos a adotar, tendo em vista as finalidades do processo penal; a Lei de Investigação Criminal, que se consubstancia no diploma que regula as diligências destinadas, no âmbito do processo penal, a recolher os indícios do crime, descobrir e recolher as provas e a determinar os seus agentes, atribuindo ainda a PNCV competências investigatórias em certos tipos de crime; a Lei Orgânica da PNCV, que estabelece a prevenção e repressão da criminalidade como uma das suas principais missões e ainda a Lei de Segurança Interna (LSI), que define a atividade a desenvolver pelo Estado, através das FSS, bem como as medidas cautelares de polícia a adotar, para garantir a ordem, a segurança e tranquilidade públicas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas e prevenir a criminalidade. Importa salientar que no âmbito da LSI, os agentes da Polícia Nacional atuam revestindo o manto de polícia administrativa e

⁶²Cfr. art.º 5.º, al. a), b), j), k), l), m), n), o), p), q), r), s), t) do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

não no âmbito penal. Porém, se no decorrer das suas atribuições, se deparar com um ilícito criminal, essas diligências passam a reger-se no domínio das funções de polícia criminal.

Trata-se de um conjunto de diplomas que, de um modo geral, atribui à Polícia Nacional o estatuto de Órgão de Polícia Criminal, quer pelas suas funções preventivas, quer pelos seus atos repressivos⁶³. Consta ao longo dos seus textos, artigos com epígrafes reservados aos “Órgãos de Polícia Criminal”. Nesta continuidade aparecem como atribuições da PNCV coadjuvar as Autoridades Judiciárias⁶⁴, estando estes muitas vezes na dependência funcional do Ministério Público, e desenvolver as ações ou diligências de investigação que lhes sejam atribuídas pela lei⁶⁵. Contudo, no exercício das funções de polícia judiciária / criminal, entendemos que a PNCV encontra-se dotada de autonomia técnica e tática⁶⁶.

Segundo MANUEL VALENTE (2012: 68), a qualidade jurídica de Autoridade de Polícia Criminal está adstrita à natureza de polícia judiciária. Por analogia a este raciocínio, será legítimo dizer que a qualidade jurídica dos Órgãos de Polícia Criminal está adstrita à natureza de polícia judiciária que se afere da função de prevenção criminal. Aliás, numa perspetiva constitucional, a atividade de prevenção criminal cabe nas funções de defesa da legalidade e de garantia da segurança interna, da tranquilidade pública e dos direitos dos cidadãos, de acordo com o dispositivo pertinente da CRCV⁶⁷.

Neste âmbito, cabe à PNCV prevenir e reprimir a criminalidade e os demais atos contrários à lei e aos regulamentos; prevenir a criminalidade organizada e o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; prevenir e reprimir as infrações fiscais e aduaneiras; prevenir e reprimir o tráfico de pessoas e emigração clandestina; adotar as medidas de prevenção e repressão dos atos ilícitos contra a aviação civil; prosseguir atribuições que lhe forem cometidas por lei em matéria de processo penal; exercer, nos termos da lei, as competências específicas que lhe são conferidas quanto à realização de

⁶³ Para ANTÓNIO FRANCISCO DE SOUSA (2003: 49) a prevenção é o fundamento de toda a atividade da polícia e pode exercer-se em diversas oportunidades. Antes do dano, durante a produção do dano e depois da produção do dano. A prevenção orienta-se a um fim futuro – trata-se de impedir que um perigo surja ou se concretize em dano – e, para que esteja justificada, há de haver uma ligação direta entre uma conduta contrária à lei e ao direito e um perigo de dano previsto. Diferentemente da prevenção, a repressão, na sua parte de prevenção indireta, consiste numa reação a um ilícito, conhecido ou suspeito, orientando-se ao passado.

⁶⁴ Cfr. art.º 69.º do Código de Processo Penal de Cabo Verde.

⁶⁵ Conforme JORGE CARLOS FONSECA, nas palavras proferidas em Sintra em dezembro de 2006 a convite da IGAI, os Órgãos de Polícia Criminal no sistema Cabo-verdiano não são verdadeiros sujeitos processuais (penais) mas sim sujeitos processuais acessórios ou secundários, no exato sentido em que podem ter competências para a prática de atos processuais, mas sempre para atos singulares, que não sirvam para codeterminar o processo como um todo, tendo em vista a decisão final.

⁶⁶ Cabe a polícia definir o seu *modus operandi* no âmbito da recolha dos meios de prova, bem como definir as suas táticas de intervenção.

⁶⁷ Cfr. art.º 244.º, n.º 1 da CRCV.

diligências de investigação criminal e cooperar com os demais Órgãos de Polícia Criminal; colher as notícias dos crimes, investigar os seus agentes nos limites das suas competências específicas; impedir as consequências dos crimes e praticar as diligências e os atos cautelares necessários para assegurar os meios de prova, bem como apreender os objetos provenientes ou relacionados com a prática de factos puníveis nos termos da lei do processo penal⁶⁸.

As funções de polícia criminal, devido à complexidade das diligências e das exigências do serviço, exigem da PNCV uma máquina cada vez mais complexa, pelo que, no nosso entender, seria útil a implementação de um Comando de Investigação Criminal no país a fim de agilizar o cumprimento do dever de cooperação previsto no art.º 8.º da LIC.

Não obstante estas duas formas de caracterização da atividade da polícia, entendemos que existe uma linha ténue entre as funções de polícia administrativa e as funções de polícia criminal, pelo que surge alguma dificuldade em qualificar certas competências oriundas da Lei Orgânica da Polícia Nacional.

II.3. PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES, PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS

Como mencionada anteriormente, as bases da atuação da Polícia Nacional encontram-se plasmadas na Constituição da República, no Código de Processo Penal, na Lei de Segurança Interna, na Lei de Investigação Criminal na Lei Orgânica da Polícia Nacional, (todos de Cabo Verde), sem descurar de toda a conjuntura normativa em vigor no país. Estes diplomas atribuem a polícia certas competências que, de certa forma, lhe permite fazer face à demanda de solicitações recebidas diariamente, que podem ir desde uma simples cessação do ruído de vizinhança até a prevenção e / ou repressão do terrorismo.

Assim, entende-se que uma das principais atribuições⁶⁹ da PNCV fundamenta-se na manutenção da ordem pública. Pode-se constatar que, embora de forma subjetiva, a própria LOPN canaliza para o Comando Nacional de Ordem Pública uma série de atribuições e competências⁷⁰. Assim sendo, como corpo de Polícia, a PNCV executa missões de Polícia

⁶⁸ Cfr. art.º 5.º, al. c), d), e), f), g), h), i), do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

⁶⁹ De acordo com FREITAS DE AMARAL (1996: 604), atribuições são os fins ou interesses que a lei incumbe as pessoas coletivas públicas de prosseguir.

⁷⁰ Cfr. art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

de ordem pública, que indubitavelmente é uma das suas principais funções, enquanto força de segurança. Outra competência atribuída a PN consiste na aplicação das medidas de polícia. Refere-se no n.º 2 do art.º 244.º da CRCV que “as medidas de polícia são as previstas na lei”.

Considerando os vários diplomas abordados anteriormente, se discorrermos sobre os seus textos, o termo “medidas” (associado as funções de polícia) aparece em grande parte deles. Contudo, a expressão “medidas de polícia” propriamente dita, apenas é mencionado no Título I, Capítulo II, da LOPN. O CPP determina no seu Título III, capítulo I, um conjunto de medidas levadas a cabo pelos OPC com a finalidade única e exclusiva de conservar os meios de prova. São assim designadas de “medidas preventivas”. Em contrapartida, na LOPN e na LSI aparecem a expressão “medidas cautelares de polícia”. Contudo, as medidas de polícia no âmbito do CPP não se deve confundir com aquelas previstas na LSI, visto que, como referido anteriormente no âmbito do CPP, à partida, as medidas revertem para as funções de polícia criminal. Já no âmbito da LSI são medidas de prevenção criminal⁷¹, assumindo a natureza de funções de polícia administrativa.

No âmbito da aplicação das medidas de polícia bem como na reposição da ordem pública, por vezes se torna imprescindível o recurso aos meios coercivos. Nesta senda, a LOPN atribui à PNCV competências para a utilização dos meios coercivos, sendo que segundo o n.º 1 do art.º 10.º do mesmo diploma, estes só podem ser utilizados nos casos expressamente previstas na lei⁷². Nesta continuidade, conforme o n.º 2 do mesmo artigo, é atribuída a PNCV competências para utilização de armas de fogo de qualquer modelo.

Segundo JEAN MONET (2006: 276), na execução deste tipo de missões os elementos das Forças de Segurança obedecem a um conjunto de princípios que orientam a utilização dos meios repressivos, salvaguardando os direitos e as liberdades do cidadão, ao mesmo tempo que contribuem para o reforço da legitimidade da ação policial.

A utilização da força pelos elementos das Forças de Segurança deve obedecer a uma série de princípios. Conforme LEONEL SEIXAS (2013: 42), numa atuação policial, o visado deve ser sujeito ao mínimo dano físico ou material. Isto é, a aplicação da força deve ser estritamente necessária para fazer cessar a ameaça, sendo que, após a neutralização da ameaça, a aplicação da força deixa de ser lícita. Assim, a polícia deve pautar por uma intervenção eficiente, procurando transparecer uma imagem de disciplina, atavio, cortesia e cumprimento do dever, procurando desta forma legitimar a sua ação.

⁷¹ Cfr. art.º 8.º e 10.º da Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro – Lei de Segurança Interna.

⁷² Cfr. art.º 9.º da Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro.

No cumprimento da sua missão, a polícia deve agir em conformidade com o princípio da objetividade e da neutralidade. O objetivo da sua intervenção é restabelecer a ordem, e não a supressão das liberdades individuais, devendo pautar por uma conduta emocional objetiva e politicamente neutra.

O uso da força pelas FSS deve, ainda, obedecer aos princípios que regem o emprego dos meios considerados de alta potencialidade letal. Para repor a ordem pública muitas vezes, emerge a necessidade de recorrer a tais meios pelo que os elementos policiais devem pautar por uma intervenção adequada. Caso não seja possível repor a ordem através do diálogo e da dissuasão psicológica, poderão fazer uso dos meios considerados violentos ou de alta potencialidade letal, nomeadamente o uso de equipas cinotécnica, canhões de água, engenhos *flash bangs*, granadas de fumos e gases, projéteis de borracha e o uso de força física, pela ordem descrita.

A ação da PNCV deve respeitar o princípio da legalidade, pautando-se pelo respeito dos princípios estatuídos pela CRCV⁷³, pelo direito internacional e pelos seus diplomas estatutários. Na sua ação deve observar-se o respeito pelo princípio da necessidade. O recurso ao uso dos meios coercivos só deve ser feito quando de outra forma não for possível o cumprimento das obrigações legalmente impostas. A repressão pelo uso da força deve ser considerada como a *ultima ratio* da atuação. Nesta senda, surge a adequação como outro princípio importante na execução de um serviço policial. A medida a tomar pelo agente de autoridade, deve ser idónea e adequada para atingir um fim legalmente permitido.

A atuação da polícia deve ainda obedecer ao princípio da proibição do excesso⁷⁴ que consiste na utilização de medidas menos gravosas, se estes revelarem ser suficientes para atingir os objetivos pretendidos.

Por fim, mas não menos importante, deve obedecer ao princípio da proporcionalidade⁷⁵. Este princípio estabelece que deve haver uma razoabilidade entre a medida tomada e as vantagens decorrentes do uso dos meios coercivos pela polícia, na prossecução do interesse público e os inerentes sacrifícios dos interesses privados, sendo que deve a medida ser tolerável e aceitável.

⁷³ Cfr. art.º 3.º da CRCV.

⁷⁴ Conforme GOMES CANOTILHO E VITAL MOREIRA as medidas de polícia não devem ser utilizadas “para além do necessário”. Cfr. *Constituição da República Portuguesa Anotada* (1993: 956). 3.ª Ed. Revista. Coimbra Editora, anotação do artigo 272.º.

⁷⁵ Sobre este assunto, VITALINO CANAS (2007). A actividade de polícia e a proibição do excesso: As Forças e os Serviços de Segurança em particular, in *Estudos de Direito e Segurança*. JORGE BACELAR GOUVEIA e RUI PEREIRA (Coord.), Coimbra, Almedina, pp.445-481.

As manifestações que se têm verificado em Cabo Verde, apesar de serem pacíficas, têm deixado em estado de alerta o pessoal dirigente da PN. Felizmente a polícia tem assumido apenas uma posição de vigilância ao acompanhar o desenrolar dos acontecimentos em cenários de contestação pacífica, ao contrário daquilo que se tem verificado no plano internacional, onde, não tarda muito, a repressão poderá ser vista como uma solução para controlar uma manifestação ou evitar um tumulto. Assim, a sua atuação deve pautar pela obediência a um conjunto de normas, diretivas e instruções que a legitimam, e apenas e só quando a ordem pública for de tal forma afetada, que de outra maneira não se vislumbre possível restabelecer a ordem natural, deverá recorrer a tal repressão.

Apresentados os princípios de atuação da PNCV bem como a sua missão principal, avançamos então para a análise das missões de polícia exclusiva da Polícia Nacional. Deambulando sobre o *corpus* da sua Lei Orgânica, no seu art.º 6.º, n.º 1 são definidas as suas atribuições exclusivas, enquanto Força de Segurança.

Neste âmbito, cabe a polícia assegurar o controlo e fiscalização da importação, fabrico, armazenamento, comercialização, a posse, a detenção, o uso e o transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às Forças Armadas⁷⁶ e demais Forças e Serviços de Segurança e ainda, garantir a segurança pessoal dos titulares dos órgãos de soberania e de outras altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos quando sujeitos a situação de ameaça relevante⁷⁷.

Nas operações de paz desenvolvidas pela Organização das Nações Unidas, a progressiva atuação da componente policial mostra-se cada vez mais necessária pela comunidade internacional e pela própria ONU. Desta forma, o Conselho de Segurança das Nações Unidas viu nas polícias um recurso fulcral e determinante para o sucesso das suas missões⁷⁸. Deste modo, dentro das competências especiais, importa realçar a participação da Polícia Nacional de Cabo Verde nas missões diplomáticas internacionais. A sua participação neste tipo de missões, como se verificou recentemente na Guiné Bissau, tem consistido no apoio às comunidades locais em cenários de conflito e instabilidade política, auxiliando as forças policiais desses países na execução das suas funções.

⁷⁶ Cfr. art.º 6.º, al. a) – Lei Orgânica da PNCV.

⁷⁷ Cfr. art.º 6.º, al. c) – Lei Orgânica da PNCV.

⁷⁸ Sobre esta temática, *United Nations Civilian Police handbook*, disponível em <https://info.publicintelligence.net/UN-CivilianPolice.pdf>

Numa vertente mais virada para o Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC), desenvolve também ações de socorro e de auxílio aos cidadãos⁷⁹, auxiliando-os a defender e preservar os bens que se encontrem em situação de perigo decorrente de fenómenos de ação humana ou da natureza.

Cabe ainda a PN efetuar vigilância e proteger pontos sensíveis, como infraestruturas portuárias e aeroportuárias, edifícios públicos e outras instalações consideradas críticas, contribuindo ainda para a garantia da segurança nos espetáculos desportivos e de lazer.

⁷⁹ Durante a erupção vulcânica na ilha do Fogo em novembro de 2014, os elementos da PN, além de garantir a segurança, também apoiaram os desalojados.

CAPÍTULO III. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

III. 1. ANÁLISE DE FUNÇÕES E PERFIS DE COMPETÊNCIA DA POLÍCIA NACIONAL

Análise histórica e de competências surge como título na presente investigação e, com isto, entendemos que num estudo sobre “Competências” emerge a necessidade de compreender o termo, analisando assim os limites que o precisam.

O que é então a competência e como se materializa a imprecisão deste conceito quando confrontado com as diversas áreas de atuação da Polícia Nacional? “Dada a diversidade de abordagens que constam na literatura especializada, a noção de competência torna-se de tal forma subjetiva que mesmo na sua utilização corrente se verifica a inexistência de definições precisas” (SERRANO, 2001: 455). Afirmou ainda que muitos dos autores que se dedicaram a analisar este termo consideram que embora a sua utilização seja frequente, nem sempre o seu conteúdo é claro, sendo muitas vezes confundida com capacidade, qualificação ou saber, situação que deriva da inexistência de uma delimitação precisa das suas fronteiras.

Não obstante a natureza subjetiva do termo, na presente investigação importa perceber como é que esta noção se enquadra no domínio da atividade policial. Como referido anteriormente muitas vezes a competência pode ser confundida como capacidade. Contudo, no domínio da atuação policial não se deve confundir estes conceitos. Isto porque pode no desenrolar de uma operação aparecer a polícia dotada de capacidades para desencadear uma determinada ação, porém, pode não se encontrar dotada de competências para tal, fazendo com que, deste modo, a capacidade apareça como uma condição para exercer uma atividade ou desempenhar uma função pela qual a lei confere tal estatuto.

Parece ser esta a ideia que REINBOLD e BREILLOT (1993: 27) deixa transparecer quando afirmam que a capacidade é o conjunto de aptidões e de conhecimentos de um indivíduo ou de determinada organização. O termo capacidade designa o que o indivíduo [ou uma organização] pode realizar em potência (como resultado do seu saber, conhecimento ou predisposições). Desta feita, podemos afirmar que no âmbito da atividade policial, a competência não constitui um potencial, não se trata de uma lista de capacidades mas sim de um conjunto de poderes funcionais atribuídos com legitimidade. Assim, neste panorama, a definição adotada por FREITAS DO AMARAL (1996: 604) parece ser a mais adequada ao enfatizar que “competência é o conjunto de poderes funcionais que a lei confere para a

prossecução das atribuições das pessoas coletivas públicas”. Segue o pensamento de MARCELLO CAETANO (1990: 1153) quando salienta que o caráter discricionário dos poderes de polícia é-lhes garantido por fazerem parte de uma competência conferida por lei e visarem a realização de fins legalmente fixados.

Conforme JOSÉ CARDIM (1999: 57), competência é o domínio de um conjunto de capacidades operativas que é necessário mobilizar para execução das tarefas que constituem uma determinada profissão. As capacidades operativas no domínio de qualquer ação policial fundamentam-se no princípio da legalidade. Assim, podemos afirmar que no âmbito das Ciências Policiais, a competência é um processo dinâmico da atividade policial, orientado para a resolução de problemas, delimitado por um contexto específico, em consonância com os princípios de legalidade e discricionariedade.

Como já foi referido, o objetivo principal nesta investigação consiste na tentativa de perceber o grau de eficácia das diferentes polícias que fizeram parte nos quadros da função pública em Cabo Verde à medida que as reformas legislativas se iam verificando paulatinamente. Nesta senda, ao analisar as matrizes de competência⁸⁰ pretendemos dar resposta a questão central deste estudo. No decorrer da nossa investigação, constatámos que para analisar as competências da Polícia Nacional de Cabo Verde seria necessário abordar a temática em duas perspetivas distintas. A nível interno como organização e a nível externo como instituição ao serviço da comunidade. A polícia como organização paramilitar e hierarquizada encontra-se subdividida em setores de atividade onde o quadro dos seus Recursos Humanos encontram-se dotados de competências específicas em função da colocação na pirâmide hierárquica. Desta forma, o Decreto-Legislativo n.º 8/2010, de 28 de setembro⁸¹ estabelece no seu anexo II as principais funções do pessoal policial, discriminando assim as atribuições do pessoal por posto – delimitação de competência em razão da hierarquia⁸². Desta feita, no âmbito do tratamento de dados relativamente às competências internas, não se deve confundir as competências de um agente de 2.ª Classe com as competências de um Superintendente-Geral.

Não parece ser este o campo da nossa investigação, pelo que optámos por abordar a questão das competências da Polícia Nacional como um todo ao serviço do cidadão. Portanto, não nos interessa debruçar sobre as competências de cada elemento

⁸⁰ Consultar apêndices I, II, III e IV.

⁸¹ Alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de janeiro.

⁸² Quando, numa hierarquia a lei efetua uma repartição vertical de poderes, conferindo alguns aos superiores e outros aos subalternos (AMARAL, 1996: 609).

individualizado dentro da organização, até porque esta temática parece-nos mais direcionada para a área dos recursos humanos, o que não se enquadra nos parâmetros do nosso estudo.

A polícia como um todo ao serviço da comunidade é o objeto do nosso estudo. É com este mote que emerge a necessidade de estudar a relação polícia / cidadão, no âmbito das suas competências. Em parágrafos supra, constatou-se que as competências da polícia fundamenta-se no princípio da legalidade. Assim, para alcançar os objetivos pretendidos, surgiu a necessidade de recorrer a certos diplomas que, de uma forma ou outra, atribuíram competências aos corpos de polícia que marcharam pelo território.

Nesta continuidade, emergiu a necessidade de proceder a construção de matrizes de competência recorrendo às Leis Orgânicas, ao Código de Processo Penal, à Lei de Investigação Criminal e à Lei de Segurança Interna, sem se descurar da Constituição da República e do Código de Procedimento Administrativo. Entendemos que são estes os principais diplomas subjacente ao exercício das funções da polícia pelo que a escolha destes diplomas se concretiza numa tentativa de uma aproximação coerente dos objetivos pretendidos.

III.1.1. DO REGIME JURÍDICO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Para alcançar a finalidade referida, optámos por proceder à construção de matrizes de competência. Tornou-se necessária a identificação dos principais diplomas que se consubstanciam em fontes do direito pela qual grande parte das atividades da polícia se encontra regulada. Assim, além da identificação de um conjunto de competências à luz dos diplomas citados anteriormente, houve a necessidade de proceder a uma avaliação com base nas matrizes de competência⁸³ a fim de verificar se o modelo de Polícia Nacional encontra-se dotada de competências especiais em detrimento das tipologias anteriores, com o intuito de dar resposta às questões derivadas.

Atendendo as limitações na elaboração da presente dissertação, entendemos que a análise das competências ao longo de 145 anos se tornaria num estudo muito exaustivo, pelo que optámos por estudar apenas os corpos de polícia que se afincaram num Cabo Verde enquanto país independente.

⁸³ Consultar apêndices I, II, III e IV.

III.1.1.1. NO ÂMBITO DA LEI ORGÂNICA

Nesta abordagem, iniciaremos por destacar as competências que advêm das respetivas Leis orgânicas. Como mencionado anteriormente, as forças que compõem a atual Polícia Nacional, encontravam-se autónomas, independentes e isoladas umas das outras, possuindo cada uma delas os seus ordenamentos jurídicos orientadores das suas ações. Porém, após a criação da PN, estas forças ficaram sob a dependência de uma única Direção, compactuando assim o mesmo diploma. Nesta sequência, interessa-nos saber se à luz da nova Lei Orgânica surgiram novas competências para o novo modelo de polícia.

Desta feita, cingindo a uma abordagem à matriz de competências que se consubstancia no apêndice I, verificámos que no âmbito das competências, a Lei Orgânica não trouxe grandes novidades para a Polícia Nacional, podendo ainda afirmar que a única competência arrecadado com o estatuto de Polícia Nacional, à luz do referido diploma, consubstancia na criação da Polícia Florestal, onde uma das suas atribuições se prende na obrigação de defender e conservar o meio ambiente, os recursos naturais e a floresta nacional, substituindo desta forma a figura do Guarda-Florestal.

Quanto aos serviços que compõem a Polícia Nacional de Cabo Verde, constatámos que a própria Lei Orgânica faz uma distribuição de competências por diversos setores de atividade. Nisto, podemos destacar o Corpo de Intervenção a quem compete repor e garantir a manutenção da ordem pública, o Departamento de Emigração e Fronteira que tem por missão prevenir o tráfico de pessoas e emigração clandestina, as Brigadas de Investigação Criminal a quem cabe efetuar diligências de investigação criminal, o Trânsito que tem por missão fiscalizar e regular o trânsito rodoviário, o Comando da Secção Fiscal que no âmbito das suas competências cabe-lhe prevenir as infrações fiscais e aduaneiras, a Polícia Marítima que controla as fronteiras marítimas, entre outros.

Não obstante a sua caracterização como um modelo de Polícia Nacional, a Lei Orgânica estrutura-a em diversas secções de atividade atribuindo competências estratégicas por áreas de interesse⁸⁴, por forma a agilizar os processos, tendo em conta os objetivos pretendidos. Contudo, tendo em consideração a prossecução do interesse público, uma grande variedade das suas atribuições são tarefas suscetíveis de serem levadas a cabo por qualquer elemento que integra as suas fileiras, independentemente da secção onde esteja a desempenhar funções.

⁸⁴ Ver anexo II.

III.1.1.2. À LUZ DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

O Código de Processo Penal configura-se noutro diploma pela qual a atividade da polícia se encontra regulada. Dada a importância desta lei no campo de atuação da polícia emerge a necessidade de o analisar, visto que, no âmbito do Processo Penal, a polícia aparece como intermediário fulcral na prossecução dos seus fins. Neste panorama, para estudar as competências da Polícia em Cabo Verde basta-nos debruçar sobre dois diplomas: O Decreto 16489 de 15 de fevereiro de 1929, publicado no Diário do Governo - 1.^a SERIE, N.º [37], com as alterações subsequentes e o Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro.

O arquipélago de Cabo Verde esteve largas décadas partilhando o mesmo Código de Processo Penal com Portugal e as outras províncias ultramarinas, até que em 2005 foi implementado no país um diploma próprio. Dito isto, que posição tem assumido então a Polícia Nacional no âmbito das competências determinadas pelo CPP? A Polícia Nacional foi criada em novembro de 2005. Entretanto, o Decreto-Legislativo que aprova o CPP de 2005 encontra-se datada de 7 de fevereiro. Logo, consultando o quadro relativamente as competências e atribuições no âmbito do CPP⁸⁵, não será difícil concluir que as competências que a Polícia Nacional detém no âmbito do Direito Processual Penal não distam muito do leque de competências que se verificavam nas tipologias de polícia anterior.

Entretanto, aspetos ligados à justiça como a extradição de cidadãos, a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, as buscas domiciliárias noturnas, foram algumas das alterações introduzidas com a revisão constitucional de 2010. Nesta sequência, houve necessidade de alterar o CPP, de modo a que o sistema funcionasse em harmonia com a Constituição da República. Assim, com a alteração do Decreto Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, através do Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro, a Polícia Nacional viu aumentar o leque das suas competências no âmbito do processo penal, nomeadamente no que diz respeito aos meios de obtenção de prova. Com esta alteração, passou a ser permitida as buscas domiciliárias antes das sete e depois das vinte horas, em flagrante delito nos casos de criminalidade especialmente violenta ou organizada, designadamente, de terrorismo, tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes⁸⁶.

⁸⁵ Consultar apêndice II.

⁸⁶ Cfr. art.º 238.º, n.º 2, al. c) do Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro.

As revistas⁸⁷ e buscas⁸⁸ no âmbito do Processo Penal, por norma, são ordenadas ou autorizadas pela Autoridade Judiciária competente⁸⁹. Contudo, tendo presente a necessidade da concordância prática entre a eficácia na realização da justiça e na preservação da paz jurídica e a privação do gozo de um direito fundamental, justifica-se a intervenção do Órgãos de Polícia Criminal em tais situações, invocando desta forma o princípio do perigo na demora⁹⁰. Mas se os OPC, por iniciativa própria, desenvolverem as ações transcritas no artigo 234.º do CPP (Das revistas e buscas), findo a operação estes devem, de imediato, dar conhecimento à Autoridade Judiciária competente.

Se o Código de Processo Penal, publicado em 2005, não estabelecia nenhum prazo de validade do despacho da autoridade judiciária relativamente às revistas e buscas, com a alteração sujeita em 2015, este passou a ser válido por um prazo máximo de 60 dias sob pena de nulidade, inculcando nos OPC a noção de “máxima liberdade, máxima responsabilidade”.

Com a alteração levada a cabo através do Decreto-Legislativo n.º 5/ 2015, de 11 de novembro, em matéria relacionada com a atividade policial pouco se verificou. Nesta senda, entendemos que, além do artigo 238.º, pelo menos o artigo 70.º deveria ser alvo de intervenção visto que o CPP aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, atribuíu o estatuto de Órgão de Polícia Criminal de competência genérica à Polícia de Ordem Pública. Com a integração desta na Polícia Nacional entendemos que é descabido a permanência do mesmo texto na alteração subsequente quando o legislador deveria atribuir o estatuto de OPC de competência genérica à Polícia Nacional.

Relativamente a esta temática, ao passarmos uma pincelada sobre o quadro de competências da PNCV no âmbito do Direito Processual Penal (apêndice II), verificamos que todos os elementos que fazem parte das suas fileiras, de uma forma ou outra, contribuem para a prossecução das finalidades do processo penal. Porém, os atos que diretamente concorrem para as competências de coadjuvação perante as Autoridades Judiciárias, encontram-se delegadas às Brigadas de Investigação Criminal⁹¹.

⁸⁷ Conforme o art.º 234.º, n.º 1 do CPP, quando houver indícios que alguém oculta na sua pessoa quaisquer objetos relacionados com um crime ou que possam servir de prova, é ordenada revista.

⁸⁸ Segundo MANUEL VALENTE (2010: 376), as buscas domiciliárias consistem em meios de obtenção de prova, que se realizam em locais reservados ou não livremente acessíveis ao público, desde que sobre esse mesmo local exista indícios de que se encontram objetos relacionados com a prática de um facto qualificado como crime e que são suscetíveis de servirem de prova no processo-crime em curso ou que nele se escondem pessoas que devem ser detidos para serem presentes à autoridade judiciária competente, e em medida cautelar e de polícia quando a busca é não domiciliária.

⁸⁹ Cfr. art.º 234.º, n.º 3 do Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro.

⁹⁰ Cfr. art.º 234.º, n.º 4, al. a) e b), do CPP.

⁹¹ Criadas através da Portaria n.º 38/2010, de 18 de outubro, em consequência do aumento dos processos-crime, sobretudo na cidade da Praia, como estipula a dita portaria.

III.1.1.3. AO ABRIGO DA LEI DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

No quadro das reformas legislativas desencadeadas no setor de segurança interna, foi criada a Polícia Nacional. Além disto, verificaram-se alterações em massa no quadro normativo da segurança em Cabo Verde. Desde alterações profundas aos diplomas existentes à criação de novos ordenamentos jurídicos. Neste panorama, foi criada a Lei de Investigação Criminal, através da Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho, que se consubstancia no diploma que regula as diligências destinadas, no âmbito do processo penal, a recolher os indícios do crime, descobrir e recolher as provas e a determinar os seus agentes.

A Lei de Investigação Criminal, que entretanto entrou em vigor três anos após a criação da Polícia Nacional, não é mais do que um extrato do Código de Processo Penal. Procedendo a uma análise ostensiva dos seus 26 artigos facilmente se conclui que grande parte das competências atribuídas a PN à luz deste diploma encontram-se plasmadas no CPP⁹².

Até outubro de 2008, altura em que entrou em vigor a Lei de Investigação Criminal de Cabo Verde, a Polícia Nacional dispunha de competência genérica para a investigação criminal, dependendo o exercício desta competência da vontade de delegação da Autoridade Judiciária (PESI, 2009/2011: 24). Todavia, na feitura daquele que viria a ser o principal propulsor para a investigação criminal no seio da Polícia Nacional, o legislador optou por deicriminar os crimes pela qual os seus Órgãos de Polícia Criminal tem competências para investigar⁹³.

Enquanto isto, a grande novidade que aparece na Lei de Investigação Criminal consubstancia no alargamento de competências para obtenção de meios de prova onde, no decurso de atividades de investigação criminal, os Órgãos de Polícia Criminal passaram a ter prerrogativas para utilizar equipamentos eletrónicos de vigilância e controlo em espaços de livre acesso ao público para a recolha de imagens e sons⁹⁴ quando, pelo tipo de atividades que neles se desenvolvem, sejam suscetíveis de gerar especiais riscos de segurança.

As tipologias de polícia anterior, apesar de efetuarem tarefas de investigação, não dispunham de uma Lei de Investigação Criminal, pelo que todas as tarefas direcionadas para a Investigação Criminal eram desempenhadas em função do Código de Processo Penal.

⁹² Consultar apêndice III.

⁹³ *Cfr.* art.º 10.º da Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho.

⁹⁴ *Cfr.* art.º 21.º da Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho.

III.1.1.4. EM CONCORDÂNCIA COM A LEI DE SEGURANÇA INTERNA

Por último, e não menos importante, pretendemos analisar as competências da Polícia Nacional, no âmbito da Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade, aprovada pela Lei 16/VII/2007, de 10 de setembro, que por sua vez, define a atividade a desenvolver pelo Estado, através das FSS, bem como as medidas cautelares de polícia a adotar, para garantir a ordem, a segurança e tranquilidade públicas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas e prevenir a criminalidade.

Desde sempre esteve implícito a noção de segurança interna na atividade da polícia em Cabo Verde sem contudo existir sustentação legal que reforçasse esta ideia. Porém, as alterações legislativas levadas a cabo no setor de segurança, em prol das ameaças que se verificam na conjuntura atual, fizeram com que Cabo Verde, à semelhança de outros países, adotasse no seu ordenamento jurídico securitário um diploma direcionada à prossecução da segurança interna.

Posto isto, dos pontos de vista jurídico e operacional, a partir de 2007, a Polícia Nacional passou a contar com uma ferramenta essencial que indubitavelmente veio alargar o leque das suas competências incutindo no seu núcleo, mais dinâmica, mais liberdade de ação e mais segurança para os intervenientes. Conglomerou no seu corpo um conjunto de medidas preventivas de segurança, atribuindo a Polícia Nacional competências para suspender momentaneamente o exercício de um direito⁹⁵.

Dentro das medidas de polícia⁹⁶, podemos destacar a exigência de identificação de qualquer pessoa que se encontre ou circule em lugar público ou sujeito a vigilância policial; o encerramento de estabelecimentos quando nos mesmos se exerçam atividades criminosas; entre outras.

Outras competências atribuídas no âmbito da segurança interna resumem-se na faculdade de efetuar revistas e buscas⁹⁷ de segurança. Neste prisma, a Polícia Nacional tem competências para realizar revistas, em lugar aberto ao público, ou sujeito à vigilância policial, realizar ações de fiscalização e prevenção criminal em lugares que, por lei, não estejam reservados a ordem ou mandado judicial para o efeito, bem como em qualquer meio de transporte público e ainda realizar ações de fiscalização e prevenção criminal em transporte privado que se encontra a circular na via pública, parado, estacionado ou

⁹⁵ Consultar apêndice IV.

⁹⁶ *Cfr.* art.º 8.º da LSI.

⁹⁷ *Cfr.* art.º 10.º da Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho.

encontrado em recinto sujeito a vigilância ou fiscalização das autoridades públicas, sempre que houver suspeitas de preparação ou da prática de ilícito criminal⁹⁸.

A temática das revistas e buscas já tinha sido abordada no âmbito do CPP. Todavia, face ao exposto, entendemos que não se deve confundir as revistas e buscas levadas a cabo à luz do Código de Processo Penal (revistas e buscas como medidas cautelares de polícia) com aquelas desenvolvidas no âmbito da Lei de Segurança Interna (revistas e buscas preventivas de segurança). Ao abrigo da Lei de Segurança Interna, “podemos afirmar que estamos perante revistas e buscas preventivas e de segurança que antecedem as caracterizadas medidas cautelares de polícia” (VALENTE, 2012: 529). As Autoridades de Polícia Criminal (APC)⁹⁹ assumem um papel de grande importância perante a LSI, pois têm competências para ordenar a aplicação das medidas de polícia¹⁰⁰ designadas por MANUEL VALENTE (2014: 68-69) de, medidas puras de polícia.

Finalizando este ponto, não poderíamos deixar de realçar a possibilidade das forças e serviços de segurança atuarem no quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do Direito Internacional fora de Cabo Verde, em cooperação com organismos e serviços de estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Cabo Verde faça parte¹⁰¹.

De todos os diplomas abordados neste ponto, a Lei de Segurança Interna parece-nos aquela que, após a criação da Polícia Nacional, mais contribuiu para o alargamento das competências do Sistema Policial em Cabo Verde. Recebida com alguma satisfação no seio da comunidade, esta lei veio dar ênfase à prevenção da criminalidade, sobretudo urbana, permitindo uma atuação policial mais segura, mais confiante e mais eficaz junto aos grupos denominados *thugs/gangs* que afloraram um pouco por todo o país.

⁹⁸ Cfr. art.º 10.º da LSI de Cabo Verde.

⁹⁹ Conforme VALENTE DIAS (2012: 73) as Autoridades de Polícia Criminal são os dirigentes máximos dos corpos policiais, o pessoal de certas carreiras e os funcionários como tal qualificados pela lei, dispondo de relevantes poderes consagrados na lei processual penal. Já para MANUEL VALENTE (2012: 67) são APC aqueles que o legislador entender reunirem os conhecimentos, as competências e capacidades adequadas e necessárias para o exercício de prerrogativas de *ius imperii*, restritivas de direitos e liberdades individuais em situações excecionais.

¹⁰⁰ MARCELLO CAETANO (1990: 1170) considera medidas de polícia ou medidas de segurança administrativa as providências limitativas da liberdade de certa pessoa ou do direito de propriedade de determinada entidade, aplicadas pelas autoridades administrativas independentemente da verificação e julgamento de transgressão ou contravenção ou da produção de outro ato concretamente delituoso, com fim de evitar a produção de danos sociais cuja prevenção caiba no âmbito das atribuições da polícia.

¹⁰¹ Cfr. art.º 4.º n.º 2 da LSI de Cabo Verde.

III.2. DO REFERENCIAL DE COMPETÊNCIAS DA POLÍCIA NACIONAL

Pretendemos com este mote construir um referencial de competências no seio da Polícia Nacional. Assim, torna-se necessário numa primeira fase a identificação das competências e numa segunda fase a classificação das competências.

A identificação das competências pressupõe uma análise ostensiva dos diplomas a fim de verificar as áreas de intervenção da Polícia Nacional. Deste modo, pretendemos encontrar as funções significativas sem cair numa procura exaustiva, uma vez que a natureza da atividade da polícia faz com que as suas funções sejam díspares. A ideia consiste em apropriarmo-nos de um conjunto de atribuições que caracterizam a Polícia Nacional e identificar uma competência. Ainda no âmbito desta identificação de competências, emerge a necessidade formular uma listagem no local apropriado e num contexto determinado, a fim de proceder ao seu enquadramento num sistema de classificação próprio¹⁰².

Partindo do pressuposto de que a relação estabelecida entre a polícia, enquanto entidade, e os cidadãos incorpora sempre uma noção de poder, focada na dicotomia entre autoridade e obediência, podemos afirmar que toda a ação verificada no quadro das atribuições legais em que os elementos da Polícia Nacional aparecem munidos de *ius imperii*, são classificadas de *competências policiais*. Nesta perspetiva, esta classificação engloba toda a atividade Jusinternacional, jusconstitucional e jusordinária (segurança, administrativa e criminal) que na visão de MANUEL VALENTE (2012: 23) são deliberadamente desenvolvidos pela polícia, no âmbito do Direito Policial como ramo do direito público¹⁰³ dado que, conforme MARCELLO CAETANO (1990: 1156), a polícia não deve intervir no âmbito da vida privada dos indivíduos. Contudo, este “deve intervir nas atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais” (CAETANO, 1990: 1151).

Atendendo a complexidade de competências atribuídas a Polícia, a conceção desta classificação ao universo das suas atribuições parece assumir contornos abstratos pelo que emerge a necessidade de afunilar e categorizar por setores as grandes áreas de competência da Polícia Nacional, uma vez que segundo MARCELLO CAETANO (1990: 1155), quando se trata de competências policiais, são numerosos os poderes discricionários conferidas legalmente à polícia.

¹⁰² Ver apêndice V.

¹⁰³ Sobre esta temática, VALENTE, MANUEL. M. G. (2012). *Teoria Geral do Direito Policial* (3ª edição). Coimbra, Almedina, pp. 31-38.

Embora se torne evidente que é impossível categorizar todas as tarefas relacionadas com a atividade policial, entendemos que estas devem ser agrupadas de acordo com a especificidade das seguintes áreas de intervenção:

1. *Administrativas*, que contemplam o exercício do poder da Polícia Nacional, no âmbito do direito administrativo¹⁰⁴. Ou seja, todo o ato jurídico unilateral praticado pela PN no exercício do poder administrativo e que visa a produção de efeitos jurídicos sobre uma situação individual ou coletivo num caso concreto.

2. *Segurança e Ordem Pública*, que engloba toda a atividade desenvolvida pelas Forças e Serviços de Segurança, com o objetivo de repor ou manter a ordem e tranquilidade públicas¹⁰⁵. MANUEL VALENTE (2013: 68) evidenciou esta ideia ao escrever que a qualidade jurídica de autoridade de polícia está adstrita à natureza de polícia de ordem e tranquilidade públicas cuja ação operativa se estende em todo o quadro funcional jurídico-constitucional.

Atendendo a uma ótica conceptual deste paradigma, FERREIRA DE OLIVEIRA (2015: 32), define ordem pública numa dupla perspetiva: em sentido comum, por referência a factos ou situações, onde pode ser definida como a ausência de toda a perturbação material, ou ausência de desordem; e por referência às leis ou na perspetiva técnico-jurídico, onde este consubstancia o conjunto de normas legais e doutrinários que, segundo as concepções éticas e sociais dominantes em determinada época e país, se consideram reguladoras de interesses fundamentais desse Estado.

A forma de exercício desta competência encontra-se apoiada na vigilância policial, seja na sua forma geral ou especial, e nos atos de polícia. Na visão de MARCELO CAETANO (1990: 1165) a vigilância geral traduz-se na observação constante da conduta dos indivíduos nos lugares públicos e de todas as atividades que nestes decorrem, sendo vigilância especial a que segue o desenrolar de certa forma de atividade, o modo de existência de certa classe de indivíduos ou o que se passa em certos locais. Por sua vez, os atos de polícia que para MARCELLO CAETANO (1990: 1165) podem ter objeto preventivo ou repressivo, são todos

¹⁰⁴ MARCELLO CAETANO (1990: 43) define o Direito Administrativo como “o sistema de normas jurídicas que regulam a organização e o processo próprio de agir da administração pública e disciplinam as relações pelas quais ela prossiga interesses colectivos podendo usar de iniciativa e do privilégio da execução prévia”. Já para ISABEL FONSECA (2012: 17) o Direito Administrativo é o ramo do Direito que de um modo específico se refere à administração pública. Por sua vez, JOÃO CAUPER (2013: 28) evidenciou que a administração pública em sentido orgânico compreende aquela “constituída pelo conjunto de órgãos, serviços e agentes do estado e demais organizações públicas que asseguram, em nome da coletividade, a satisfação disciplinada, regular e contínua das necessidades coletivas de segurança, cultura e bem-estar”.

¹⁰⁵ Polícia de Segurança é definida por MARCELLO CAETANO (1990: 1176) como o ramo da atividade policial que visa a manutenção da ordem e da tranquilidade públicas e vigia pela segurança das pessoas e da propriedade, prevenindo a criminalidade e perseguindo os criminosos.

aqueles que tanto podem impor uma certa conduta aos indivíduos (ordem), como uma abstenção (proibição).

3. *Administrativas processuais*, que se resumem em todos os atos de polícia que culminam na instauração de um processo a terceiros derivada à uma conduta que se consubstancia crime ou contraordenação.

A nosso ver, enquadra nesta categoria todos os atos de polícia que no exercício das suas competências impõe a alguém a sujeição a determinados efeitos jurídicos (impõem uma sanção administrativa a alguém: por exemplo, coima). Neste campo, a instauração do processo é alheia a vontade do cidadão, o que não se verifica no âmbito das restantes competências administrativas em sentido restrito onde os atos administrativos conferem ou ampliem as vantagens dos sujeitos (por exemplo, no âmbito do licenciamento para uso e porte de arma). Na sequência deste raciocínio, as competências processuais podem ser classificadas em duas categorias: criminais e contraordenacionais.

Podem ser consideradas *competências de polícia criminal*, todos os atos de polícia que *ab initio* culminam na instauração de um processo-crime à terceiros ou o desenvolvimento de investigação por delegação das Autoridades Judiciárias. Ou seja, todas as competências da Polícia Nacional desencadeadas no âmbito do Código Processo Penal. Enquadram-se ainda nesta categoria todos os atos delegados pelas Autoridades Judiciárias à Polícia Nacional, no domínio das competências específicas de investigação criminal.

A este propósito, ROBERT REINER (2010) fala da polícia processual. No entanto, não podemos deixar de partilhar a perspetiva de JORGE CARLOS FONSECA (2006) ao realçar que a lei cabo-verdiana fala em prevenção e combate a criminalidade, quando se refere as atribuições da Polícia Nacional, contudo esta asserção não transforma os Órgãos de Polícia Criminal no sistema cabo-verdiano em verdadeiros sujeitos processuais penais, quanto muito em verdadeiros *sujeitos processuais acessórios ou secundários*, por via das suas competências para prática de atos processuais serem sempre para atos singulares que não sirvam para codeterminar o processo como um todo tendo em vista a decisão final.

Merece, pois, o nosso acordo JORGE CARLOS FONSECA (2006), quando referindo-se ao relacionamento entre magistrados e polícias no decurso das fases preliminares do processo penal, enfatizando que estes desempenham funções complementares e não fungíveis. Desta feita, acabam por, em harmonia, atingir as finalidades do processo penal. Prosseguindo, o autor realça que esta é a forma de receber os OPC como elementos participantes e, na função de administração da justiça penal. “O código quis seguramente uma polícia judicial, e rejeitou sem dúvida uma justiça policial” (FONSECA, 2006).

Em sentido oposto, as *competências administrativas processuais contraordenacionais* englobam todos os atos de polícia que visam a aplicação de uma sanção relativamente a violação de uma conduta tipificada em ordenamento jurídico geral ou especial, que pela sua natureza não constitui crime. Na ótica de MARCELO CAETANO (1990: 1164) as autoridades policiais podem, eles próprios, aplicar sanções e não apenas encaminhar aos tribunais os agentes presumidos dos delitos.

Portanto, entendemos que são estes os três grupos de competências que concorrem para a fortificação do manancial de competências da Polícia Nacional de Cabo Verde. Contudo, não podemos olvidar que todo o exercício do poder da Polícia Nacional se desenrola sob a égide das suas competências administrativas. Aliás, a título de exemplo, como disse FERREIRA DE OLIVEIRA (2015: 21), a manutenção da ordem pública é uma função administrativa do Estado, ao serviço dos cidadãos e das instituições democráticas, executada num quadro de normalidade institucional, pelas Forças de Segurança.

III.3. DESAFIOS PARA A POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

Acontecimentos recentes têm, progressivamente, suscitado uma atenção especial das Forças e Serviços de Segurança em Cabo Verde e não só, fazendo com que novos desafios fizessem referência no seu manancial de áreas de interesse permanente. As realidades perturbantes da aldeia global em que vivemos e temas como cibercriminalidade, corrupção, branqueamento de capital, tráfico de armas, crimes contra o ambiente, fraude e falsificação internacional, tráfico de droga, crime organizado e terrorismo passaram a estar presentes no nosso quotidiano. Para JOSÉ CABRAL (2007: 15) “tais são os contornos de um nevoeiro cinzento que agride e envolve ameaçadoramente os cidadãos e as nações”.

Apesar da estabilidade do país e de ser considerado como referência em África, não se considera isento das preocupações que afligem os outros países até porque a sua localização geográfica é caracterizada como fator de discussão quando se fala em aspetos como o narcotráfico e criminalidade organizada. No que respeita ao tráfico de droga, JOSÉ CABRAL (2007: 25) salientou a importância de Cabo Verde na prevenção e repressão deste fenómeno, excluindo-o das zonas propícias para as operações necessárias ao transporte (transbordo de drogas), isto na perceção por parte das organizações criminosas.

A verdade é que, nos últimos anos, têm-se verificado com alguma frequência, seja em grande ou pequena quantidade, apreensões de droga no arquipélago, sem se olvidar que

alguma quantidade tem dado à costa em algumas ilhas. Assim, a incapacidade do País de controlar essa entrada¹⁰⁶ não pode deixar de constituir um risco acrescido para a sua segurança interna, a sua economia, o seu desenvolvimento sustentado e a sua credibilidade internacional¹⁰⁷.

Partindo do princípio de que a prevenção e repressão do narcotráfico reclama uma abordagem holística apoiada num controle forte e eficaz nas fronteiras aéreas e marítimas, entendemos que este fenómeno constitui indubitavelmente um grande desafio para as Forças e Serviços de Segurança de Cabo Verde¹⁰⁸ até porque o Programa de Reforma do Estado estabelece a repressão à criminalidade com destaque para criminalidade organizada e internacional como um dos domínios de intervenção para promover a segurança das pessoas e bens e afirmar a autoridade do Estado. Aliás, conforme JOSÉ CABRAL (2007: 19), a luta contra o crime organizado é reconhecida como um dos novos grandes desafios da comunidade internacional.

Numa tentativa de controlar este flagelo, Cabo Verde ratificou as convenções internacionais sobre o controlo de droga. Contudo, Patrício Varela, Diretor Nacional da Polícia Judiciária, mesmo considerando o narcotráfico como uma das principais ameaças para o desenvolvimento de Cabo Verde, argumenta que “nem toda a droga que circula no corredor do atlântico passa por Cabo Verde”¹⁰⁹, desmistificando desta forma a conceção paradigmática do arquipélago como placa giratória do tráfico na encruzilhada dos três continentes.

O terrorismo, a par do tráfico de drogas, tem surgido como pano de fundo no cenário de debate da segurança do país, uma vez que os trágicos acontecimentos do 11 de setembro de 2001 destacaram tendências latentes no sistema internacional. Segundo JOSÉ CABRAL (2007: 29), uma das mais significativas é a emergência de uma violência transnacional que se manifesta num fenómeno de terrorismo global, visando efeitos legais e mediáticos, cada vez mais importantes.

¹⁰⁶ No Plano Estratégico de Segurança Interna são definidos como constrangimentos, a insuficiente capacidade de mobilidade e de comunicação que não permite um patrulhamento eficiente do território nem a rápida reação a alertas; insuficientes capacidades na recolha e análise de informação policial, o que limita a execução de operações complexas anti-tráfico e a cooperação operacional com autoridades homólogas estrangeiras.

¹⁰⁷ No PESI (2009-2011: 13) consta que Cabo Verde é reconhecido como um Estado vulnerável e que quanto ao nível da função segurança o Estado não tem conseguido manter o controlo efetivo sobre todo o território nacional, particularmente o marítimo, e em razão disso nota-se um aumento significativo de atividade criminosa em Cabo Verde.

¹⁰⁸ Fazem parte do Centro de Operações de Combate ao Narcotráfico e Segurança Marítima (COSMAR) de Cabo Verde, a Guarda Costeira, a Polícia Judiciária e a Polícia Nacional.

¹⁰⁹ Consultada em 10 de março de 2016 em <http://anacao.cv/2016/02/16/director-da-pj-garante-que-cabo-verde-nao-e-armazem-de-drogas/>

Com a intensificação dos ataques terroristas perpetrados pelo denominado *Daesh*, vive-se um clima de tensão resultante da imprevisibilidade, instabilidade e incerteza que acarreta este fenómeno. Ora esta imprevisibilidade leva a crer que a probabilidade de sofrer um ataque é cada vez maior levando os países a adotar certas medidas de prevenção. Neste sentido, apesar de o terrorismo não constituir uma ameaça real para Cabo Verde, este não se autoexcluiu deste processo, tendo os atores principais no cenário da segurança interna elevando o nível de alerta nos aeroportos internacionais para amarelo fazendo com que o estado de prevenção passasse desta forma para nível médio¹¹⁰. Isto porque, conforme SANTOS (2008), com o aumento significativo de ataques terroristas urge a necessidade de verificar e avaliar a segurança das infraestruturas relacionadas com a aviação civil. Segundo o mesmo autor, estas deverão obedecer a quatro níveis distintos: integração de medidas de segurança na construção e renovação da infraestruturas; redução da probabilidade de ocorrência de incidentes; aumento de capacidades de resposta a incidentes; e minimização do impacto aquando de um incidente.

Não obstante a natureza do crime que ao abrigo da Lei de Investigação Criminal se configura competência reservada à Polícia Judiciária, entendemos que a Polícia Nacional assume um papel muito importante no que diz respeito à prevenção deste fenómeno. Assim, tendo em conta a avaliação e classificação da segurança nos aeroportos internacionais e considerando os níveis de segurança elencados anteriormente, a Polícia Nacional deve focar essencialmente na redução da probabilidade de ocorrência de incidentes e no aumento de capacidade de resposta a incidentes, sendo que os outros níveis fogem da sua área de competência.

Em conformidade com os estudos de REINALDO CANADO (2010: 45-46), atualmente a forma de garantir a segurança na aviação civil divide-se em três grandes etapas. Assim, considerando a realidade Cabo-verdiana, entendemos que a Polícia Nacional, fazendo uso dos seus poderes funcionais, destaca-se como ator primordial numa destas etapas¹¹¹, visto que na ótica de REINALDO CANADO esta inclui diversas ações operacionais onde estão

¹¹⁰ Decisão tomada pelo Conselho de Segurança Nacional em resposta as recomendações da Comissão Nacional de Facilitação do Transporte Aéreo e de Segurança da Aviação Civil. (consultado à 10 de março de 2016 em <http://anacao.cv/2015/12/14/alerta-amarelo-narcotrafico-e-principal-ameaca-terrorismo-vem-depois/>).

¹¹¹ Conforme REINALDO CANADO (2010: 45) a primeira fase se configura na recolha de informação, planeamento e avaliação do grau de ameaça levada a cabo pelas entidades governamentais competentes, conjugadas com sistemas de reserva como o CAPPS (*Computer Assisted Passenger Pre-screening System*, é um Sistema que as companhias aéreas utilizam para comprovar se aquela pessoa que está para embarcar corresponde de facto a quem diz ser) e as *No-Fly-Lists* (Bases de dados indicativas de pessoas que estão proibidas de utilizar a aviação civil como meio de transporte). A terceira etapa surge como resposta a eventuais ameaças que não tenham sido detetadas anteriormente.

reunidas os diversos atores do sistema de segurança da aviação civil, nomeadamente os elementos de segurança, as Forças e Serviços de Segurança, onde se incluem cães detetores de explosivos, detetores de substâncias químicas ou biológicas, circuitos fechados de vídeo e ainda ponto de verificação de segurança. O autor realça ainda que no ponto de verificação aplicam-se técnicas de observação e rastreio de passageiros, através de utilização de pórticos detetores de metais, de verificação de bilhete para embarque; e do rastreio de bagagem de cabina. Portanto, são competências da Polícia Nacional amplamente visíveis nos aeroportos de Cabo Verde.

Atendendo a estes desafios, (terrorismo e narcotráfico) a Polícia Nacional viu as suas competências alargar nos domínios de processo penal e investigação criminal. Conforme MANUEL VALENTE (2009: 166), com a Revisão Constitucional de 2001, em Portugal, a residência deixou de ser um local sagrado durante a noite em função da especial complexidade da evolução da criminalidade. Assim, em 2015, se verificou o mesmo processo em Cabo Verde, deitando por terra a ideia de sossego noturno. Com isto, os OPC passaram a ter prerrogativas para efetuar buscas domiciliárias noturnas se se encontrarem preenchidos os requisitos legais para tal.

Cabo Verde está a crescer em todos os setores e, com isto, os desafios da PNCV não se esgota no âmbito do terrorismo e do narcotráfico. Problemas como a proliferação de armas de fogo¹¹², manifestações, fenómenos relacionados com a delinquência juvenil e sobretudo os grupos designados *thugs/gangs*, entre outros, configuram-se em autênticos desafios para a Polícia Nacional. Contudo, para além de realçar as vulnerabilidades do país, o Programa de Reforma do Estado é portador de uma visão do Estado que quer construir “um Estado moderno, mais eficaz, mais competitivo, com mais segurança, melhor justiça e maior sustentabilidade. É este o Estado adequado para vencer os desafios que temos pela frente”.

Relativamente aos *programas de segurança solidária*, constitui um desafio para a Polícia Nacional fomentar uma educação com qualidade no âmbito do programa Escola Segura e promover um turismo seguro perante o setor de atividade que constitui um forte grau de sustentabilidade económica para o país.

Entende-se que, são estes os principais desafios para a PN que, de acordo com o nosso entrevistado ALBERTO BARBOSA, tem como perspetivas futuras as mesmas que

¹¹² Segundo um estudo feito por ANA LEÃO em 2011 sobre a proliferação de armas de fogo na Guiné-Bissau e Cabo Verde, os dados conhecidos sobre disseminação de armas de fogo no país apontam para a existência de 9.500 armas em mãos civis, colocando Cabo Verde no número 172 do ranking mundial sobre o universo de armas em posse privada.

universalmente são as das Forças de Segurança. Que sejam capazes de encontrar a melhor organização, o melhor quadro legal, os melhores equipamentos e, sobretudo, formar os melhores recursos humanos para responderem às demandas, cada vez mais exigentes, das sociedades onde se inserem¹¹³. Já ELÍSIO MENDES respondeu que, tendo em conta que a PN abarca quatro áreas diversificadas, as perspectivas da mesma são grandes, mas isso só se consegue com o tempo. Para o nosso entrevistado, ainda é muito cedo para tirar ilações quanto à justeza da criação da Polícia Nacional, enaltecendo que a criação da mesma foi uma ótima medida do ponto de vista da segurança interna do país que, no seu devido tempo, dará os seus frutos que todos irão colher, nomeadamente no que diz respeito à eficácia e eficiência na prevenção e repressão, sobretudo, à pequena criminalidade no país¹¹⁴.

Entretanto, conforme JORGE CARLOS FONSECA (2006) a política de segurança pública não pode esgotar-se numa mera política policial, mesmo quando está em causa a chamada criminalidade de massa, devendo abranger igualmente elementos de política criminal, no respeito das garantias constitucionais e inserir-se numa política interna global bem definida e coordenada. É desta forma que se justifica o alargamento da pena máxima de prisão para 35 anos, com a alteração do Código Penal de Cabo Verde¹¹⁵. Seguindo a mesma linha de pensamento e sem necessidade de entrar em pormenores, partilhamos a perspectiva de WINFREID HASSEMER (1995), onde este deduziu que a criminalidade organizada apenas ocorre quando “o braço com o qual pretendemos combater toda e qualquer forma de criminalidade esteja paralisado, ou seja, quando os poderes legislativos, executivo ou judiciário se tornam corruptos ou venais”.

¹¹³ Consultar apêndice VII

¹¹⁴ *Idem*

¹¹⁵ *Cfr.* art.º 51.º do Decreto-Legislativo n.º 4/2003, de 18 de novembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 4/2015, de 11 de novembro.

CONCLUSÕES

Terminado o que pretendemos ser um contributo para a compreensão do edifício da segurança pública em Cabo Verde, cabe-nos partilhar as ilações advindas do tratamento de informação que consistiu sobretudo numa análise ostensiva aos diplomas que atribuíram competências às polícias num arquipélago de alternância.

Este foi o mote com que iniciámos a nossa investigação numa tentativa de perceber a evolução histórica e de competências do sistema policial em Cabo Verde. Neste panorama, verificámos, que ao longo dos tempos, as Forças e os Serviços de Segurança tiveram de se adaptar, em termos organizativos e funcionais, ao modelo de Estado vigente (uma vez que no arquipélago se constatou a existência de vários sistemas políticos), ao modelo constitucional e administrativo nacional e sobretudo à demanda das mudanças sociais derivadas de questões económicas, culturais e políticas. Foi então numa tentativa de encontrar um modelo ideal do sistema policial no arquipélago que os corpos destinados a garantir a ordem e tranquilidade públicas assumiram características intermitente entre o civil e o militar.

Por via das consequências da forte relação entre a trilogia polícia, segurança e estado, foi necessário uma abordagem ao conceito de segurança e uma alusão a este paradigma nas mais recentes constituições de Cabo Verde. Relativamente ao conceito paradigmático de segurança, deparámos que devido a subjetividade que acarreta e a multiplicidade de expressões que podem ser aglutinadas a ela, faz com que a sua definição continue no abstrato. Entretanto, partilhamos a visão poliédrica de MANUEL VALENTE (2013: 133), onde define segurança como um polígono, plurifuncional e plurinormativo, que se afirma como uma necessidade e um valor individual coletivo mutável e adequável a um estado conceptual do ser humano e de Estado de um tempo e de um espaço gravitacional, e como um sentimento real e cognitivo a ser produzido e alcançado como instrumento, meio e atividade desenvolvida por entes dotados de *ius imperii* para a prossecução do fim público primordial da sociedade sem fronteiras: a vivência harmoniosa em comunidade.

Com o fito de alcançar os objetivos pretendidos, abordámos o termo no âmbito jurídico-constitucional onde aparece como direito fundamental.

Enquanto país independente, Cabo Verde teve a sua primeira constituição em 1980 e nela, tanto “segurança” como “polícia” não fizeram epígrafes em nenhum dos seus artigos, aparecendo pela primeira vez no ordenamento jurídico-constitucional datada de 1992, altura em que o país assumiu o estatuto de Estado de Direito Democrático.

No segundo capítulo, e com a finalidade de responder a primeira questão derivada, que consistia em perceber se o modelo de Polícia Nacional é o modelo ideal para Cabo Verde, fizemos um levantamento das suas atribuições e ainda procedemos a uma análise do novo paradigma de intervenção dos seus órgãos e serviços.

Concluímos que o modelo de Polícia Nacional tem assumido algum protagonismo, surgindo como modelo preferencial em vários países (Angola, Panamá, Suécia, Noruega, entre outros), como uma forma de rentabilização dos meios humanos e materiais e deste modo, o arquipélago não ficou isento deste processo, tendo o Decreto-Legislativo n.º 6/2005, de 14 de novembro, publicado no quadro da reforma legislativa e institucional do setor de segurança interna, adotado um novo modelo de organização policial, ao criar a Polícia Nacional de Cabo Verde, integrando nela as principais forças Policiais cujas finalidades orgânicas concorrem diretamente para garantir a segurança interna. Neste mote, a Polícia de Ordem Pública, a Polícia Marítima, a Guarda Fiscal e a Polícia Florestal ficaram sob a dependência de uma Direção Nacional única, criando uma nova estrutura e extinguindo de vez o sistema multifacetado do edifício da segurança pública em Cabo Verde. Desta forma, configura-se a Polícia Nacional no modelo ideal de Polícia para Cabo Verde?

Relativamente a esta temática, verificámos que na perspectiva de alguns autores não existem modelos ideais de polícia, e que cada país e cada época tem os seus modelos policiais. Assim, partilhamos também dos pontos de vista dos entrevistados neste estudo, que relativamente a esta questão, entendem que a criação da Polícia Nacional é vista como uma política de segurança, descartando as possibilidades de considerar este modelo de polícia como sendo ideal. Argumentam que ainda é cedo para tirar ilações acerca de um modelo polícia com apenas dez anos de existência, num total de cento e quarenta e cinco, mas que este tem demonstrado resultados satisfatórios, encontrando apetrechado com um conjunto de ferramentas que lhe permita fazer face ao aumento da criminalidade que se tem verificado no país.

No decurso da nossa investigação procurámos compreender a evolução das competências da polícia em Cabo Verde, debruçando, sobretudo, sobre o novo modelo de polícia com o fito de perceber se este está dotado de competências especiais em detrimento das tipologias anteriores. Assim, vergámos sobre o quadro legislativo que de uma forma ou de outra atribui competências e atribuições à Polícia Nacional com a finalidade de responder a segunda questão derivada, donde tirámos as ilações que se seguem.

As suas competências encontram-se plasmadas sobretudo em quatro diplomas, sendo que estes encontram-se em harmonia com a Constituição: A Lei Orgânica da Polícia

Nacional, O Código de Processo Penal, a Lei de Investigação Criminal e Lei de Segurança Interna e Combate a Criminalidade.

Relativamente a Lei Orgânica da Polícia Nacional, deparámos com um leque de competências e atribuições já conhecida das outras tipologias de polícia que atuaram no território após a independência. Contudo é de destacar a integração da Polícia Florestal nas Forças e Serviços de Segurança do país e a criação de órgãos e serviços para áreas de interesse específicos. Verifica-se que a Lei Orgânica da Polícia Nacional se consubstancia na unificação dos pressupostos estipulados em ordenamentos dispersos que pertenciam às anteriores polícias.

O CPP é outro diploma pela qual a atividade dos Órgãos de Polícia Criminal se encontra regulada, tendo estes um papel fulcral na prossecução das finalidades do processo penal. Ao longo da história, vigorou em Cabo Verde, apenas dois ordenamentos jurídicos relativamente a esta temática. O Código de Processo Penal de 1929, com as alterações subsequentes e o de 2005, também com algumas alterações. Posto isto, atendendo as limitações impostas, abdicámos do diploma de 1929 e aprofundámos o nosso estudo naquele que se consubstancia o primeiro Código de Processo Penal aprovado em Cabo Verde. Neste âmbito, entendemos que as competências da atual polícia ao abrigo deste Código, não distam muito daquelas que detinham as tipologias de polícia anterior.

Com a revisão constitucional de 2010, aspetos ligados à justiça como a extradição de cidadãos, a jurisdição do Tribunal Penal Internacional, as buscas domiciliárias noturnas, foram algumas das alterações introduzidas. Nesta sequência, houve necessidade de alterar o CPP de modo a que o sistema funcionasse em harmonia com a Constituição da República. Posto isto, a Polícia Nacional viu aumentar o leque das suas competências no âmbito do processo penal, nomeadamente no que diz respeito aos meios de obtenção de prova. Com esta alteração, passou a ser permitida as buscas domiciliárias antes das sete e depois das vinte horas, em flagrante delito nos casos de criminalidade especialmente violenta ou organizada, designadamente, de terrorismo, tráfico de pessoas, de armas e de estupefacientes. Contudo, verifica-se uma dissonância legislativa relativamente aos Órgãos de Polícia Criminal. Com a alteração do CPP em 2015, o legislador manteve a integridade do texto do seu artigo 70.º considerando OPC de competência genérica apenas a Polícia de Ordem Pública, quando deveria contemplar “Polícia Nacional” como estipula a Lei Orgânica e a Lei de Investigação Criminal.

Concluímos ainda que, em matéria de Investigação Criminal, até outubro de 2008, altura em que entrou em vigor a Lei de Investigação Criminal, a Polícia Nacional dispunha

de competência genérica para a investigação criminal, dependendo o exercício desta competência da vontade de delegação da Autoridade Judiciária. Porém, com a aprovação da LIC o legislador entendeu atribuir à Polícia Nacional competências investigatórias apenas para alguns tipos de crimes, determinando-os no seu artigo 10.º ainda que, carecem de delegação por parte da Autoridade Judiciária competente.

De todos os diplomas abordados no nosso estudo, a Lei de Segurança Interna e Prevenção da Criminalidade afigura-se aquela que mais competências atribuiu aos OPC após a criação da Polícia Nacional. Com a sua publicação em 2007, a polícia viu-se dotada de uma ferramenta importante na prevenção da criminalidade. Isto porque congregou ao longo do seu texto um conjunto de medidas preventivas de segurança, que por iniciativa própria podem ser ordenadas pelas autoridades de polícia, ainda que, os agentes de execução têm prerrogativas para desenvolver certas medidas preventivas de segurança.

Assim, em resposta a segunda questão derivada verifica-se que, com a criação da Polícia Nacional, em si, esta não adquiriu competências especiais. O que se verificou foi um conjunto de reformas legislativas no âmbito da segurança interna e prevenção da criminalidade que, se tivessem sido levadas a cabo alguns anos mais cedo, as outras polícias poderiam também fazer uso destas competências. Logo, socorrendo da nossa questão central desta investigação, concluímos que as reformas das Forças e Serviços de Segurança não contribuíram para obtenção de novas competências. Por outro lado, as reformas legislativas, estas sim, contribuíram significativamente para o aumento do leque das suas competências.

Durante a investigação, deparámo-nos com algumas limitações, desde a ausência do investigador relativamente ao objeto de estudo, (o que dificultou a obtenção dos dados quer das entrevistas, quer da legislação em vigor), à falta de bibliografia referente a temática em Cabo Verde.

Enfim, numa sociedade onde a investigação séria sobre as Forças e Serviços de Segurança é muito reduzida ou praticamente inexistente, a iniciativa de escrever sobre as competências da polícia é, em si só, um desafio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIOS E ENCICLOPÉDIAS

BOBBIO, NORBERTO; MATTEUCCI, NICOLA; PASQUINO, GIANFRANCO (1998). *Dicionário de política* (11ª Edição). CARMEN C, VARRIALE et al, (Trad.). JOÃO FERREIRA (Coord.). Brasília, UNB.

CORREIA, SÉRVULO (1994). Polícia in *Dicionário jurídico da administração pública*, Vol VI. Lisboa.

COSTA, J. ALMEIDA e MELO. A. SAMPAIO (1975). *Dicionário da Língua Portuguesa* (5.ª Edição). Porto, Porto Editora.

OBRAS GERAIS E ESPECÍFICAS

ALBUQUERQUE, LUÍS. (1991). *História Geral de Cabo Verde*. MARIA SANTOS E LUÍS ALBUQUERQUE (Coord.), Vol. I. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical – Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde. (pp. 23-39).

ALVES, FLÁVIO DOS SANTOS e VALENTE, ANTÓNIO COSTA. *Polícia de Segurança Pública – Origem, evolução e actual missão*, Gabinete de Estudos e Planeamento – DN/PSP.

AMARAL, DIOGO FREITAS (1994). *Curso de Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina.

AMARAL, DIOGO FREITAS (1996). *Curso de direito administrativo*, Volume I, (2ª Edição). Coimbra, Almedina.

BITTNER, E. (1970). *The functions of the police in modern society*, Chevy Chase, MD, National Institute of Mental Health.

BRITO, MIGUEL NOGUEIRA (2009). Direito de polícia in *Tratado de direito administrativo especial*, vol. I. PAULO OTERO E PEDRO GONÇALVES (Coord.), Coimbra, Almedina.

CABRAL, JOSÉ SANTOS (2007). *Uma incursão pela polícia*, Coimbra, Almedina.

CAETANO, MARCELLO (1990). *Manual de direito administrativo* (10ª Edição), 4ª Reimpressão revista e atualizada pelo Prof. Doutor DIOGO FREITAS DE AMARAL, Coimbra, Almedina.

CAETANO, MARCELO (2004). *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina.

- CANADO, REINALDO SILVA (2010). *O terrorismo na aviação civil*, Lisboa, Chiado Editora.
- CANAS, VITALINO (2007). A actividade de polícia e a proibição do excesso: As Forças e os Serviços de Segurança em particular in *Estudos de Direito e Segurança*, JORGE BACELAR GOUVEIA e RUI PEREIRA (Coord.), Coimbra, Almedina. (pp. 445-481).
- CANOTILHO J. J. GOMES (1999). *Estado de direito*, Lisboa, Gradiva.
- CANOTILHO J. J. GOMES (2012). *Direito constitucional e teoria da constituição* (7ª Edição), Coimbra, Almedina.
- CANOTILHO, GOMES e MOREIRA, VITAL (1993). *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 3.ª Edição Revista, Coimbra, Coimbra Editora.
- CARDIM, JOSÉ CASQUEIRO (1999). *Políticas de formação e desenvolvimento*, Lisboa, ISCSP.
- CARMO, HERMANO e FERREIRA, MANUELA MALHEIRO (1998). *Metodologia da investigação – Guia para Auto – Aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta.
- CAUPERS, JOÃO (2013). *Introdução ao Direito Administrativo* (11ª Edição), Lisboa, Âncora.
- CLEMENTE, PEDRO (2010). Polícia e Segurança – Breves notas, In *Política Internacional e Segurança*, n.º 4. Lisboa, Universidade Lusíada. (pp. 139-169).
- CLEMENTE, PEDRO JOSÉ (2009). A Polícia – O Caminho in VALENTE M.M.G. (Coord.), *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*, Coimbra, Almedina. (pp. 87-107).
- COHEN, MICHEL (1991). Arquipélagos da alternância- a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 1415. Lisboa. jan/fev. (pp.113-154).
- CORREIA, EDUARDO PEREIRA (2015). *Liberdade e Segurança*, Lisboa, ISCPSI – ICPOL.
- CORREIA, EDUARDO PEREIRA e DUQUE, RAQUEL (2011). O poder político e a emergência das políticas públicas de segurança in *Politeia*, Ano VIII, ISCPSI.
- CORREIA, SÉRVULO (1994). Medidas de polícia e legalidade administrativa in *polícia portuguesa*, Ano LVIII, n.º 87, maio/Junho.
- COSME, JOÃO (2006). *Polícia de segurança pública. Das origens à actualidade*, Lisboa, Edições Silabo.
- CUNHA, SILVA (1977). *O Ultramar a nação e o “25 de Abril”*, Atlantida Editora, Coimbra.
- CUSSON, MAURICE (2007). *Criminologia*, (2ª Edição), Lisboa, Casa das Letras.

- DEL FRATE, ANNA ALVAZZI (2007). *Estudo sobre crime e corrupção em Cabo Verde*, JOSÉ LUÍS RAMOS e SARA RAMOS (Trad.), Praia, Ministério da Justiça (Comissão de Coordenação de Combate a Droga) – ONU (Escritório contra drogas e crime).
- DIAS, HÉLDER VALENTE (2012). *Metamorfoses da Polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*, Lisboa, Almedina.
- DUQUE, RAQUEL (2015). Singularidade da coexistência da liberdade e da segurança em democracia in *Liberdade e Segurança*, EDUARDO CORREIA (Coord.), Lisboa, ISCPSI – ICPOL. (pp. 55 – 68).
- ESPÍRITO SANTO, PAULA (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: génese, fundamentos e problemas*, Lisboa, Edições Silabo.
- FENECH, GEORGES (2001). *Tolerância zero – Acabar com a criminalidade e a violência urbana*, Mem Martins, Editorial Inquérito.
- FERNANDES, JOSÉ J. ANTUNES (2014). *Os desafios da segurança contemporânea*, Lisboa, Pedro Ferreira-Artes Gráficas, Lda.
- FERNÁNDEZ, MANUEL MARTIN (1990). *La profesión de policía*, Madrid, Centro de investigaciones Sociológicas de Madrid.
- FONSECA, ISABEL (2012). *Direito da Organização Administrativa*, Roteiro Prático, Coimbra, Almedina.
- GUEDES, ARMANDO MARQUES e ELIAS, LUÍS (2012). Here be dragons: Novos conceitos de segurança e o mundo contemporâneo in *O poder político e a segurança*, EDUARDO CORREIA e RAQUEL DUQUE (Coord.). Lisboa, Fonte da Palavra. (pp. 27-57).
- GUINOTE, HUGO B. (2009). a). As origens do policiamento: Da pré-história ao primeiro corpo policial in *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*, MANUEL M. G. VALENTE. (Coord.), Coimbra, Almedina. (pp. 263-298).
- GUINOTE, HUGO B. (2009). b). Respostas tático-policiais ao fenómeno das drogas, in *Criminalidade organizada e criminalidade de massa: interferências e ingerências mútuas*, Manuel M. G. Valente (Coord.), Coimbra, Almedina. (pp. 123-158).
- HOBBS, THOMAS (2010). *Leviatã*, (4ª Edição.), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- KLOCKARS, CARL (1985). *The idea of police*, Beverly Hills, Calif, Sage publications.
- MONET, JEAN-CLAUDE (2006). *Polícias e sociedade na Europa*, BARROS, MARY AMAZONAS LEITE (Trad.), São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.

- MOTA, MAURÍCIO (2011). Paradigma contemporâneo do Estado democrático de direito, pós-positivismo e judicialização da política in *O Estado democrático de direito em questão*, LUIZ E. M. e MAURÍCIO M. (Coord.), Rio de Janeiro, Elsevier editora Lda.
- MURPHY, CRISTOPHER (1998). La police et la résolution de problèmes: un manuel pratique in *Une police professionnelle de type communautaire*. Vol. I. NORMANDEAU, ANDRÉ (Coord.), Méridien, Montréal.
- NASCIMENTO, JOÃO O.R. (2004). Nação e Estado na Constituição da República de Cabo Verde in *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra 16, 17 e 18 de setembro. Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA José Ferreira (2015). *A manutenção da ordem pública em democracia*, Lisboa, ISCPSI.
- OLIVEIRA, JOSÉ FERREIRA (2004). As reformas dos sistemas e organizações policiais in *Estudos de homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*, MANUEL M.G. VALENTE (Coord.), Coimbra, Almedina.
- OLIVEIRA, JOSÉ FERREIRA (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento, a emergência do policiamento de proximidade*, Coimbra, Almedina.
- POCINHO, MARGARIDA (2012). *Metodologia de investigação e comunicação do conhecimento científico*, Lisboa, Lidel.
- POIARES, NUNO (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias: o papel da PSP na sociedade Portuguesa*. (1ª edição), Lisboa, Bnomics.
- QUIVY, RAYMOND e CAMPENHOUDT, LUC VAN (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*, (2.ª Edição), Lisboa, Gradiva.
- RAPOSO, JOÃO (2006). *Direito Policial: Tomo I*. Lisboa, Almedina.
- REINBOLD, M. F. e BREILLOT, J. M. (1993). *Gérer la Compétence dans L'Enterprise*, Paris, Éditions L'Harmattan.
- REINER, ROBERT (2010). *The politics of the police*, (4.th edition), New York, Oxford University.
- SANTOS, L. T. (2008). Infraestruturas nacionais críticas e sectores de interesse económico vitais: prevenção, protecção e resposta às ameaças da segurança da aviação civil in *Revista Segurança e Defesa* n.º6 (p. 51-55).
- SARMENTO, CRISTINA MONTALVÃO (2009). *Política & Segurança. Novas configurações do poder*, Lisboa, ICPOL/CHC-UNL.
- SARMENTO, MANUELA (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.

- SCHMITTER, PHILIPPE C. e KARL, TERRY LYNN (1991). What Democracy is... and is not in *Journal of Democracy*, Vol. 2:3. (pp. 75-88).
- SERRANO, ANA ISABEL DE OLIVEIRA (2001). Competências – da noção ao referencial in *Estudos políticos e sociais*. Volume XXIII, n.º 1-4. JOÃO BAPTISTA NUNES PEREIRA NETO (Coord.). Lisboa, Artes Gráficas, Lda.
- SKOGAN, WESLEY G. (1998). La police Communautaire Aux États-Unis, in *Une police Professionnelle de Type Communautaire*. Vol. I. NORMANDEAU, ANDRÉ (Coord.), Méridien, Montréal.
- SOUSA, ANTÓNIO FRANCISCO (2003). Prevenção e Repressão como função da polícia e do Ministério Público, in *revista do Ministério Público*, n.º 94, abril/junho, Lisboa.
- SOUSA, MARCELO REBELO de e MATOS, ANDRÉ SALGADO de, (2004). *Direito Administrativo Geral: Introdução e princípios fundamentais*, Tomo I, Lisboa, Dom Quixote.
- TUPMAN, BILL e TUPMAN, ALISON (1999). *Policing in Europe – Uniform in Diversity*, Exeter, Intellect.
- VALENTE, M. M. GUEDES (2009). A investigação do crime organizado: buscas domiciliárias nocturnas, o agente infiltrado e intervenção nas comunicações, in *Criminalidade organizada e criminalidade de massa: interferências e ingerências mútuas*, MANUEL M. G. VALENTE (Coord.), Coimbra, Almedina. (pp. 160-184).
- VALENTE, M. M. GUEDES (2010). *Processo Penal*. (3.ª Edição.), Coimbra, Almedina.
- VALENTE, M. M. GUEDES (2012). *Teoria Geral do Direito Policial*. (3.ª Edição.), Coimbra, Almedina.
- VALENTE, M. M. GUEDES (2013). *Segurança. Um tópico jurídico em reconstrução*, Lisboa, Âncora Editora.
- VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*. (4.ª Edição), Coimbra, Almedina.
- WILSON, JAMES Q. e KELLING, GEORGES L. (1982). Broken Windows – The police and neighborhood safety, in *The Atlantic Monthly*, volume 249, March.
- HASSEMER, WINFREID (1995). *A segurança pública no estado de direito*, Lisboa, Associação Académica – Faculdade de direito de Lisboa.
- ZEDNER, LUCIA (2009). *Security, Key Ideas in Criminology*, New York, Routledge.
- ZIPPELIUS, REINHOLD (1994). *Teoria Geral do Estado* (3.ª Edição.). (KARIN PRAEFKE-AIRES COUTINHO, Trad.). J. GOMES CANOTILHO (Coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DISSERTAÇÕES

BARBOSA, ALBERTO LOPES (2012). *Estado e polícia: A institucionalização da segurança pública em Cabo Verde (1870 – 2000)*, Dissertação de mestrado em segurança pública defesa social e mediação de conflitos, Praia, Universidade de Cabo Verde – Universidade Federal do Pará.

BRITO, JOÃO MIGUEL RIBEIRO (2010). *O modelo de polícia dos postos da Guarda*, Dissertação de mestrado em direito e segurança, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Direito.

CASTRO, CATARINA SARMENTO (1999). *A questão das polícias municipais*, Dissertação de mestrado em Ciências Jurídico Políticos, FDUC.

ÉVORA, ROSELMA (2001). *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde*, Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.

GUERRA, LUÍS F. (2007). *Criminalidade e adaptação: percepções e estratégias dos comerciantes da cidade de Elvas*, Lisboa, Universidade de Lisboa – Faculdade de Medicina de Lisboa.

PEREIRA, EDUARDO (2006). *Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a cultura de resistência: A Revolta dos Engenhos (1822) e Achada Falcão (1841)*, Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo, Universidade de São Paulo.

SILVA, CARLOS ALBERTO GOMES (2014). *A participação das forças Armadas na segurança pública em Cabo Verde: que colaboração*, Dissertação de mestrado em Ciências Policiais, Lisboa, ISCPsi.

SILVA, NUNO MIGUEL PARREIRA (2013). *As reformas policiais em Portugal e seu impacto na estrutura e eficácia das instituições*, Lisboa, Instituto de Estudos Superiores Militares.

LEGISLAÇÃO

BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE, n.º 3 de 25 de janeiro de 1991.
DECISÃO COM FORÇA DE LEI N.º 1/75, in Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1 de 5 de julho de 1975.

DECRETO – LEI N.º 39/2007, de 12 de novembro, publicado no Boletim Oficial n.º 41, I Série (Lei Orgânica da Polícia Nacional).

DECRETO-LEI N.º 51/2013, de 20 de dezembro (Aprova o Sistema Nacional de Segurança de Cabo Verde).

DECRETO LEGISLATIVO N.º 2/2005, de 7 de fevereiro (Código de Processo Penal de Cabo Verde).

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 5/2015, de 11 de novembro, publicado no Boletim Oficial n.º 69, I Série (Altera o Código de Processo Penal).

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 6/2005, de 14 de novembro, publicado no Boletim Oficial n.º 46, I Série. (Aprova a Criação da Polícia Nacional).

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 8/2010, de 28 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de janeiro, publicado no BO n.º 3, I Série.(Estatuto do Pessoal da Polícia Nacional).

DECRETO-LEGISLATIVO N.º 14/2010, de 15 de novembro, publicado no Boletim Oficial n.º 44, I Série. (Código Marítimo de Cabo Verde).

LEI CONSTITUCIONAL N.º 01/IV/92, de 25 de setembro, publicado no Boletim Oficial, n.º12, I série.

LEI CONSTITUCIONAL N.º I/V/99, de 28 de dezembro, publicado no Boletim Oficial n.º 43, I Série.

LEI CONSTITUCIONAL N.º 1/VII/2010, de 3 de maio, publicado no Boletim Oficial n.º17, I Série (Revê a Constituição da República de Cabo Verde).

LEI DA REVISÃO CONSTITUCIONAL N.º I/V/95, de 13 de novembro, publicado no Boletim Oficial n.º 39, I Série (Aditou o artigo 316-A à Lei Constitucional n.º I/IV/92).

LEI N.º 3/80, de 13 de outubro *in* Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 41. (Constituição Política da República de Cabo Verde)

LEI N.º 16/VII/2007, de 10 de setembro, publicado no Boletim Oficial n.º 34, I Série (Aprova a Lei de Segurança Interna e prevenção da criminalidade).

LEI N.º 30/VII/2008, de 21 de julho, publicado no Boletim Oficial n.º 27, I Série (Aprova a Lei de Investigação Criminal).

LEI SOBRE A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO *in* Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1 de 5 de julho de 1975.

PLANO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA INTERNA (2009-2011). Ministério da Administração Interna.

PORTARIA N.º 194 DE 26 DE JULHO DE 1870 *in* Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde, de 1870.

PORTARIA N.º 38/2010, de 18 de outubro, publicado no Boletim Oficial n.º 40, I Série. (Cria a Esquadra de Investigação e Combate a Criminalidade na Cidade da Praia).

PORTARIA N.º 433, de 24 de dezembro de 1872 *in* Boletim Oficial do Governo da Província de Cabo Verde, de 1872.

PORTARIA N.º 81, de 12 de abril de 1864. *In* Boletim Oficial n.º 14, de 12 de Abril de 1864.

PROGRAMA DO GOVERNO (2011), publicado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde n.º16, I Série, de 9 de maio.

FONTES ELETRÓNICAS

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM, Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>

ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL, aprovado em Roma, pela Conferência Diplomática reunida de 15 de junho a 17 de julho de 1998. Disponível em <http://www.gddc.pt/siii/docs/tpi.pdf>

FONSECA, JORGE CARLOS (2006). *Constituição processual penal e constituição estatutária do poder judicial: condicionalismos e limites para a intervenção dos órgãos de polícia criminal no processo penal. Um olhar particular sobre o direito de Cabo Verde*. Texto de conferência proferida em Sintra. Dezembro de 2006 consultado à 10 de janeiro de 2016, em <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Fonseca-Jorge>

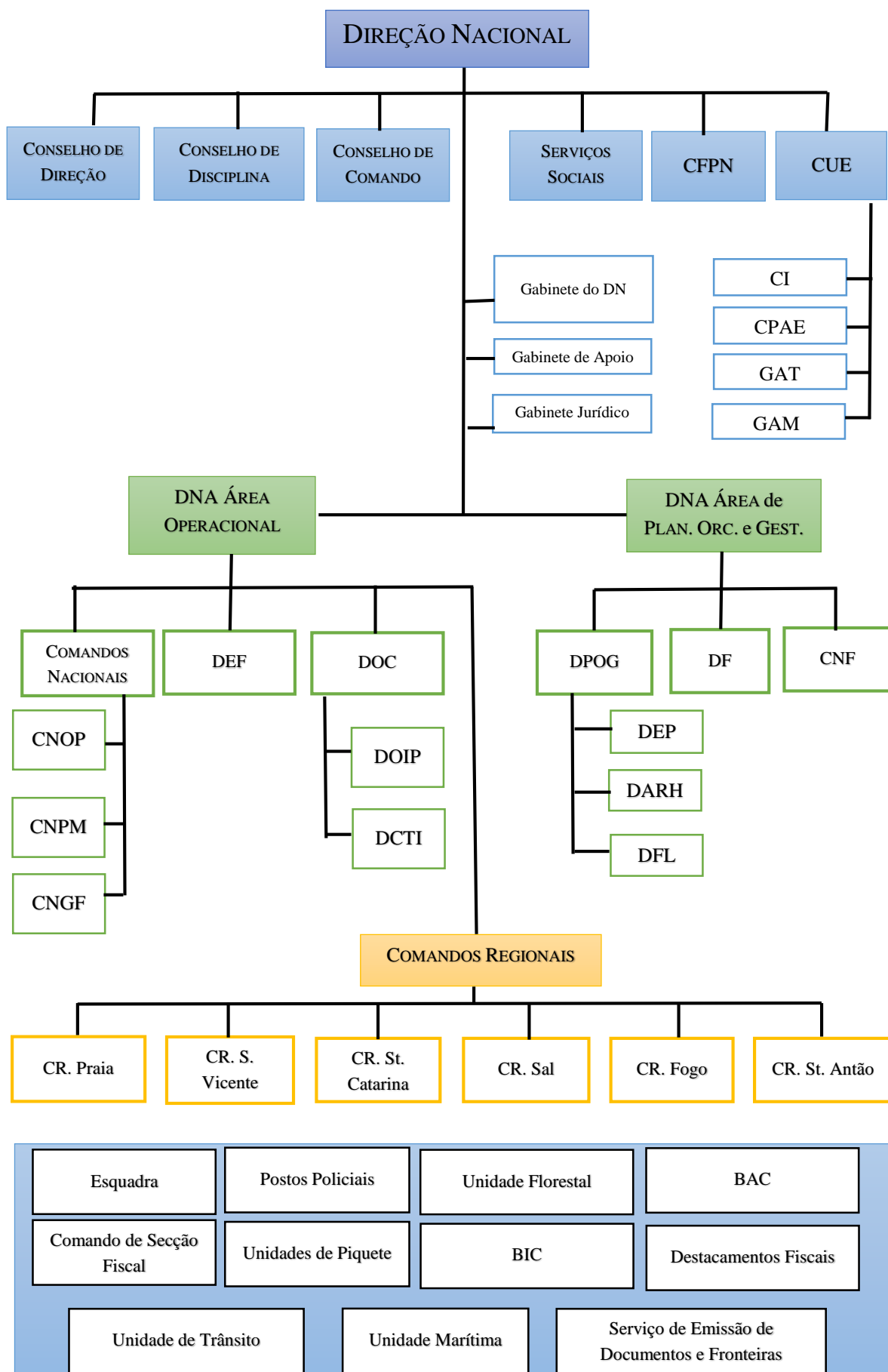
LEÃO, ANA (2011). Proliferação de armas de fogo na Guiné-Bissau e em Cabo Verde *in* *Ogiva Papers*, n.º 1, setembro de 2011. Disponível em http://www.ces.uc.pt/_ogiva/media/ogivapapers-1.pdf

RODRIGUES, ALEXANDRE REIS (2013). O conceito de segurança. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 09 abril, disponível em www.defesanacional.pt

ANEXOS

ANEXO I

ESTRUTURA ORGÂNICA DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE



LEGENDA (ESTRUTURA ORGÂNICA DA PN)

BAC	Brigada Anticrime
BIC	Brigada de Investigação Criminal
CI	Corpo de Intervenção
CNF	Centro Nacional de Formação
CNGF	Comando Nacional da Guarda Fiscal
CNOP	Comando Nacional de Ordem Pública
CNPM	Comando Nacional da Polícia Marítima
DOC	Direção de Operações e Comunicações
CPAE	Corpo de Proteção a Altas Entidades
CR	Comando Regional
CUE	Comando das Unidades Especiais
DARH	Divisão de Administração e Recursos Humanos
DCTI	Divisão de Comunicações e Tecnologias de Informação
DEF	Departamento de Emigração e Fronteiras
DEP	Divisão de Estudos e Planeamentos
DF	Direção de Formação
DFL	Divisão de Finanças e Logística
DOIP	Divisão de Operações e Informações Policiais
DPOG	Direção de Planeamento Orçamento e Gestão
GAT	Grupo de Ação Tático
GAM	Grupo de Atiradores em Moto

ANEXO II

SERVIÇOS PRESTADOS PELA POLÍCIA NACIONAL

VALENCIA DA POLÍCIA NACIONAL	SERVIÇO PRESTADO A COMUNIDADE / PROGRAMAS DESENVOLVIDOS
ESQUADRAS DE COMPETÊNCIA GENÉRICA	Policiamento de visibilidade e de prevenção nos centros urbanos
	Patrulhamentos apeados, autos, ciclos e motorizados nas artérias urbanas e nos bairros
	Manutenção de ordem pública
ESQUADRAS DE TRÂNSITO	Fiscalização rodoviária
	Operações de carácter dissuasor
	Escoltas e regularização de trânsito durante eventos culturais e religiosos
POLÍCIA MARÍTIMA	Patrulhamento das zonas balneares
	Segurança nos portos e embarcações, nos ancoradouros nacionais e os que entrem e saem dos portos de Cabo Verde
	Fiscalização e patrulhamento das zonas costeiras
	Patrulhas das orlas e zonas marítimas
	Proteger as espécies marinhas em vias de extinção
	Prestação de ajuda às populações e socorro aos sinistrados
ESQUADRAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Investigação criminal
GUARDA FISCAL	Fiscalização e combate à fraude e evasão fiscais
	Prevenção e combate à criminalidade em geral, ao tráfico de estupefacientes e importação ilegal de armas e explosivos
POLÍCIA FLORESTAL E AMBIENTAL	Defesa do meio ambiente
	Preservação dos recursos naturais e a floresta nacional
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES	Licenciamento de uso e porte, detenções de armas e munições
	Licenciamento da atividade de segurança privada
	Fiscalização de importação, armazenamento, transporte e uso de armas, munições, substâncias explosivas e equiparadas
CORPO DE INTERVENÇÃO	Manutenção da ordem pública
	Segurança às instalações sensíveis e embaixadas e representações estrangeiras
	Patrulhas de zonas urbanas sensíveis
DEPARTAMENTO DE EMIGRAÇÃO E FRONTEIRA	Emissão de documentos
PROGRAMAS DE SEGURANÇA SOLIDÁRIA	Turismo Seguro
	Escola Segura
	Apoio a Idosos
	Apoio a vítima de Violência Doméstica
	Apoio a vítima do crime em geral
	Comércio Seguro
	Verão Seguro
	Apoio a Jovens em Situação de Precaridade
	Bairros Problemáticos - Intervenção em Zonas Urbanas Sensíveis
	Policiamento de Proximidade

Fonte: (SILVA, 2014: 72).

APÊNDICES

APÊNDICE I

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE, NO ÂMBITO DA LEI ORGÂNICA

COMPETÊNCIA	VALÊNCIA/SERVIÇO	ADQUIRIDA APÓS A CRIAÇÃO DA PN?	OBSERVAÇÕES
Manutenção e Reposição da Ordem Pública	CUE – Corpo de Intervenção (CI)	Não	O CUE depende diretamente da Direção Nacional. Não nasceu com a criação da PN. Contudo, após a sua criação, foram alargadas as suas competências derivadas à criação de dois grupos dentro desta unidade (GAT e GAM). Antes só existia o CI, que detinha competências genéricas do CUE (Manutenção e reposição de ordem pública, proteção a altas entidades e infraestruturas críticas e/ou de risco, Equipas cinotécnicas, entre outros).
Proteção a altas entidades e infraestruturas de risco	CUE – Corpo de Proteção a Altas entidades (CPAE)	Não	Antes o Corpo de Proteção a Altas Entidades aparecia na orgânica da Polícia de Ordem Pública (art.º 57.º e 59.º da LO – POP) como pertencente ao CUE, mas materialmente, estava incorporada dentro do CI (todos de boina azul escura), e era o CI quem fazia a manutenção e reposição de ordem pública bem como as tarefas de CPAE. Depois da criação da PN o CPAE ganhou mais autonomia, passando a ser um grupo mais independente, com formações e funções direcionadas para a proteção a altas entidades.
Prevenção da criminalidade organizada e do terrorismo	CUE – Grupo de Ação tático Policial (GAT) e Grupo de Atiradores em Moto (GAM)	Não (entretanto, com a revisão constitucional em 2010, os OPC viram aumentar o leque das suas competências nestas matérias).	Era uma competência genérica da POP com especial incidência do CI, com a criação da PN, alargou-se as competências do CUE, que detém estes dois grupos operacionais que dão vazão as demandas de crime organizado, incidentes tático-policiais e combate a situações de criminalidade urbana organizada. Embora é de não olvidar a Brigada Anti-crime (BAC) que trabalha na Divisão de Investigação Criminal, que tem na suas competências fazer frente a algum tipo de criminalidade urbana.
Proteção das Pessoas e dos seus bens	Generalizado	Não	
Prevenção e Combate à criminalidade	Generalizado	Não	Com destaque para a criação da BAC, do GAM, do GAT, estes dois últimos pertencentes a CUE.

Prevenir e combater o tráfico de pessoas e emigração clandestina, controlo das fronteiras aéreas e marítimas, controlo e fiscalização de pessoas em todo o território nacional e emissão de documentos de viagem.	Direção de Estrangeiros e Fronteira	Não	Já era uma competência pertencente a POP, materializada através desta direção já existente então na POP, conforme o art.º 47.º da LO - POP “A <i>Direção de Emigração e Fronteiras</i> é o serviço central do Comando-Geral encarregado da emissão de documentos de viagem que não estejam por lei reservada à competência de outras entidades e de controlo da entrada e saída de pessoas nos postos de fronteira, bem como de estadia e permanência de estrangeiros em território nacional.” (redação retirada do art.º 47.º da LO-POP).
Adotar as medidas de prevenção e repressão dos atos ilícitos contra a aviação civil	Segurança Aeroportuária (ASA) e Agência da Aviação Civil	Não	Embora é de referir as competências da PN, no que tange a segurança das infraestruturas aeroportuárias, bem como o papel referente a ações ilícitas nos aeroportos e aeronaves, tendo em conta que a PN é o ator principal num cenário de intervenção ilícita a bordo de aeronaves e em infraestruturas aeroportuárias. Ainda é de referir que até ao momento é a entidade responsável pela <i>security</i> nos aeroportos, bem como pelo controlo, rastreio de pessoas e cargas. (sem olvidar a nova lei de segurança privada que permite que esta ultima competência possa ser feita por empresas de segurança privada).
Realização de diligências de investigação Criminal	Brigadas de Investigação Criminal (BIC) e Brigada Anticrime (BAC).	Não	A BAC foi criada depois da criação da PN, aparece como um complemento a BIC, auxiliando no terreno nos trabalhos de investigação criminal, bem como dando combate ao tráfico de drogas e criminalidade urbana.
Colher as notícias dos crimes	Generalizado	Não	
Fiscalizar e regular o trânsito rodoviário	Unidade de Trânsito	Não	A Polícia Nacional tem competências para regular o trânsito, mandar parar, fiscalizar e aplicar coimas se for necessário.
Fiscalizar as atividades sujeitas a licenciamento administrativo	Divisão de Estudos e Planeamento	Não	Assegurar o controlo e fiscalização da importação, fabrico, armazenamento, comercialização, a posse, a detenção, o uso e o transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança.

Prestar ajuda às populações e socorro aos sinistrados	Generalizado	Não	—
Prevenir e combater as infrações fiscais e aduaneiras Vigiar e fiscalizar o território aduaneiro	Comando da Guarda Fiscal	Não	O Comando Nacional da Guarda Fiscal colabora com a administração fiscal no combate à fraude e evasão fiscais e articula com o Comando Nacional de Ordem Pública na prevenção e combate à criminalidade em geral e ao tráfico de estupefacientes e importação ilegal de armas e explosivos, em particular.
Controlo e fiscalização marítimo	Direção de Estrangeiros e Fronteiras e Polícia Marítima	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Patrulhar as orlas marítimas; • Fiscalizar as embarcações que entram e saem dos portos e ancoradouros nacionais; • Colaborar com as demais autoridades competentes na vigilância das zonas marítimas; • Prestar ajuda às populações e socorro aos sinistrados, designadamente em caso de emergência, bem como qualquer outra colaboração que legitimamente lhe for solicitada. <p>✓ O controlo das fronteiras marítimas é feita pela Direção de Estrangeiros e Fronteira (DEF). A Polícia Marítima faz o controlo das zonas marítimas, embarcações e demais atos dentro das suas competências.</p>
Defender e conservar o meio ambiente, os recursos naturais e a floresta nacional	Polícia Florestal	Sim	Antes da criação da PN, a Polícia Florestal nunca teve existência formal. Compunha-se de 12 assalariados do Ministério da Agricultura que receberam o curso de formação de agentes da então POP, com o objetivo de enquadrarem os guardas florestais (PESI, 2009-2011: 23).
Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos	Generalizado	Não	Programas de segurança Solidária
Coadjuvar as autoridades judiciárias	Investigação Criminal	Não	Órgãos de Polícia Criminal

Tratamento de dados pelo autor, com base na Lei n.º 39/2007, de 12 de novembro.

APÊNDICE II

**QUADRO DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DA POLÍCIA NACIONAL
DE CABO VERDE, NO ÂMBITO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

COMPETÊNCIA	VALÊNCIA/SERVIÇO	ADQUIRIDA APÓS CRIAÇÃO DA PN?	OBSERVAÇÕES
Colher as notícias dos crimes (art.º 59.º).	Generalizado	Não	A denúncia ao Ministério Público é obrigatória para as autoridades policiais, quanto aos crimes de que tomem conhecimento (art.º 60.º, n.º 1).
Constituir arguido (art.º 76.º, n.º 3).	Generalizado	Não	Nos termos das alíneas <i>c</i>), <i>d</i>) e <i>e</i>) do n.º 1.
Emitir notificações (art.º 140.º, n.º 2).	Investigação Criminal	Não	As notificações devem obedecer às formas transcritas no art.º 141.º.
Aplicar medidas preventivas contra as pessoas presentes no local dos indícios (art.º 226.º).	Generalizado	Não	Proibindo se, se necessário, a entrada ou o trânsito de pessoas estranhas no local do crime ou quaisquer outros atos que possam prejudicar a posterior descoberta da verdade.
Praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova (art.º 227.º, n.º 1).	Generalizado	Não	—
Proceder a exames dos vestígios do crime e assegurar a manutenção do estado das coisas e dos lugares (art.º 227.º, n.º 2 al. <i>a</i>)).	Investigação Criminal	Não	—
Colher informações de pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição (art.º 227.º, n.º 2 al. <i>b</i>)).	Investigação Criminal	Não	—
Proceder a apreensões no decurso de revistas ou buscas ou em caso de urgência ou perigo na demora, bem como adotar as medidas cautelares necessárias à conservação ou manutenção dos objetos apreendidos (art.º 227.º, n.º 2 al. <i>c</i>)).	Generalizado	Não	—
Identificação de suspeitos (art.º 228.º).	Generalizado	Não	A identificação de suspeito, em caso algum poderá ultrapassar três horas.
Efetuar Revistas e Buscas nos termos do art.º 234.º, n.º 4, al. <i>a</i>) e <i>b</i>).	Generalizado	Não	O despacho da Autoridade Judiciária competente é válido por um prazo máximo de 60 dias, sob pena de nulidade.

Efetuar buscas domiciliárias noturnas	Generalizado	Sim	O CPP aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, determinava que em nenhum caso seria permitido a busca em domicílio de uma pessoa antes das sete nem depois das vinte horas. Entretanto, com a alteração sujeita em 2015, através do Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro, é permitida a busca no domicílio de uma pessoa antes das sete e depois das vinte horas, se se verificar uma das situações transcritas nas alíneas <i>a)</i> , <i>b)</i> e <i>c)</i> , do n.º 2 do art.º 238.º.
Proceder à detenção em flagrante delito, no âmbito do art.º 265.º, n.º 1	Generalizado	Não	—
Proceder à detenção fora do flagrante delito nos termos do art.º 268.º n.º 2	Generalizado	Não	As autoridades de polícia criminal poderão ordenar a detenção fora de flagrante delito, por iniciativa própria, quando, cumulativamente, se verificarem os seguintes requisitos: <ul style="list-style-type: none"> • Se tratar de crime doloso punível com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos; • Existirem indícios fortes de que a pessoa a deter se prepara para fugir à ação da justiça; • Não for possível, dada a situação de urgência e de perigo na demora, esperar pela intervenção da autoridade judiciária.
Realização de diligências de investigação durante a instrução ao abrigo do art.º 306.º	Investigação Criminal	Não	—

Tratamento de dados pelo autor com base no Decreto-Legislativo n.º 2/2005, de 7 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 5/2015, de 11 de novembro.

APÊNDICE III

**QUADRO DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DA POLÍCIA NACIONAL
DE CABO VERDE, NO ÂMBITO DA LEI DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL**

COMPETÊNCIA	VALÊNCIA/SERVIÇO	ADQUIRIDA APÓS A CRIAÇÃO DA PN?	OBSERVAÇÕES
Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação (art.º 6.º, n.º 1, al. a)).	Investigação Criminal	Não	—
Desenvolver as ações ou diligências de investigação (art.º 6.º, n.º 1, al. b)).	Investigação Criminal	Não	—
Praticar por iniciativa própria as diligências e os atos cautelares necessários para assegurar os meios de prova (art.º 6.º, n.º 2).	Generalizado	Não	—
Apreender os objetos provenientes ou relacionados com a prática de crimes (art.º 6.º, n.º 2).	Generalizado	Não	Exceto de correspondência, ou as que tenham lugar em escritório de advogado, em consultório médico ou em estabelecimento hospitalar ou bancário (art.º 7.º, n.º 1, al. c)).
Realização de perícias a efetuar por organismos oficiais, salvaguardadas as perícias relativas a questões psiquiátricas e sobre a personalidade (art.º 7.º, n.º 1, al. a)).	Investigação Criminal	Não	Por determinação da Autoridade de Polícia Criminal.
Realização de revistas e buscas, com exceção das que por lei estejam reservadas a ordem ou mandado judicial para o efeito (art.º 7.º, n.º 1, al. b)).	Investigação Criminal	Não	Por determinação da Autoridade de Polícia Criminal.
A detenção fora de flagrante (art.º 7.º, n.º 1, al. d)).	Generalizado (Por determinação da APC)	Não	Nos casos em que se verifica cumulativamente as seguintes situações: <ul style="list-style-type: none"> • Crime doloso; • Seja admissível a prisão preventiva; • Perigo de fuga.

Pode ser delegada na Polícia Nacional a competência para a realização de atos ou de diligências de investigação de certos tipos de crimes (art.º 10.º).	Investigação Criminal	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Homicídio negligente; • Os resultantes da infração ao Código de Estrada; • Ofensa contra a integridade física e psíquica das pessoas; • Injúria, ameaças, coação e devassa da vida privada, sem prejuízo do disposto na alínea e) do artigo 9º; • Furto e roubo de valor não superior a 5.000.000\$00; • Contra a ordem e a tranquilidade públicas; e • Detenção de armas proibidas ou sem autorização ou licença, tratando-se de armas regulamentadas.
Gravação de imagens e sons em locais públicos (Art.º 21).	Investigação Criminal	Sim	—

Tratamento de dados pelo autor, com base na Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho.

APÊNDICE IV

**QUADRO DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO
VERDE, NO ÂMBITO DA LEI DE SEGURANÇA INTERNA E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE**

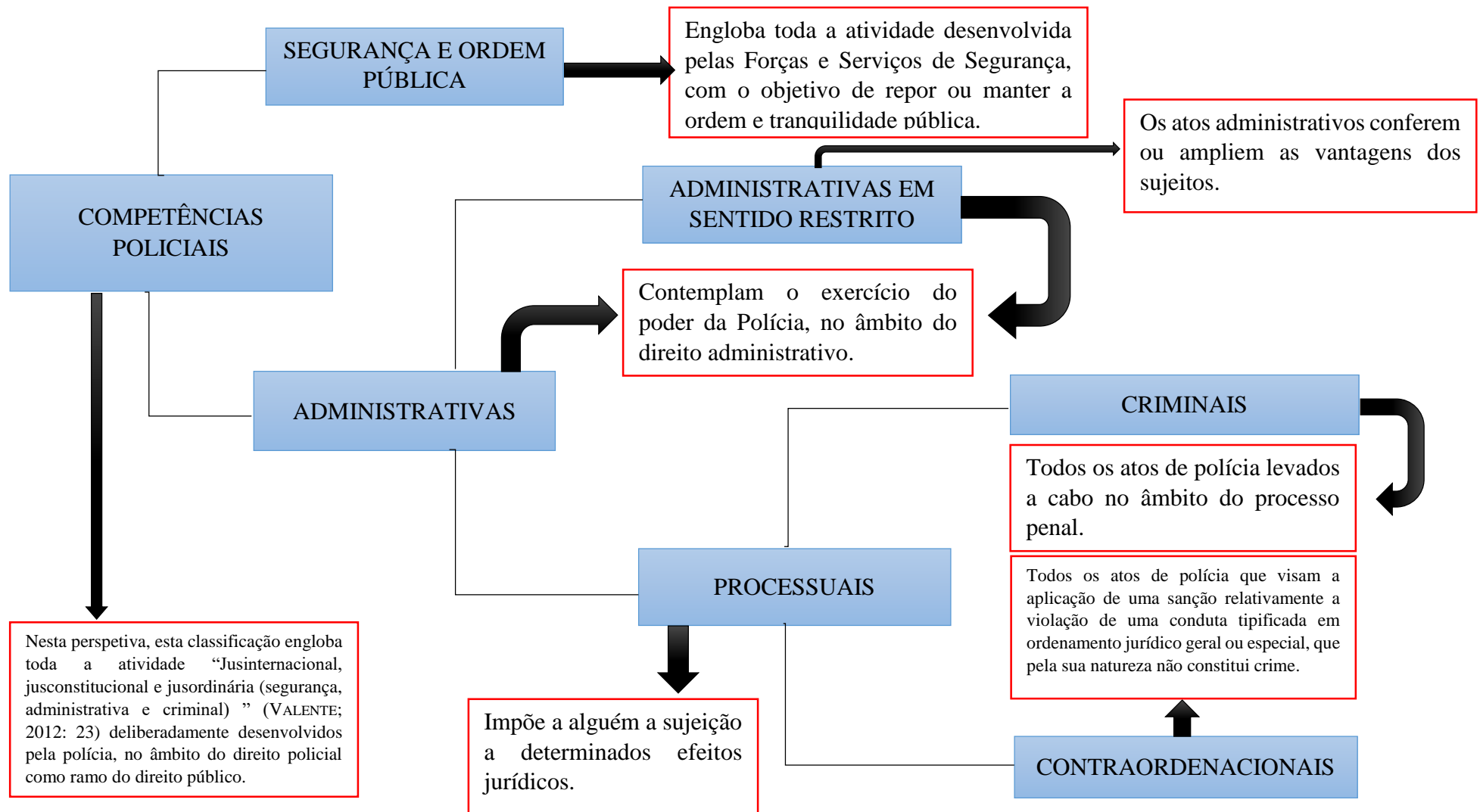
COMPETÊNCIA	VALÊNCIA/SERVIÇO	ADQUIRIDA APÓS A CRIAÇÃO DA PN?	OBSERVAÇÕES
Prossecução dos fins da Segurança Interna (art.º 4.º, n.º 1).	Generalizado	Embora esta lei tenha surgido dois anos após a criação da PN, a Polícia sempre teve como missão a prossecução dos fins da segurança interna.	A segurança interna desenvolve-se em todo o espaço sujeito a poderes de jurisdição do Estado de Cabo Verde.
Atuação no plano internacional (art.º 4.º, n.º 2).	Generalizado	Sim	No quadro dos compromissos internacionais e das normas aplicáveis do Direito Internacional, as forças e serviços de segurança interna podem atuar fora de Cabo Verde, em cooperação com organismos e serviços de estados estrangeiros ou com organizações internacionais de que Cabo Verde faça parte.
Aplicação das medidas de polícia (art.º 8.º).	Generalizado	Sim	<ul style="list-style-type: none"> • Vigilância policial de lugares, edifícios e estabelecimentos; • Poder para ordenar a identificação de qualquer pessoa que se encontre ou circule em lugar público ou sujeito a vigilância policial; • Encerramento de estabelecimentos quando nos mesmos se exerçam atividades criminosas; • A apreensão temporária de armas, munições e explosivos; • A suspensão de autorizações aos titulares dos estabelecimentos referidos no ponto anterior; • O encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas ou explosivos.

Utilização dos meios coercivos (art.º 9.º).	Generalizado	Não	<ul style="list-style-type: none"> • Para repelir uma agressão atual e ilícita de interesses juridicamente protegidos, em defesa própria ou de terceiros; • Para vencer resistência à execução de um serviço no exercício das suas funções, depois de ter feito aos resistentes intimação formal de obediência e esgotados que tenham sido quaisquer outros meios para o conseguir.
Revistas e Buscas (art.º 10.º).	Generalizado	<p>Sim</p> <p>Por se tratarem de revistas de segurança, podemos afirmar que esta competência foi adquirida com a criação da Lei de Segurança Interna em 2007. Não se deve confundir as revistas e buscas no âmbito da lei de Segurança Interna, com as revistas e buscas levadas a cabo no âmbito do CPP.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar revistas, em lugar aberto ao público, ou sujeito à vigilância policial; • Realizar ações de fiscalização e prevenção criminal em lugares que, por lei, não estejam reservados a ordem ou mandado judicial para o efeito, bem como em qualquer meio de transporte público; • Realizar ações de fiscalização e prevenção criminal em transporte privado que se encontra a circular na via pública, parado, estacionado ou encontrado em recinto sujeito a vigilância ou fiscalização das autoridades públicas, sempre que houver suspeitas de preparação ou da prática de ilícito criminal.
Gravação de imagens e sons em locais públicos (art.º 11.º).	Investigação Criminal	Sim	—

Tratamento de dados pelo autor, com base na Lei n.º 16/VII/2007, de 10 de setembro.

APÊNDICE V

DIAGRAMA DE COMPETÊNCIAS



APÊNDICE VI

EVOLUÇÃO DOS CORPOS DE POLÍCIA EM CABO VERDE

ANO	NATUREZA	DESIGNAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1872	Civil	Corpo de Polícia Civil	Santiago (Praia)
1880	Militar/Civil	Companhias de Polícia de Cabo Verde	Duas companhias de polícia militar e civil, sediadas em Santiago e São Vicente, com competências para todo o território nacional.
1896	Civil	Corpo de Polícia Civil da Província de Cabo Verde	<i>“ dentro da província e em qualquer ponto dentro d’ella ”</i>
1918	Militar	Corpo de Polícia e Guarnição	Detinha competências para todo o território do arquipélago desempenhando ainda funções aduaneiras e sanitárias.
1921	Civil	Corpo de Polícia Civil	Praia e Mindelo – Funcionava sob as ordens e instruções dos Administradores do Concelho.
1927	Civil	Corpo de Guarda Florestal	—
1956	Civil	Corpo de Polícia de Segurança Pública	Contemplava os serviços de Ordem Pública, Viação, Trânsito, Investigação Criminal.
1984	Civil	Forças de Segurança e Ordem Pública	Dividia o Território em três agrupamentos (Praia, Mindelo e Espargos), sob a dependência de uma Direção Nacional de segurança e Ordem Pública. Foram criados os Departamentos de Polícia Económica e Fiscal, Regulamentação, Arquivo Geral, Segurança Nacional, Investigação Criminal, Polícia de Fronteiras e Polícia de Ordem Pública.
1991	—	—	UEP- Corpo de Intervenção e Corpo de Proteção de Entidades.
2005	Civil	Polícia Nacional	Com as seguintes valências: Ordem Pública, Polícia Marítima, Guarda Fiscal e Polícia Florestal.

Elaborada com base nas referências bibliográficas consultadas

APÊNDICE VII

ENTREVISTAS

PEDIDO PARA A REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS – DESPACHO DO DIRETOR NACIONAL DA POLÍCIA NACIONAL DE CABO VERDE

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIREÇÃO DE ENSINO

SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor

Superintendente-Geral João Domingos

Diretor Nacional da Polícia Nacional de Cabo Verde

Cabo Verde

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 530/SECDE/2015

Classificador: 080.10.02

Processo: 34/CV - 800038

Data: 2015-12-29

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

*Acusei-lhe o Candidato aspirante
a oficial na Polícia e entre-
vista-lhe oficiais - que me fazem
neste momento, parte desta DV.*

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP) no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora. *23.01.2016*

2. Neste sentido, o Aspirante a Oficial de Polícia (AOP) Nilton Delgado Rodrigues irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Polícia Nacional de Cabo Verde. Análise histórica e de competências", do qual é Orientador o Prof. Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª a resposta a um questionário, do qual se envia o guião em anexo.

4. A necessidade da aplicação do questionário prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

5. Mais se informa V.ª Ex.ª que o AOP Nilton Rodrigues se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados recolhidos, fora do âmbito do seu trabalho académico.

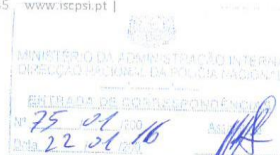
Com os melhores cumprimentos,

O Diretor

[Assinatura]
Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe



R. 1.º de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.iscpsi.pt |
iscpsi@psp.pt



135573
Página 1/1

GUIÃO DE ENTREVISTA

No âmbito do Trabalho de Dissertação Final de Mestrado intitulado “Polícia Nacional de Cabo Verde: Análise histórica e de competências”, a decorrer no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), do qual é orientador o Exmo. Sr. Doutor Manuel Monteiro Guedes Valente, tendo como orientando o Aspirante Nilton Rodrigues, pretende-se realizar uma entrevista com o fito de sustentar todo o trabalho de investigação realizado e compreender a Polícia de Cabo Verde no que diz respeito as suas funções e competências.

O Aspirante à Oficial de Polícia Nilton Rodrigues compromete-se a manter a confidencialidade dos dados obtidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação.

Perfil do entrevistado

Nome: _____

Função que desempenha na instituição: _____

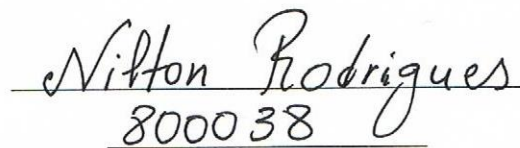
Idade: ____ Sexo: _____ H.Literárias: _____

- Entrevista -

1. Que filosofia está por trás da criação de uma Polícia Nacional?
2. Em que sentido pode ser vista a criação da Polícia Nacional como uma política de segurança?
3. Quais as áreas de interesse permanente da Polícia Nacional de Cabo Verde, na prossecução da Segurança Interna?
4. Aparece o modelo de polícia atual dotada de competências especiais em detrimento das tipologias de polícia anterior?
5. Atualmente, muito se tem falado no combate ao terrorismo e criminalidade organizada. Que competência é que a PNCV pode fazer uso no combate a estes fenómenos?

6. A lei de segurança interna e a lei de investigação criminal são duas ferramentas de extrema importância para a PNCV. Tendo em conta que a criminalidade em Cabo Verde tem revelado picos bastante elevado em comparação com outrora, que ilações se pode tirar destes diplomas?
7. A lei orgânica da PNCV traz um elenco das competências atribuídas às diversas forças que compõe a PN. Como vê a distribuição de competências entre as várias forças?
8. Quais as perspectivas futuras para a Polícia Nacional, no âmbito das suas competências?

ISCPSI, 05 de janeiro de 2016


800038

Nilton Delgado Rodrigues
Aspirante a Oficial de Polícia

Entrevista ao Superintendente-Geral da Polícia Nacional de Cabo Verde, Alberto Lopes Barbosa Júnior.

Nome: Alberto Lopes Barbosa, Júnior

Função que desempenha na instituição: Superintendente-Geral na pré-aposentação

Idade: 61 anos

H. Literárias: Mestrado em Segurança Pública

1. Que filosofia está por trás da criação de uma Polícia Nacional?

Os diplomas legais que dão corpo à criação, organização e funcionamento da Polícia Nacional, estabelecem, de forma unânime, o reforço das forças policiais e a sua adequação às novas ameaças à segurança, a racionalização das diferentes forças policiais para o reforço das suas capacidades operacionais e o incremento da atividade de “inteligência policial” e da articulação com as Forças Armadas, como fundamento essencial da sua criação.

2. Em que sentido pode ser vista a criação da Polícia Nacional como uma política de segurança?

Não há política de segurança sem Forças de Segurança. Daí que a criação da Polícia Nacional seja, em si mesma, uma medida de política.

3. Quais as áreas de interesse permanente da Polícia Nacional de Cabo Verde, na prossecução da Segurança Interna?

A Polícia Nacional deve ser vista como um dos elementos do sistema de segurança interna. Nesse âmbito, as atribuições e competências que a sua lei orgânica lhe confere, enformam aquilo a que chama de “áreas de interesse”.

4. Aparece o modelo de polícia atual dotada de competências especiais em detrimento das tipologias de polícia anterior?

Não diria “em detrimento”. Cabo Verde adotou um modelo que, na ótica do poder político, melhor responde às suas necessidades.

5. Atualmente, muito se tem falado no combate ao terrorismo e criminalidade organizada. Que competência é que a PNCV pode fazer uso no combate a estes fenómenos?

A lei orgânica da Policia Nacional estabelece que uma das suas das competências consiste em prevenir a criminalidade organizada e o terrorismo, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança. No combate aos fenómenos que indica, a coordenação é, efetivamente, essencial.

6. A lei de segurança interna e a lei de investigação criminal são duas ferramentas de extrema importância para a PNCV. Tendo em conta que a criminalidade em Cabo Verde tem revelado picos bastante elevado em comparação com outrora, que ilações se pode tirar destes diplomas?

Corrijo, Cabo Verde não dispõe de uma lei de segurança interna. Para mim, a questão de fundo é fazer aprovar uma lei de segurança interna e, nesse quadro, definir quem são os atores e qual o seu papel, a par do estabelecimentos dos mecanismos de coordenação e de cooperação entre eles.

7. A lei orgânica da PNCV traz um elenco das competências atribuídas às diversas forças que compõe a PN. Como vê a distribuição de competências entre as várias forças?

Uma leitura atenta dos artigos 2º e 5º da lei orgânica deixam perceber que a Policia Nacional é vista como um todo. É bom não perder de vista que a Policia Nacional está em construção. Ela esta longe de ser uma organização “adulta”. Daí alguma cautela ao olharmos para a sua organização atual e os diplomas que lhe dão corpo.

8. Quais as perspetivas futuras para a Polícia Nacional, no âmbito das suas competências?

As mesmas que universalmente são as das Forças de Segurança. Que sejam capazes de encontrar a melhor organização, o melhor quadro legal, os melhores equipamentos e, sobretudo, formar os melhores recursos humanos para responderem às demandas, cada vez mais exigentes, das sociedades onde se inserem.

Entrevista ao Comissário da Polícia Nacional de Cabo Verde, Elísio Vieira Mendes

Nome: Elísio Vieira Mendes

Função que desempenhava na instituição: Diretor do Gabinete Jurídico da Polícia Nacional de Cabo Verde.

Idade: 52 anos

H. Literárias: Pós-Graduado em Direito e Segurança

1. Que filosofia está por trás da criação de uma Polícia Nacional?

A Filosofia que orientou a criação da PNCV é a seguinte:

- Rentabilização de meios humanos, materiais e tecnológicos;
- Coordenação unificada das diversas Forças de Segurança;
- Unificação do mando único entre as Polícias em Cabo Verde.

2. Em que sentido pode ser vista a criação da Polícia Nacional como uma política de segurança?

A política de segurança interna tem várias vertentes e a criação da PN é uma delas, na medida em que essa medida visa também a eficiência e a eficácia no combate à criminalidade, sobretudo a pequena.

3. Quais as áreas de interesse permanente da Polícia Nacional de Cabo Verde, na prossecução da Segurança Interna?

As áreas de interesse da PN na prossecução da Segurança Interna são:

- Ordem e tranquilidade públicas;
- Combate às fraudes e evasão fiscais;
- Combate aos crimes praticados nas águas territoriais sob a jurisdição de Cabo Verde, como o contrabando, o narcotráfico e o crime organizado;
- Defesa da floresta, visando a manutenção do ecossistema no país.

4. Aparece o modelo de polícia atual dotada de competências especiais em detrimento das tipologias de polícia anterior?

As competências da PN são as mesmas que as Polícias anteriores detinham, com uma diferença que agora há um “chapéu” coordenador das diversas Polícias. Esse “chapéu” é composto por um Diretor Nacional e dois Diretores Nacionais Adjuntos.

5. Atualmente, muito se tem falado no combate ao terrorismo e criminalidade organizada. Que competência é que a PNCV pode fazer uso no combate a estes fenómenos?

A PN relativamente ao combate ao terrorismo criou muito recentemente o Grupo de Acção Tática (GAT), acoplado ao CUE, preparado para, na medida do possível, fazer frente a este fenómeno. É bom referir que o GAT está numa fase embrionária e não dispõe dos meios mínimos necessários para fazer face ao terrorismo. Contudo, foi dado um passo nesse sentido que é de louvar. É bom referir que a PN neste aspeto conta com o apoio das Polícias de países amigos da Comunidade Internacional.

6. A lei de segurança interna e a lei de investigação criminal são duas ferramentas de extrema importância para a PNCV. Tendo em conta que a criminalidade em Cabo Verde tem revelado picos bastante elevado em comparação com outrora, que ilações se pode tirar destes diplomas?

Efetivamente a LSI e LIC são duas ferramentas de extrema importância para o trabalho da PN, sobretudo para a prevenção e a investigação criminal no país. Permitem à PN baseada no princípio da legalidade com mais eficácia e eficiência desempenhar a sua função constitucional de prevenir e combater a criminalidade no país. É de se referir que estas leis vieram balizar a atuação da PN dentro dos parâmetros legais, o que tem dificultado a atuação policial em comparação com outrora em que a Polícia poderia intervir “fugindo” ao princípio da legalidade. (Todos sabemos que nem todas as operações policiais são legais.) A PN necessita de poderes e competências que lhe permite “abater letalmente” um delinquente devidamente armado e na eminência de utilizar armas de fogo ou brancas contra o elemento policial ou terceiros em legítima defesa.

7. A lei orgânica da PNCV traz um elenco das competências atribuídas às diversas forças que compõe a PN. Como vê a distribuição de competências entre as várias forças?

Sendo uma PN, necessita da discriminação que foi feita, tendo em conta que as diversas Polícias que a compõem, porque cada segmento da PN está vocacionado para desempenhar

tarefas específicas que para tal é necessário formação específica. O que deverá ser feito é a rotatividade do pessoal policial entre os diversos ramos da PN. Assim, permite uma intervenção sinérgica entre todos os seus integrantes. A distribuição de competências entre as várias Forças está de acordo com as atribuições que cada segmento realiza no seu dia-a-dia.

8. Quais as perspectivas futuras para a Polícia Nacional, no âmbito das suas competências?

Tendo em conta que a PN abarca 4 (quatro) áreas diversificadas, as perspectivas da mesma são grandes, mas isso só se consegue com o tempo. Ainda é muito cedo para tirar ilações quanto à justeza da criação da PN. Mas uma coisa é certa, a criação da PN foi uma ótima medida do ponto de vista da segurança interna do país, corajosa e que no seu devido tempo dará os seus frutos que todos irão colher quanto à eficácia e eficiência no combate, sobretudo, à pequena criminalidade no país.

